

INFORMS

INFORMATIVO
MERCOSHIPING

RESUMO INFORMATIVO
COM AS PRINCIPAIS
NOTÍCIAS DOS SETORES
PORTUÁRIO E DE
NAVEGAÇÃO

Edição 065/2026
Data: 16/04/2026



ÍNDICE

PARA ACESSAR RAPIDAMENTE O ARTIGO, POSICIONE O CURSOR NA MANCHETE, E SIGA AS INSTRUÇÕES.

A TRIBUNA DIGITAL (SP)	4
DP WORLD LANÇA ROTA BRASIL-ÁFRICA E AMPLIA CAPACIDADE COM FOCO EM OPERAÇÃO LIMPA E INTEGRADA	4
EVENTO DISCUTE EQUIDADE DE GÊNERO NO SETOR PORTUÁRIO	5
PORTO DE SANTOS É PRIORIDADE NA LISTA DE VISITAS OFICIAIS, DIZ MINISTRO	7
MULHERES A BORDO É LANÇADO EM SÃO PAULO E IRÁ ESTIMULAR A PRESENÇA FEMININA NAS LIDERANÇAS DO SETOR PORTUÁRIO.....	8
ME – MOVIMENTO ECONÔMICO	10
COM NOVO LABORATÓRIO, HEMOBRÁS ULTRAPASSA A FRONTEIRA DA INOVAÇÃO.....	10
GOV.BR – MINISTÉRIO PORTOS E AEROPORTOS - DF	12
MINISTÉRIO DE PORTOS E AEROPORTOS APRESENTA AVANÇOS NA REGULAMENTAÇÃO SUSTENTÁVEL DO BR DO MAR EM WORKSHOP	12
TOMÉ FRANCA PARTICIPA DA INTERMODAL E ASSINA CONTRATO DE R\$ 72,8 MILHÕES PARA O PORTO DE IMBITUBA (SC) ...	13
MINISTÉRIO DE PORTOS E AEROPORTOS FIRMA PARCERIA COM ABDIB PARA DINAMIZAR A INFRAESTRUTURA NACIONAL ...	14
GOV.BR – MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES - DF	15
BR-070/GO/DF TERÁ TERCEIRAS FAIXAS; ORDEM DE SERVIÇO SERÁ ASSINADA NESTA SEXTA (17).....	15
BE NEWS – BRASIL EXPORT	15
EDITORIAL – QUALIFICAÇÃO, GOVERNANÇA E A EVOLUÇÃO DO PORTO DE SANTOS	15
OPINIÃO – DIREITO - CURTAILMENT E O RISCO DE UM GARGALO ESTRUTURAL NO SETOR ELÉTRICO BRASILEIRO	16
POLÍTICA - CCJ ADIANTA SABATINA DE MESSIAS	18
NACIONAL - HUB – CURTAS - GOVERNO FEDERAL PACIFICA PARTE DAS POLÊMICAS SOBRE O TECON SANTOS 10, MAS IMPASSE SOBRE DESINVESTIMENTO AINDA SEGUE EM ABERTO.....	19
<i>STS10 e desinvestimento</i>	19
<i>Opções</i>	19
<i>A resposta de Tomé</i>	19
<i>Enfim, um PCS</i>	19
<i>Público</i>	19
<i>Flávia</i>	19
POLÍTICA – FIM DA ESCALA 6X1: CONGRESSO TEM 3 PROPOSTAS	20
POLÍTICA – LULA RECEBE REIVINDICAÇÕES E PEDE MOBILIZAÇÃO A CENTRAIS SINDICAIS	21
POLÍTICA – FLÁVIO BOLSONARO SERÁ INVESTIGADO POR CALÚNIA	21
POLÍTICA – JUSTIÇA NEGA REMOÇÃO DE VÍDEO EM QUE JANONES XINGA JAIR BOLSONARO.....	22
INTERMODAL 2026 – APS CRIA PROGRAMA PARA FORMAR PROFISSIONAIS DO SETOR	22
INTERMODAL 2026 – FRANCA QUER DIVERSIFICAR RECEITASE REDUZIR DEPENDÊNCIA TARIFÁRIA.....	24
INTERMODAL 2026 – POMINI DEFENDE TECON SANTOS 10 COMO ESSENCIAL PARA O PAÍS.....	24
INTERMODAL 2026 – SÃO SEBASTIÃO PROJETA RECORDE E APRESENTA EXPANSÃO NA INTERMODAL.....	25
INTERMODAL 2026 – MINISTRO FIRMA OBRA NO PORTO DE IMBITUBA E ANUNCIA MEDIDAS.....	27
INTERMODAL 2026 – LATAM CARGO EXPANDE HUB EM GUARULHOS E REFORÇA OPERAÇÃO PARA MANAUS.....	28
INTERMODAL 2026 – MAERSK ANUNCIA NOVOS INVESTIMENTOS PARA CENTROS LOGÍSTICOS NO SUL DO BRASIL.....	28
INTERMODAL 2026 – TESC INVESTIRÁ R\$ 100 MILHÕES NA PRIMEIRA FASE DE AMPLIAÇÃO DO TERMINAL	29
TRANSPORTES - PORTOS – TÚNEL SANTOS-GUARUJÁ E ACESSOS LOGÍSTICOS LIDERAM DISCUSSÕES EM EVENTO.....	30
TRANSPORTES - PORTOS – EMPRESA FAZ PRIMEIRA EXPORTAÇÃO DE MINÉRIO DE TERRAS RARAS PELO PORTO DE SANTOS.....	31
TRANSPORTES – HIDROVIAS – OBRA NA HIDROVIA TIETÊ-PARANÁ ATINGE 97% E ENTRA NA FASE FINAL.....	32
TRANSPORTES - FERROVIAS / RODOVIAS - ANTT APRESENTA AGENDA DE CONCESSÕES E PROJETA EXPANSÃO DA INFRAESTRUTURA.....	33
TRANSPORTES - FERROVIAS / RODOVIAS – PONTE NA BR-272 SEGUE INTERDITADA PARA OBRAS NO OESTE DO PARANÁ.	34
TRANSPORTES - FERROVIAS / RODOVIAS - TCU AMPLIA PRAZO PARA ANTT CUMPRIR EXIGÊNCIAS DE TRANSPARÊNCIA.	35
TRANSPORTES - RODOVIAS – VISÃO SOBRE MARGEM DE LUCRO PREOCUPA SINDICOM	36
PETRÓLEO E GÁS – TBG E SCGÁS INAUGURAM NOVA ESTAÇÃO EM SC.....	37
PETRÓLEO E GÁS - TCU ABRE INVESTIGAÇÃO SOBRE LEILÃO DE RESERVA	37
ENERGIA – DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA MELHOROU EM 2025, DIZ ANEEL	38
MINERAÇÃO – MINERAÇÃO CRESCE NO INÍCIO DE 2026 COM ALTA DE FATURAMENTO E EXPORTAÇÕES	39
FINANÇAS - PLDO PREVÊ MÍNIMO DE R\$ 1.717 EM 2027	41
FINANÇAS - CICLO DE CORTES DA SELIC É CALIBRAÇÃO, DIZ DIRETOR DO BC	42



FINANÇAS - APÓS 11 ALTAS, IBOVESPA RECUA 0,46%	42
FINANÇAS - DÓLAR FECHA PRATICAMENTE ESTÁVEL, ABAIXO DE R\$ 5	43
FINANÇAS – OPINIÃO - REFORMA TRIBUTÁRIA E OS IMPACTOS NO TRANSPORTE DE CARGAS	44
OPINIÃO – ARTIGOS - QUANDO A CARREIRA AVANÇA, AS MULHERES DESAPARECEM E NÃO É POR ESCOLHA	45
JUSTIÇA - MORAES BARRA CUNHADO NA CASA DE BOLSONARO	47
JUSTIÇA - MINISTRO INDICA DEFENSOR PÚBLICO PARA DEFESA DE SEU EX-ASSESSOR.....	47
JUSTIÇA - GILMAR PEDE INVESTIGAÇÃO CONTRA RELATOR DE CPI.....	48
JUSTIÇA - RAMAGEM É SOLTO APÓS FICAR DOIS DIAS PRESO NOS EUA	49
INTERNACIONAL - ONZE PAÍSES PEDEM CESSAR-FOGO IMEDIATO	50
INTERNACIONAL - NETANYAHU MANTÉM ATAQUES AO HEZBOLLAH NO LÍBANO	51
JORNAL O GLOBO – RJ.....	51
PETROBRAS: ACIONISTAS DEFINEM NOVO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, COM GUILHERME MELLO NA PRESIDÊNCIA	52
O GOVERNADOR INTERINO DO RIO E OS ROYALTIES DO PETRÓLEO.....	53
RELATOR PROTOCOLA PARECER DA PEC DA AUTONOMIA DO BC, PREVÊ LEITURA EM COMISSÃO APÓS FERIADO, MAS	53
MASTER: VORCARO FOI 'ALERTADO' DE APURAÇÃO SIGILOSA SOBRE IMÓVEIS 10 MESES ANTES DE OPERAÇÃO.....	54
SEM ACORDO COM GOVERNO, ANÁLISE DA PEC QUE ELEVA GASTOS EM R\$ 36 BI EM 4 ANOS É ADIADA E DEVE FICAR PARA O FIM DE ABRIL	56
GUERRA NO ORIENTE MÉDIO PODE AFETAR FERTILIZANTES E ALIMENTOS, DIZ MINISTRO DA FAZENDA	57
GOVERNO INCLUI EXPORTADORES AFETADOS PELA GUERRA NO IRÃ EM PACOTE DE SOCORRO DE R\$ 15 BI PARA EMPRESAS .	58
MINISTRO DA ARTICULAÇÃO POLÍTICA DIZ QUE GOVERNO ACEITA DISCUTIR TRANSIÇÃO EM PROPOSTA QUE ACABA COM ESCALA 6X1	59
O ESTADO DE SÃO PAULO - SP.....	60
PRIVATIZAÇÃO DO BRB ENTRA NO RADAR COM RESISTÊNCIA DO FGC E BANCOS A EMPRÉSTIMOS.....	60
PETROBRAS ELEGE GUILHERME MELLO, DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, PARA PRESIDIR O CONSELHO DA ESTATAL.....	62
BRASIL TEM CHANCE ÚNICA EM UMA GERAÇÃO PARA CRESCER E GANHAR MAIOR RELEVÂNCIA GLOBAL, APONTA ESTUDO... 64	
VALOR ECONÔMICO (SP).....	67
INPASA EMBARCA 45 MIL TONELADAS DE DDGS PARA A TURQUIA	67
TERCEIRIZAÇÃO LOGÍSTICA CRESCE NO BRASIL	68
BOEING CONTRATA MAIS DE 100 POR SEMANA PARA AUMENTAR PRODUÇÃO E SUBSTITUIR APOSENTADOS.....	70
GOVERNO DEFINE SETORES QUE TERÃO ACESSO A R\$ 15 BI DO PLANO BRASIL SOBERANO	71
ENTIDADES EMPRESARIAIS AFIRMAM QUE RJ PODE PERDER R\$ 8 BILHÕES COM MUDANÇA EM DISTRIBUIÇÃO DE ROYALTIES 72	
PORTAL PORTOS E NAVIOS.....	72
FINDES PREVÊ INVESTIMENTOS DE MAIS DE R\$ 38 BILHÕES NA INDÚSTRIA DE PETRÓLEO E GÁS NO ESPÍRITO SANTO ATÉ 203173	
DP WORLD ANUNCIA DRAGAGEM DE MANUTENÇÃO EM TERMINAL EM SANTOS.....	73
SOCIEDADE CLASSIFICADORA JAPONESA APROVA PROJETO DA ANEMOI E DA NACKS PARA VELAS ROTATIVAS EM NAVIOS ULTRAMAX	74
NAVAL GROUP DIVULGA VÍDEO INSTITUCIONAL SOBRE O PROSUB E DESTACA COOPERAÇÃO ESTRATÉGICA ENTRE BRASIL E FRANÇA	75
COAMO E YARA ASSINAM ACORDO PARA AVALIAR OPERAÇÃO CONJUNTA DE TERMINAL PORTUÁRIO EM ITAPOÁ.....	75
TERMINAL DA VLI EM SERGIPE REGISTRA VOLUME RECORDE NO DESEMBARQUE DE UM NAVIO	76
MOVECTA FECHA 2025 COM AUMENTO DE RECEITA E MAIS INVESTIMENTOS EM MODERNIZAÇÃO	76
PREFEITURA DE NITERÓI PERDOA R\$ 450 MILHÕES DE DÍVIDAS DO ESTALEIRO MAUÁ	77
SUPER TERMINAIS PARTICIPA DA NN LOGÍSTICA COMO PATROCINADOR MASTER E DESTACA INVESTIMENTOS EM ENERGIA E EXPANSÃO	78
MERCOS SHIPPING MARÍTIMA LTDA.....	79
ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ DISPONÍVEL NA MERCOSIPPING.COM E NO LINKEDIN.COM	79



A TRIBUNA DIGITAL (SP)

DP WORLD LANÇA ROTA BRASIL-ÁFRICA E AMPLIA CAPACIDADE COM FOCO EM OPERAÇÃO LIMPA E INTEGRADA

Empresa aposta em integração logística global e eletrificação de equipamentos para ganhar eficiência e competitividade

Por Maurício Martins, enviado a São Paulo 16 de abril de 2026



CEO da companhia no Brasil, Fábio Siccherino cita investimentos e nova rota internacional (Sílvia Luiz/AT)

A DP World iniciou uma nova rota ligando o Brasil ao continente africano, ao mesmo tempo em que avança em um ciclo de expansão e modernização do seu terminal no Porto de Santos, com aumento de capacidade e investimentos em tecnologia e eletrificação da operação.

“Vamos conectar o terminal em Santos com os nossos terminais em Angola e em Moçambique e também com as nossas operações na África do Sul. A ideia é oferecer uma solução logística porta a porta, mais competitiva, fazendo das operações que temos já consolidadas. E assim contribuimos para a competitividade dos exportadores brasileiros para o continente africano”, afirmou o CEO da companhia no Brasil, Fábio Siccherino.

A empresa atua na operação portuária e logística com presença global e foco em soluções que conectam diferentes elos da cadeia de comércio exterior. Segundo o CEO, são 82 terminais portuários pelo mundo para oferecer as melhores soluções. “A DP World faz todo o serviço porta a porta de uma maneira muito mais competitiva e integrada para o comércio exterior brasileiro”, explicou Siccherino.

No Brasil, a DP World concentra operações no terminal de contêineres na Margem Esquerda do Porto de Santos, onde vem ampliando sua capacidade e incorporando novas tecnologias.

“Estamos com uma ampliação grande de capacidade, saindo de 1,3 milhão de TEU (unidade de medida equivalente a um contêiner de 20 pés) para 2,1 milhões de TEU. Investimos em equipamentos eletrificados, então vai ser uma operação muito mais limpa, com operação remota. É uma grande inovação para o setor portuário”, destacou Siccherino.

A DP World participa da Intermodal South America 2026, realizada no Distrito Anhembi, em São Paulo, que começou na última terça-feira (14) e termina nesta quinta-feira (16). Considerado o maior evento de logística das Américas, o encontro reúne empresas, operadores, autoridades e especialistas do setor para apresentação de soluções, networking e debates sobre o futuro da cadeia logística.

Para a companhia, a presença na feira vai além da exposição de soluções e investimentos, sendo também um momento estratégico de relacionamento com clientes e parceiros.

“A Intermodal é extremamente importante para a gente divulgar o que estamos fazendo. Ela tem uma questão fundamental que é a oportunidade de a gente se conectar olho no olho com o nosso cliente. Aqui é onde toda a comunidade logística se encontra, não necessariamente para fazer negócio, mas para fortalecer as conexões e a gente poder divulgar tudo o que a gente faz de novidade o ano inteiro”, concluiu o executivo.

Fonte: A Tribuna Digital - SP
Data: 16/04/2026

EVENTO DISCUTE EQUIDADE DE GÊNERO NO SETOR PORTUÁRIO

As integrantes do Movimento Mulheres que Movem o Supply Chain apresentaram o livro homônimo lançado no ano passado

Por Bárbara Farias, enviada a São Paulo 16 de abril de 2026



Apesar da participação feminina no setor de comércio exterior crescer progressivamente, a presença delas em cargos de gestão ainda é tímida (Sílvia Luiz/AT)

A participação da mulher no mercado de trabalho do comércio exterior cresce progressivamente, mas ainda é ínfima em cargos de gestão. Num setor majoritariamente masculino, faz-se necessário discutir mudanças na cultura corporativa para aumentar essa margem. Essa visão é compartilhada entre mulheres que fazem carreira no setor e participaram nesta quarta-feira (15) do

Intermodal Women Network.

O evento foi realizado pela Intermodal em parceria com o Grupo Tribuna, por meio do projeto Mulheres a Bordo, com o Georgia Ports Authority e com o Movimento Mulheres que Movem o Supply Chain.

O encontro começou com rodas de conversa, onde as mulheres puderam trocar experiências sobre os seus setores e como tentam conciliar carreira, família, filhos e um tempo para cuidar si mesmas. Elas também aproveitaram para elaborar perguntas aos temas pertinentes ao bate-papo realizado a seguir que discutiu sustentabilidade, desafios, diversidade e equidade no ecossistema corporativo.

As integrantes do Movimento Mulheres que Movem o Supply Chain apresentaram o livro homônimo lançado no ano passado, que reúne depoimentos de mulheres que superaram desafios e apontam soluções na cadeia de suprimentos. O grupo, formado por 24 executivas, também realiza um podcast que pode ser acessado em canais e aplicativos como o YouTube, Spotify, LinkedIn e Instagram.



(Sílvia Luiz/AT)

Integração das profissionais

A representante do Georgia Ports Authority e do projeto Mulheres que movem o Supply Chain, Karin Mickenhagen, disse que o encontro na Intermodal representa uma oportunidade para a integração das profissionais. “Reunimos mulheres de diversos setores da logística e do supply chain para discutir temas atuais”.

Karin foi a moderadora do painel Construindo Juntos um Ambiente mais Humano e Sustentável. Em seu discurso, ressaltou que, para além da inclusão feminina, a discussão sobre diversidade deve focar na equidade. “Mulheres e homens devem caminhar juntos”.

Participaram do painel a presidente do comitê do Mulheres a Bordo, Flávia Takafashi, a diretora de Operações do Mercado Livre, Regina Rufino, e o diretor de Negócios do Grupo Tribuna, Demetrio Amono.

Flávia contou que o seu maior desafio no início de sua gestão como diretora da Antaq foi ter que aprender sozinha como ocupar o seu espaço. “Eu não tinha referências, de outras mulheres que abriram caminho antes de mim, pois eu fui a primeira. Eu caminhava no escuro. Não foi fácil. Muitas vezes, eu era a única mulher nas reuniões e eu me sentia só”, declarou.

Para a diretora de Operações do Mercado Livre, Regina Rufino, que também faz parte do Movimento Mulheres que Movem o Supply Chain, poder contar sua experiência profissional em cargos de liderança, atuando em setores predominantemente masculinos, é um orgulho. “Eu tinha a chamada síndrome do impostor”, disse Regina ao destacar sua insegurança no início da carreira atuando em setores predominantemente masculinos.

Já o diretor de Negócios, Demetrio Amono, afirmou que a mudança no mercado de trabalho, com progressão da diversidade, é positiva e que o potencial de cada colaborador é o que realmente conta. “Eu sou publicitário. Quando eu comecei, na Rede Globo, lá atrás, o quadro era 100% de homens. Hoje, no meu setor de marketing, 80% são mulheres. Recentemente, admitimos uma pessoa trans. O que importa para mim é a competência, o que entrega, independentemente do gênero”.



A sororidade é importante, mas não basta: também são necessárias políticas que incentivem a diversidade (Sílvia Luiz/AT)

“Ambientes mais diversos trazem bem-estar e resultados financeiros”

A participação feminina no setor portuário brasileiro ainda é um desafio, mas iniciativas como o projeto Mulheres a Bordo, do Grupo Tribuna, vêm contribuindo para mudar esse cenário. A afirmação é da gerente executiva de Comunicação Corporativa e

Sustentabilidade da Santos Brasil, Beatrice Dupuy, empresa patrocinadora do projeto do Grupo Tribuna.

Presente ao Intermodal Women Network, Beatrice disse que o Mulheres a Bordo tem relevância não só para as mulheres, mas também para o setor.

A executiva ressaltou que o projeto vai ao encontro da política de diversidade da Santos Brasil, que tem investido na ampliação da presença feminina em diferentes níveis hierárquicos. “A Santos Brasil é uma empresa que foca na diversidade e na inclusão de mulheres na alta liderança e, também, em toda a cadeia de valor”, destacou.

Ela observou que ambientes mais diversos trazem ganhos concretos. “Ambientes mais diversos geram mais bem-estar para os colaboradores e, também, mais resultados financeiros para a empresa”, afirmou.

A executiva lembrou ainda que a companhia foi pioneira ao apoiar a iniciativa. “A gente foi a primeira empresa a acreditar e patrocinar esse projeto”, disse Beatrice, ressaltando o simbolismo de representar a organização e a união entre mulheres no setor. “Representar a Santos Brasil e a sororidade das mulheres nesse setor tão importante para a economia brasileira é muito significativo”.

Beatrice comentou ainda que, apesar dos avanços, o cenário ainda está em transformação. “É um setor historicamente masculino, mas isso vem mudando. A diversidade está chegando aos poucos e já atingimos cerca de 20% de mulheres na liderança”, pontuou.

Para ela, o número ainda é baixo, mas representa evolução. “A gente está vindo de praticamente zero, então, é preciso reconhecer esse avanço”, frisou.

Beatrice também destacou o papel de políticas institucionais e regulatórias nesse processo. “Dependemos não somente da sororidade, mas também de leis e diretrizes que incentivem a diversidade dentro das empresas”, reiterou.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 16/04/2026

PORTO DE SANTOS É PRIORIDADE NA LISTA DE VISITAS OFICIAIS, DIZ MINISTRO

Tomé Franca afirmou que o cais santista será o primeiro complexo oficialmente visitado no seu comando da pasta

Por Ted Sartori, enviado a São Paulo 16 de abril de 2026



Expectativa é de que o ministro Tomé Franca esteja presente na inauguração do canteiro de obras do túnel Santos-Guarujá, até maio (Sílvio Luiz/AT)

O Porto de Santos está no topo da lista de visitas oficiais a serem feitas nos complexos brasileiros pelo novo ministro de Portos e Aeroportos, Tomé Franca. Foi o que ele disse nesta quarta-feira (15), na Intermodal South América, em São Paulo. “Vai ser o primeiro porto que eu vou visitar. Está selado com o (Anderson) Pomini (presidente da Autoridade Portuária de Santos, APS) esse nosso compromisso”.

A expectativa de Pomini é que Tomé Franca esteja presente na inauguração do canteiro de obras do túnel imerso Santos-Guarujá. Ele pretende que isso aconteça até o mês que vem.

Antes de encontrar o ministro, o presidente da APS fez na Intermodal uma palestra sobre o Tecon Santos 10, o megaterminal de contêineres no cais do Saboó, no Porto de Santos, envolto em uma longa demora para ser leiloado. Considerado o maior arrendamento portuário do Brasil, terá investimentos de R\$ 6,45 bilhões em 25 anos em área de 621,9 mil metros quadrados (m²).

“O aumento da capacidade será em quase que 100%. Hoje, o Porto de Santos opera ali perto do seu limite. Representa segurança econômica para quem negocia os contratos, para quem opera, previsibilidade e, principalmente, o aumento da capacidade do complexo como um todo”, detalhou Pomini.

Controle de movimentação

Durante a explanação, Pomini disse reiteradas vezes que o edital tem de ser publicado logo e o leilão, realizado o quanto antes, a despeito das discussões sobre o modelo, com ou sem restrições para armadores e as que operam no complexo santista.

“Não temos mais tempo. Esse terminal é de relevância para a navegação mundial. Essa história de que nós não teremos competição com eventuais restrições não para em pé e não se justifica, tendo em vista o número de interessados em participar desse leilão. Aquele que receber a chave do Tecon Santos 10 terá o controle da movimentação de contêineres do Hemisfério Sul”, sentencia.

Pomini lembra que nunca haverá um modelo que atenda a todas as visões, justamente porque cada interessado gostaria de um de sua preferência. “Mas nós temos um ponto de consenso: nós queremos o terminal. É hora de publicarmos esse edital e as adequações poderão ser corrigidas, inclusive com as ferramentas que estão disponíveis para o próprio mercado, através de impugnações que serão apresentadas no Tribunal de Contas da União (TCU), à Justiça Federal e outros órgãos. Esse é o nosso modelo”, explica.

O presidente iria reforçar o pedido nesta quarta-feira (15) ao ministro Tomé Franca para que converse com o Governo Federal e anuncie a data do leilão com brevidade.

APS assina convênio à capacitação

A Autoridade Portuária de Santos (APS) assinou nesta quarta-feira (15) a criação da chamada Universidade do Porto de Santos. A ideia é estabelecer parceria da Fundação Centro de Excelência Portuária (Cenep), que é dedicada à capacitação de profissionais que operam no cais, com as universidades da Baixada Santista, para que cedam infraestrutura para esse trabalho.

“Serão oferecidos cursos de pós-graduação e os profissionais do Porto de Santos é que serão convidados a compor o quadro técnico de professores para que o Porto de Santos possa capacitar mão de obra qualificada, não só para o Porto de Santos, mas para o Brasil e para o mundo”, explica o presidente da APS, Anderson Pomini. “Na medida em que as demandas se apresentem, o Porto estará à disposição para qualificar esses profissionais”, emenda.

Também foi assinada uma nova parceria com o Porto de Valência, na Espanha, para estudo de criação e geração de receitas acessórias para o Porto de Santos. A anterior envolvia medidas para descarbonização do Porto de Santos.

O ministro de Portos e Aeroportos, Tomé Franca, participou da solenidade. Ele também aproveitou para anunciar medidas envolvendo o controle de acesso, em especial dos passageiros, por intermédio da biometria, no Terminal de Passageiros Giusfredo Santini, administrado pelo Concais.

“Isso vai garantir segurança para que a gente possa identificar quem está embarcando nos portos”, justifica o ministro. “Exclusivamente e inicialmente isso vai ser no terminal de Santos. A ideia é que, depois de funcionado e testado efetivamente, isso seja copiado para outros portos”, acrescenta Pomini.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 16/04/2026

MULHERES A BORDO É LANÇADO EM SÃO PAULO E IRÁ ESTIMULAR A PRESENÇA FEMININA NAS LIDERANÇAS DO SETOR PORTUÁRIO

Projeto do Grupo Tribuna lançado nesta quarta (15) na Intermodal visa aumentar a participação delas no setor aquaviário

Por Bárbara Farias, enviada a São Paulo 16 de abril de 2026



O projeto Mulheres a Bordo nasceu do desconforto de Flávia Takafashi sobre a invisibilidade das mulheres no mercado de comércio exterior (Sílvia Luiz/AT)

O projeto Mulheres a Bordo, do Grupo Tribuna, foi lançado oficialmente, nesta quarta-feira (15), na Intermodal South America, a maior feira de logística da América Latina, em São Paulo. A iniciativa foi anunciada durante a Intermodal Women Network, reunindo aproximadamente 100 mulheres de empresas de segmentos diversos do comércio exterior.

A presidente do Comitê do Mulheres a Bordo e ex-diretora da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), Flávia Takafashi, apresentou as premissas do projeto, cujos objetivos são a valorização da mulher no setor aquaviário, ainda majoritariamente masculino, e a discussão de propostas estratégicas para estimular o aumento das profissionais em cargos executivos e de liderança.

Flávia foi a primeira mulher nomeada diretora da Antaq e deixou o cargo em fevereiro deste ano. “Falar sobre liderança feminina é um lugar que eu vou ocupar sempre, por isso fiz questão de estar aqui, hoje”, declarou.

A executiva explicou que o Mulheres a Bordo nasceu do ‘desconforto’ sobre a invisibilidade de mulheres no mercado de comércio exterior. “Queríamos conhecer quem são as mulheres e dar oportunidade de crescimento e desenvolvimento, e o Grupo Tribuna, enquanto grupo de comunicação, foi o canal que possibilitou discutir essa complexidade do setor”.

Flávia apresentou os resultados da pesquisa realizada pela Antaq sobre a participação feminina no mercado de trabalho do setor aquaviário. As mulheres representam apenas 17,8% da força de trabalho no setor portuário brasileiro, com um ligeiro aumento de 0,5% em dois anos, segundo a Pesquisa sobre Equidade de Gênero no Setor Aquaviário de 2024, divulgada em 2025.

“A agência também fez esse recorte por segmento. A cabotagem tem o maior número de mulheres em cargos de gestão. Então, temos que analisar o que essas mulheres fizeram de tão maravilhoso para ocupar esses lugares, para que a gente possa seguir esses caminhos também”.

Segundo Flávia, o Mulheres a Bordo nasce como uma proposta de impulsionamento da carreira feminina em cargos de chefia no setor, a partir da análise dos dados da pesquisa divulgada pela Antaq, no ano passado.

“Para além de entender esses números, analisamos o que era preciso fazer para promover o debate e ter mais capacidade para que essas mulheres possam ocupar os espaços e subir aos cargos mais altos de gestão”, disse ela.

A presidente do comitê aproveitou o momento e convidou as mulheres presentes a participarem do projeto também. “Os coletivos podem trazer ainda mais protagonismo das mulheres para esse espaço”.



“A cabotagem tem o maior número de mulheres em cargos de gestão. Então, temos que analisar o que essas mulheres fizeram de tão maravilhoso para ocupar esses lugares, para que a gente possa seguir esses caminhos também”, diz Flávia Takafashi, ex-diretora da Antaq, presidente do Comitê do projeto Mulheres a Bordo (Sílvia Luiz/AT)

Lugar de discussão

Para A Tribuna, Flávia Takafashi afirmou que fazer o lançamento do projeto na Intermodal tem um valor simbólico. “A Intermodal se consolida cada vez mais como esse lugar de discussão e de oportunidade de fazer negócios e, agora, abriu espaço para discutir também o papel da mulher nesse segmento da logística”.

O diretor de Negócios do Grupo Tribuna, Demetrio Amono, destacou a iniciativa da feira em abrir o espaço ao Intermodal Women Network e espera que no próximo ano ter “a pauta da liderança feminina como parte da programação, com mais relevância”.

Demetrio lembrou que o Grupo Tribuna é referência no País na cobertura jornalística do setor portuário e, por isso, abraçou a iniciativa de fortalecer discurso e prática em prol do crescimento da participação feminina num dos mercados mais competitivos e promissores.

Agenda

O 1º Encontro Mulheres a Bordo será realizado em 5 de maio, no auditório do Grupo Tribuna, em Santos. Já o 2º encontro está previsto para 1º de outubro, ainda com sede a definir – Brasília é um dos locais analisados. A Missão Internacional ao Panamá ocorrerá entre os dias 18 e 21 de agosto. O Panamá, conhecido por seu canal que conecta os oceanos Atlântico e Pacífico, é um hub logístico estratégico para o comércio marítimo.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 16/04/2026



Movimento
Econômico

ME – MOVIMENTO ECONÔMICO

COM NOVO LABORATÓRIO, HEMOBRÁS ULTRAPASSA A FRONTEIRA DA INOVAÇÃO

A presidente Ana Paula Rego Menezes diz que, ao investir no desenvolvimento de novas moléculas, a Hemobrás reduzirá dependência de tecnologias externas

Por Patricia Raposo - De Recife patricia.raposo@movimentoeconomico.com.br



Hemobrás fica situada na Zona da Mata Norte de Pernambuco/Foto: divulgação

A Hemobrás inicia um novo ciclo de investimentos que reposiciona seu papel na indústria nacional da saúde. Com aporte de R\$ 50 milhões, a estatal está implantando um laboratório voltado ao desenvolvimento de moléculas, sinalizando uma mudança estratégica: além de atuar num modelo centrado na produção, vai avançar também em pesquisa e inovação.

Instalada na Zona da Mata Norte de Pernambuco, a empresa já opera em duas frentes. A primeira, consolidada, é a de hemoderivados, com o fracionamento do plasma humano para a produção de medicamentos essenciais ao SUS. A segunda, mais recente, é a biotecnologia recombinante, que utiliza engenharia genética para fabricar insumos como o fator VIII, utilizado no tratamento da hemofilia A. Esse avanço coloca o Brasil em um grupo restrito de países com domínio dessa tecnologia.



Segundo a presidente, Ana Paula Rego Menezes, ao investir no desenvolvimento de novas moléculas, a Hemobrás busca reduzir a dependência de tecnologias externas e ampliar sua capacidade de inovação. Trata-se de uma transição relevante, que permitirá à empresa criar novos medicamentos e avançar na fronteira tecnológica.

Ana Paula Rego Menezes, presidente da Hemobrás/Foto: Teresa Maia

Esse movimento ocorre em paralelo à consolidação da fábrica de hemoderivados, inaugurada em 2025. A expectativa é que, até 2028, o Brasil internalize toda a produção hoje realizada no exterior, fortalecendo a soberania sanitária em um mercado global marcado pela escassez de plasma e pela alta concentração produtiva.

Hemborás produz novo ouro

Nesse contexto, o plasma ganha dimensão estratégica. Sem substituto sintético e essencial para medicamentos vitais, o insumo é tratado internacionalmente como commodity, o novo ouro. Países desenvolvidos ainda dependem de importações, enquanto o Brasil enfrenta o desafio de ampliar a base de doadores, hoje em torno de 3,5% da população, abaixo do recomendado, já que a OMS recomenda que o ideal seja de 10%.

Com lucro líquido de R\$ 157 milhões em 2025, inserida no Novo PAC e na política da Nova Indústria Brasil, a estatal apresenta um modelo público atípico, como ressalta a sua presidente: produz medicamentos, vende exclusivamente ao SUS — seu único cliente —, mas, ao mesmo tempo, gera lucro, paga impostos e distribui dividendos ao governo federal, que também é seu único acionista. Trata-se de uma empresa pública que opera com lógica de mercado e autonomia financeira, conciliando função social com sustentabilidade econômica.



Jeep: campanha filmada no Vale do Catimbau/Divulgação Sellantis

Jeep no Vale do Catimbau

A Jeep lançou a campanha do novo Jeep Renegade, apostando no reconhecimento consolidado do modelo no Brasil, com narrativa inspirada em O Rei Leão. Produzida pela Leo, a ação destaca a evolução do SUV, que chega com motorização híbrida leve, novo interior e tecnologias embarcadas, mantendo

atributos como tração 4x4. Fabricado no Polo Automotivo de Goiana, em Pernambuco — onde já ultrapassou 700 mil unidades —, o modelo reforça sua presença no mercado com campanha filmada no Vale do Catimbau e desdobramentos em múltiplas plataformas até junho.

Turismo MICE integrado

Durante a feira WTM Latin America, que acontece em São Paulo, o Governo de Pernambuco lançou o projeto “Pernambuco + MICE” para fortalecer o turismo de negócios por meio da integração entre Recife, Porto de Galinhas e Fernando de Noronha. A iniciativa organiza a oferta de infraestrutura — que supera 35 mil m² para eventos — e reforça a estratégia de atração de congressos e convenções. O segmento já movimenta cerca de R\$ 2,8 bilhões por ano e recebe 1,8 milhão de visitantes, consolidando-se como um dos principais motores da economia do turismo no estado.

Alemanha

Nesta sexta-feira (17), estarei embarcando, a convite do cônsul-geral da Alemanha no Recife, Johannes Bloos, para o programa Visitors Programme of the Federal Republic of Germany, a fim de conhecer o hub tecnológico alemão. A viagem, organizada pelo governo alemão, reunirá 16 participantes de diferentes países — incluindo Brasil, Austrália, Índia, Japão, Nigéria e Coreia do Sul. A agenda inclui uma imersão em Dresden, um dos principais polos de semicondutores da Europa, com visitas ao cluster Silicon Saxony e à multinacional Infineon, referência global na indústria de chips. Também inclui visita à Hannover Messe, uma das maiores feiras industriais do mundo. Estarei de volta com a coluna no dia 12 de maio. Até!

Fonte: ME – Movimento Econômico

Data: 16/04/2026

GOV.BR – MINISTÉRIO PORTOS E AEROPORTOS - DF

MINISTÉRIO DE PORTOS E AEROPORTOS APRESENTA AVANÇOS NA REGULAMENTAÇÃO SUSTENTÁVEL DO BR DO MAR EM WORKSHOP

Evento em Brasília reuniu autoridades, empresas e academia para discutir ajustes na proposta



As mudanças reduzem custos regulatórios, aumentam a segurança jurídica e ampliam a competitividade da cabotagem. Foto: Sérgio Francês/MPor

O Ministério de Portos e Aeroportos (MPor) apresentou, nesta quarta-feira (15), avanços na proposta de regulamentação sustentável do BR do Mar durante workshop realizado em Brasília. O texto foi atualizado com base nas contribuições recebidas em consulta pública.

Entre as principais alterações está a definição de que as exigências passam a se aplicar às embarcações e não às empresas brasileiras de navegação (EBNs). A proposta também exclui obrigações fora do escopo legal e revisa critérios relacionados à indústria naval. As mudanças reduzem custos regulatórios, aumentam a segurança jurídica e ampliam a competitividade da cabotagem.

O texto prevê ainda a adoção de soluções como biocombustíveis e sistemas dual-fuel, que permitem o uso de dois tipos de combustível, com ganho de eficiência e redução de emissões.

Segundo o secretário nacional de Hidrovias e Navegação, Otto Burlier, a proposta busca equilibrar eficiência e compromisso ambiental. “Estamos estruturando uma política pública que fortaleça a cabotagem e incorpore diretrizes alinhadas às melhores práticas internacionais”, afirmou.

O encontro reuniu representantes do Governo Federal, do setor produtivo e da academia para debater os principais pontos da proposta. Participaram da abertura integrantes do MPor, do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Mdic) e do Ministério de Minas e Energia (MME), seguidos por uma apresentação técnica das mudanças.

Contribuições do setor

A consulta pública, disponibilizada pelo MPor de novembro de 2025 a janeiro deste ano, reuniu manifestações de empresas, entidades e instituições do setor. Entre os participantes estão Petrobras, Transpetro, Marinha do Brasil, Confederação Nacional da Indústria (CNI), Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás (IBP), Associação Brasileira de Armadores de Cabotagem (Abac) e Sindicato Nacional das Empresas de Navegação (Syndarma), além de companhias como Raízen, Login Logística e Meridiana.

Também contribuíram entidades como Abiogás, Unica e a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Ao todo, foram registradas 232 manifestações, das quais 176 consideradas válidas. O processo incluiu ainda 70 documentos anexos e cinco notas técnicas. Cerca de 71% das contribuições resultaram em ajustes totais ou parciais na proposta.

Para a coordenadora geral de Navegação Marítima do MPor, Bruna Roncel, o processo fortalece a construção da política pública. “A escuta qualificada permite avançar com mais segurança jurídica e maior aderência às necessidades do setor”, disse.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF

Data: 16/04/2026

TOMÉ FRANCA PARTICIPA DA INTERMODAL E ASSINA CONTRATO DE R\$ 72,8 MILHÕES PARA O PORTO DE IMBITUBA (SC)

Obra em Santa Catarina amplia segurança e eficiência das operações portuárias



Intervenção deve ampliar segurança em operações portuárias, atividades dos trabalhadores e navegação e aumentar eficiência do porto - Foto: Vosmar Terra

O ministro de Portos e Aeroportos, Tomé Franca, participou nesta quarta-feira (15) do segundo dia da 30ª edição da Intermodal South America, em São Paulo (SP), um dos principais eventos de logística, transporte de cargas e comércio exterior das Américas, que reúne autoridades públicas, empresas e especialistas para debater soluções logísticas e tendências do setor.

Durante o evento, o ministro assinou o contrato de manutenção e reforço do molhe de abrigo do Porto de Imbituba, em Santa Catarina. Com investimento previsto de R\$ 72,8 milhões, a obra no Porto de Imbituba prevê a recuperação de cerca de 650 metros do talude externo e o alteamento de aproximadamente um metro ao longo da estrutura, com início previsto ainda em abril deste ano e conclusão em agosto de 2027.

O ministro Tomé Franca destacou a importância da obra para o fortalecimento da infraestrutura portuária e para o desenvolvimento regional: “além de aumentar a segurança na navegação e na atracação, o projeto representa mais proteção a trabalhadores e operações. Também busca otimizar a agilidade do porto, reduzindo atrasos e custos logísticos. Melhorias que fortalecem mais o sistema portuário catarinense e do Sul do Brasil”, explica.

A assinatura do contrato ocorre em um contexto de fortalecimento da infraestrutura logística em Santa Catarina, um dos principais polos portuários do país. Exemplo disso, o Porto de Itajaí (SC) voltou a contar recentemente com a dragagem de manutenção do canal de acesso, retomada no início de abril, com contrato de R\$ 63,8 milhões que garante a continuidade dos serviços por 12 meses, prorrogáveis por até 48 meses, assegurando a navegabilidade e regularidade das operações.

Ao mesmo tempo, o governo federal avança na estruturação de soluções de longo prazo, com previsão de leilão do canal de acesso ainda em 2026, com investimentos estimados em R\$ 311 milhões.

Ainda nesta quarta, o ministro também assinou a portaria que institui a Política Nacional de Identificação Biométrica em aeroportos, portos e hidrovias. A iniciativa estabelece o uso coordenado de tecnologias, como reconhecimento facial e digital, para identificação de passageiros, tripulantes e trabalhadores, com o objetivo de tornar os processos mais rápidos e seguros.

A política prevê implementação gradual, com testes iniciais em ambiente real antes da expansão nacional, além de integração com bases de dados governamentais e respeito às diretrizes da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

Primeiro dia do evento

Na terça (14), o ministro participou da abertura do evento e apresentou as prioridades do Ministério de Portos e Aeroportos para 2026, com foco em investimentos, modernização da infraestrutura e integração entre os modais.

Em sua fala, ele destacou o momento vivido pelo setor de infraestrutura nacional. “O Brasil vive um grande ciclo de investimentos no setor de infraestrutura, um grande ciclo de investimento no setor de portos, aeroportos e também inicia esse ciclo no setor de hidrovias. E é essa parceria com o setor

privado que nos fez alcançar os investimentos recordes que a infraestrutura brasileira tem tido”, afirmou.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF
Data: 16/04/2026

MINISTÉRIO DE PORTOS E AEROPORTOS FIRMA PARCERIA COM ABDIB PARA DINAMIZAR A INFRAESTRUTURA NACIONAL

Protocolo de intenções visa a modernização de portos, aeroportos e hidrovias



Acordo estabelece as bases para a modernização e aprimoramento dos setores portuário, aeroportuário e hidroviário - Foto: Vosmar Rosa/MPor

O Ministério de Portos e Aeroportos e a Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base (ABDIB) formalizaram, nesta quarta-feira (15), em São Paulo, um Protocolo de Intenções que marca um novo capítulo na cooperação para o desenvolvimento da infraestrutura logística do Brasil. O acordo, de natureza colaborativa e com vigência de dois anos, estabelece as bases para a modernização e aprimoramento dos setores portuário,

aeroportuário e hidroviário, por meio de ações destinadas a estimular o desenvolvimento e a ampliação da participação dos modais aéreo e aquaviário na matriz brasileira de transportes.

A parceria foca na realização de estudos técnicos aprofundados, no compartilhamento de informações e na promoção de soluções inovadoras para o setor. A ênfase é na criação de mecanismos de financiamento, garantias e seguros que tornem a movimentação dos modais ainda mais dinâmicas.

O acordo deverá aprimorar a integração institucional, o planejamento estratégico e a atração de investimentos. Entre os temas prioritários, destacam-se o estudo para a ampliação da participação do modal aéreo no transporte de carga e passageiros, com foco no fortalecimento de programas como o AmpliAR e o Investe Mais Aeroportos, além do diagnóstico da governança dos portos públicos.

“Nesses próximos nove meses, temos 15 leilões portuários, conclusão dos leilões de mais de vinte terminais aéreos, além do fomento à aviação regional no âmbito do programa AmpliAR. Tudo o que desejamos é o nosso sistema de infraestrutura se conectando nos diversos modais”, afirmou o ministro de Portos e Aeroportos, Tomé Franca. “A ABDIB representa setores que podem nos ajudar a apontar caminhos”, complementou o ministro.

A agenda do MPor também prevê investimentos voltados à infraestrutura portuária e de navegação, com destaque para leilões importantes, como o Tecon Santos 10, e para projetos menores, como o dos terminais portuários de Itaqui (RS) e Vila do Conde (PA).

O presidente da entidade, Venilton Tadini, destacou a importância da parceria para fortalecer o ciclo virtuoso da infraestrutura brasileira, que vêm batendo recordes de investimentos nos últimos anos. Para este ano, a estimativa é de que volume chegue a R\$ 300 bilhões. “É um avanço significativo, mas, certamente, ainda temos um grande hiato na infraestrutura, para que tenhamos competitividade com países de primeiro mundo. Para nós é de extrema importância manter um relacionamento mais próximo e contribuir com informações e sugestões para as ações do Ministério”, afirmou.

Participaram do evento o CEO da Acciona, André de Angelo, do Conselho de Administração da ABDIB, o presidente da Santos Brasil, Antônio Carlos Sepúlveda, o coordenador do Comitê de Portos da entidade e a diretoria e de associados da ABDIB.



A atuação da Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base abrange desde a proposição de marcos regulatórios até o desenvolvimento de soluções para financiamento e sustentabilidade em empreendimentos estruturantes. Com mais de 100 empresas associadas, a ABDIB traz para a parceria experiência na estruturação, em investimentos e na operação de negócios em diversos segmentos de infraestrutura.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF

Data: 16/04/2026



Presidência da República

Ministério dos Transportes

GOV.BR – MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES - DF

BR-070/GO/DF TERÁ TERCEIRAS FAIXAS; ORDEM DE SERVIÇO SERÁ ASSINADA NESTA SEXTA (17)

Com investimentos do Novo PAC, intervenção ocorre entre Águas Lindas de Goiás e Ceilândia

O ministro dos Transportes, George Santoro, assina nesta sexta-feira (17) a ordem de serviço que autoriza o início da implantação de terceiras faixas na BR-070/GO/DF, no trecho entre a barragem do Rio Descoberto, em Águas Lindas de Goiás (GO), e Ceilândia (DF).

A intervenção integra o Novo PAC e tem como objetivo ampliar a capacidade da rodovia, aumentar a segurança viária e melhorar a fluidez do tráfego em um dos principais corredores de ligação entre o Distrito Federal e Goiás.

O empreendimento faz parte de um contrato de manutenção e conservação, denominado Plano Anual de Trabalho e Orçamento (PATO), que atende a todas as rodovias federais do Distrito Federal sob a jurisdição do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT). Para 2026, o contrato receberá cerca de R\$ 11 milhões, dos quais R\$ 5 milhões serão investidos na conclusão desta implantação, prevista para ser finalizada em até 90 dias.

Cobertura de imprensa

Não há necessidade de credenciamento prévio para jornalistas interessados na cobertura do evento.

Serviço

Assinatura da Ordem de Serviço para a implantação de terceiras faixas na BR-070/GO/DF

Data: Sexta-feira, 17 de abril

Horário: 10h

Local: BR-070/GO, Qd. 02B, Unidade 01, Chácara Coimbra, ao lado do Posto BR.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério dos Transportes - DF

Data: 16/04/2026



BE NEWS – BRASIL EXPORT

EDITORIAL – QUALIFICAÇÃO, GOVERNANÇA E A EVOLUÇÃO DO PORTO DE SANTOS

DA REDAÇÃO redacao@portalbenews.com.br

O lançamento do Programa Escola Avançada do Porto de Santos (Peaps) e a formalização da parceria com a Fundação Valenciaport (Espanha), ambas iniciativas da Autoridade Portuária de Santos ocorridas nessa quarta-feira, dia 15, durante a feira Intermodal, em São Paulo (SP), marcam um momento de sofisticação institucional para o Porto de Santos. A APS sinaliza que o futuro do maior complexo portuário da América Latina não será construído apenas com dragagem e berços de atracação, mas com capital intelectual e governança de classe mundial. Defender essas iniciativas é

apoiar a transição de um porto puramente operacional para um ecossistema de conhecimento e inovação.

A importância estratégica do Peaps reside na superação do descompasso entre a teoria acadêmica e a realidade do cais. Ao criar o Selo Universidade do Porto de Santos e integrar a vivência operacional aos cursos de pós-graduação, a APS ataca um gargalo histórico: a falta de mão de obra altamente especializada para gerir a complexidade de um porto que movimenta 186 milhões de toneladas. Como destacou o ministro de Portos e Aeroportos, Tomé Franca, presente no lançamento, Santos passa a exportar não apenas carga, mas também “tecnologia educacional” para todo o sistema portuário brasileiro.

A parceria com Valência para a implantação do modelo de landlord avançado é, talvez, a mudança mais ambiciosa na gestão da APS em décadas. Atualmente, a maioria dos portos brasileiros atua no modelo landlord tradicional – gestor de condomínio. O modelo avançado, inspirado no Porto de Valência (Espanha), transforma a autoridade portuária em uma agência de desenvolvimento ativa, focada em digitalização e descarbonização, ao liderar a transição energética e a eliminação de processos analógicos; integração logística, coordenando a relação entre navios, ferrovias e caminhões de forma orquestrada; e prospecção de negócios, ao atuar internacionalmente para atrair novas rotas e investimentos, deixando de ser um agente passivo que apenas aguarda o arrendamento.

A escolha da Fundação Valenciaport não é casual. Valência é referência global em intermodalidade e sustentabilidade. Ao trazer essa consultoria para Santos, a APS busca acelerar o seu reposicionamento internacional. O porto deixa de ser um “inquilino” do Governo Federal para se tornar o protagonista da sua própria estratégia de crescimento.

A convergência entre a formação profissional (Peaps) e a modernização da governança (*landlord* avançado) cria um círculo virtuoso. Profissionais mais qualificados operarão sistemas mais modernos sob uma gestão mais ágil. O Porto de Santos de 2026 está sendo redesenhado para ser inteligente, sustentável e, acima de tudo, humano. Este é o caminho para que Santos não seja apenas o maior porto do País, mas o mais eficiente do Hemisfério Sul.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 16/04/2026

OPINIÃO – DIREITO - CURTAILMENT E O RISCO DE UM GARGALO ESTRUTURAL NO SETOR ELÉTRICO BRASILEIRO



RENATO FERNANDES DE CASTRO

Advogado, mestre em Direito e Economia pela Universidade de Lisboa e sócio da área de Energia e Infraestrutura do escritório Almeida Prado e Hoffmann Advogados
opinio@portalbenews.com.br

O avanço das energias renováveis no Brasil, especialmente das fontes eólica e solar, é frequentemente celebrado como um dos principais vetores da transição energética. No entanto, esse crescimento acelerado começa a revelar um problema estrutural ainda pouco compreendido fora do setor elétrico: o curtailment.

O termo, de origem inglesa, refere-se à redução ou ao corte da geração de energia, determinado pelo operador do sistema mesmo quando as usinas estão plenamente aptas a produzir. Trata-se, em essência, de uma limitação da inserção de energia na rede elétrica, que advém de uma decisão operacional adotada pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) para preservar a estabilidade do sistema e equilibrar oferta e demanda.

À primeira vista, o curtailment pode parecer um mecanismo eminentemente técnico de gestão do sistema. Mas o aumento recente de sua incidência no Brasil revela algo mais profundo: um descompasso entre o ritmo de expansão da geração das energias renováveis e a incapacidade estrutural do sistema de transmissão de absorvê-las.



O fenômeno deixou de ser episódico. Hoje, ele reflete falhas históricas de planejamento, especialmente no que diz respeito à expansão da infraestrutura de transmissão de energia. Regiões com alta concentração de geração de energia renovável, como o Nordeste, convivem com limitações relevantes de escoamento. Ao mesmo tempo, houve uma expansão recente e pouco coordenada das fontes intermitentes, sem a correspondente evolução de mecanismos de flexibilidade.

O modelo brasileiro, concebido em um contexto de predominância hidrelétrica, não foi desenhado para lidar com a variabilidade típica da geração eólica e solar. Faltam instrumentos como armazenamento em larga escala e sistemas eficazes de resposta da demanda, além de maior coordenação entre outorga, acesso à rede e capacidade efetiva de transmissão.

O impacto mais imediato desse cenário é econômico. Projetos de energia renovável são estruturados com base em receitas previsíveis de longo prazo, frequentemente vinculadas a contratos complexos e financiamentos robustos. Quando a geração é interrompida, mas as obrigações contratuais permanecem, há uma ruptura direta nessa lógica.

O regime atual, na prática, transfere de forma assimétrica o risco sistêmico para os geradores, sem oferecer contrapartidas regulatórias claras. Isso compromete a previsibilidade dos fluxos de caixa, fragiliza a sustentabilidade dos empreendimentos e já começa a se refletir no aumento do custo de capital e na reprecificação de contratos.

Mas talvez o ponto mais sensível seja a insegurança jurídica. O Brasil ainda não dispõe de um regime regulatório consistente para lidar com o curtailment. Em muitos casos, sobretudo quando os cortes são motivados por razões de confiabilidade do sistema, não há qualquer ressarcimento, mesmo quando tais decisões decorrem de limitações estruturais.

As lacunas são evidentes: não há critérios suficientemente claros e auditáveis para a aplicação dos cortes (somente em 2025 estima-se um custo de R\$ 6 bilhões para o setor); inexistente um modelo de compartilhamento de custos; persiste uma assimetria relevante entre geração centralizada e distribuída; e falta padronização contratual sobre a alocação desse risco.

O resultado é um ambiente de incerteza crescente, que tende a ampliar a judicialização. Disputas envolvendo reequilíbrio econômico-financeiro e responsabilização do poder concedente devem se tornar cada vez mais frequentes, um cenário que, por si só, já afasta investimentos e encarece o desenvolvimento do setor.

Importa destacar que o curtailment não é uma exclusividade brasileira. Mercados mais maduros, como o da Califórnia, também enfrentam o problema, justamente em razão do descompasso entre a expansão das renováveis, a infraestrutura de transmissão e a capacidade de armazenamento. A diferença é que, nesses mercados, há maior previsibilidade regulatória e instrumentos mais sofisticados de mitigação.

No Brasil, o risco é outro: permitir que um fenômeno inerente à transição energética se transforme em um gargalo estrutural. Sem critérios transparentes de operação, mecanismos claros de compensação e instrumentos adequados de compartilhamento de riscos, o setor elétrico brasileiro continuará exposto a desequilíbrios que comprometem sua atratividade.

A transição energética exige mais do que expansão de capacidade instalada. Ela demanda planejamento sistêmico, coordenação regulatória e segurança jurídica. Ignorar essas dimensões é colocar em risco não apenas novos investimentos, mas a própria sustentabilidade do modelo elétrico no longo prazo.

Renato Fernandes de Castro e outros profissionais do escritório Almeida Prado e Hoffmann Advogados escrevem para o BE News quinzenalmente, com seus artigos publicados sempre às quintas-feiras

SEM CRITÉRIOS TRANSPARENTES DE OPERAÇÃO, MECANISMOS CLAROS DE COMPENSAÇÃO E INSTRUMENTOS ADEQUADOS DE COMPARTILHAMENTO DE RISCOS, O SETOR ELÉTRICO BRASILEIRO CONTINUARÁ EXPOSTO A Desequilíbrios que comprometem sua atratividade

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT
Data: 16/04/2026

POLÍTICA - CCJ ADIANTA SABATINA DE MESSIAS

Marcada inicialmente para 29 de abril, a sessão no Senado será realizada um dia antes para evitar esvaziamento por conta do feriado de 1º de maio

Por Agência Brasil



Jorge Messias já conta com um parecer favorável do relator da indicação no Senado para ser conduzido à vaga no STF

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado alterou nesta quarta-feira, 15, a data da sabatina do advogado-geral da União, Jorge Messias. Ele foi indicado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva para ocupar uma vaga no Supremo Tribunal Federal (STF). A sabatina passou do dia 29 para o dia 28 de abril, uma terça-feira, em decorrência da proximidade com o feriado de 1.º de Maio, Dia do Trabalhador.

Ao realizar a leitura do relatório sobre a indicação do AGU nesta quarta, o senador Weverton Rocha (PDT-MA) explicou que foi procurado por parlamentares que manifestaram preocupação com a possibilidade de esvaziamento da sessão em virtude do feriado. O pedido foi acolhido pelo presidente da CCJ, Otto Alencar (PSD-BA).

O relator apresentou um parecer favorável à condução de Messias ao STF. Ele avaliou que Messias teve atuação conciliadora à frente da Advocacia Geral da União (AGU) e cumpre “as exigências constitucionais concernentes à reputação ilibada e ao notável saber jurídico para o exercício do cargo para o qual foi indicado”.

No início do mês, o Estadão mostrou que Messias tem nove votos favoráveis na CCJ, onde são necessários ao menos 14 dos 27 votos para a aprovação.

Se for aprovada após a sabatina, a indicação do AGU segue para votação em plenário, onde precisa da maioria absoluta de votos (pelo menos 41 senadores favoráveis) em votação secreta.

A escolha de Lula por Messias foi publicada no Diário Oficial da União em 20 de novembro de 2025, mas o Palácio do Planalto só oficializou a indicação no dia 1.º deste mês. Na última quinta-feira, 9, o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União- -AP), enviou o processo à CCJ.

Caso seja aprovado na Casa, Jorge Messias ocupará o lugar de Luís Roberto Barroso, que se aposentou no ano passado.

Odir Cunha no TCU

O Senado também aprovou nesta quarta-feira, por 50 votos a 8 - além de 1 abstenção -, a indicação do deputado federal Odir Cunha (PT-MG) para o cargo de ministro do Tribunal de Contas da União (TCU). A votação foi feita de forma secreta, e, agora, o nome será promulgado. Cunha ocupará a vaga deixada por Aroldo Cedraz.



O deputado teve o apoio do presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB), por um acordo costurado em 2024. A candidatura do petista teve o endosso de 12 partidos.

Na terça, 14, o petista havia recebido 303 votos favoráveis na Câmara e derrotou os deputados Elmar Nascimento (União- -BA), Danilo Forte (PP-CE), Hugo Leal (PSD-RJ), Gilson Daniel (Podemos-ES), Soraya Santos (PL-RJ) e Adriana Ventura (Novo- -SP).

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 16/04/2026

NACIONAL - HUB – CURTAS - GOVERNO FEDERAL PACIFICA PARTE DAS POLÊMICAS SOBRE O TECON SANTOS 10, MAS IMPASSE SOBRE DESINVESTIMENTO AINDA SEGUE EM ABERTO

Por LEOPOLDO FIGUEIREDO E COLABORADORES leopoldo.figueiredo@portalbenews.com.br

STS10 E DESINVESTIMENTO

A nova posição do Governo Federal em relação ao Tecon Santos 10 – megaterminal de contêineres e carga geral a ser implantado no Porto de Santos (SP) – pacificou parte das polêmicas relacionadas ao projeto no setor. A decisão da Casa Civil de não acatar a “orientação” do Tribunal de Contas da União (TCU), para vetar a participação de armadores no leilão da instalação, foi bem recebida. Mas algumas questões ainda persistem: um dos pontos mais discutidos é quando um grupo ou uma empresa que já tenham uma concessão de área no cais santista devem fazer seu desinvestimento para disputar a exploração do megaterminal.

OPÇÕES

Há os que defendem que essa medida seja adotada antes do leilão – ou seja, só participa da sessão quem efetivamente não tiver uma concessão em Santos. E há quem apoie a tese de que isso pode ocorrer somente antes da assinatura do contrato de arrendamento – nesse cenário, uma companhia com atuação em Santos poderá fazer ofertas e, se for a vencedora, então terá de abrir mão da concessão original para assumir o Tecon Santos 10.

A RESPOSTA DE TOMÉ

Durante sua visita à feira Intermodal, em São Paulo (SP), no início da noite de ontem, a Coluna questionou o ministro de Portos e Aeroportos, Tomé Franca, sobre a questão do desinvestimento. A resposta foi imediata: “Estamos estudando”.

ENFIM, UM PCS

O Porto de São Sebastião, no Litoral Norte de São Paulo, já está em fase de testes finais com seu port community system (PCS), plataforma digital que integra serviços e processos de um complexo portuário a fim de agilizar sua execução e melhorar a competitividade dessas operações. Segundo o diretor-presidente da Companhia Docas de São Sebastião (CDSS, empresa do Governo de São Paulo), Ernesto Sampaio, o PCS será apresentado entre junho e julho. Será a primeira iniciativa desse tipo a entrar em operação no País.

PÚBLICO

A plataforma foi custeada e desenvolvida pela CDSS, que continuará sendo sua coordenadora. Nesta fase inicial, poderá ser utilizada por operadores portuários e agências de navegação locais – que integram a comunidade portuária citada na sigla.

FLÁVIA

A ex-diretora da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), Flávia Takafashi, aproveitou sua visita à feira Intermodal, nessa quarta-feira, dia 15, para reuniões importantes com executivos de terminais portuários. Funcionária de carreira da Antaq, ela encerrou seu mandato na diretoria do colegiado no início de fevereiro. Desde então, tem mantido uma posição discreta sobre seu futuro profissional.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 16/04/2026

POLÍTICA – FIM DA ESCALA 6X1: CONGRESSO TEM 3 PROPOSTAS

Projeto de lei em regime de urgência enviado pelo governo se junta a duas PECs que já tramitam na Câmara; veja as diferenças

Do Estadão Conteúdo



Ao lado do ministro da Secretaria-Geral da Presidência, Guilherme Boulos, e do vice-presidente Geraldo Alckmin, Lula recebeu dirigentes sindicais nesta quarta

A discussão sobre o fim da escala 6x1 (seis dias de trabalho e um de descanso) reúne atualmente três propostas no Congresso Nacional, com formatos e ritmos de tramitação diferentes.

Dois delas são propostas de emenda à Constituição (PECs) já em análise na Câmara dos Deputados, enquanto a terceira é um projeto de lei protocolado pelo governo em regime de urgência constitucional.

O projeto do governo, enviado na terça-feira, 14, altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e propõe reduzir a jornada semanal de 44 para 40 horas, sem redução salarial; e estabelecer uma jornada de trabalho de oito horas diárias e dois repouso semanais remunerados de 24 horas consecutivas cada.

Segundo o texto, os repouso semanais remunerados “deverão coincidir, preferencialmente, com o sábado e o domingo, ressalvadas quanto à escolha dos dias as peculiaridades de cada atividade ou negociação coletiva de trabalho”.

A medida vale tanto para contratos em vigor como para contratos futuros. A proibição da redução salarial se aplica a todos os regimes, incluindo trabalho em regime integral, parcial e regimes especiais.

O fim da escala 6x1 é bandeira eleitoral do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Em publicação no X, o presidente declarou que a medida devolve tempo aos trabalhadores e significa um passo para um país mais justo.

Qual o próximo passo?

Protocolado em regime de urgência constitucional, o projeto do governo precisa ser analisado pela Câmara e pelo Senado em até 45 dias. Caso contrário, a pauta legislativa fica travada até a votação da proposta com exceção das que tenham prazo constitucional determinado.

O presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB), afirmou nesta terça-feira, que não há acordo sobre a data de votação do projeto de lei enviado pelo governo federal ao Congresso Nacional sobre o fim da escala 6x1.

“Eu não tenho nenhuma combinação nesse sentido, com data de votar projeto ou não votar. É um direito do presidente de mandar o projeto, e é um direito da Casa analisar no momento que acha que deve analisar. O que eu alertei é que nós já tínhamos uma tramitação acontecendo na Casa”, declarou Motta.

Quais as outras duas propostas?

Além do texto do Executivo, há duas PECs em tramitação na Câmara que também tratam do tema.

A primeira foi apresentada em 2019 pelo deputado Reginaldo Lopes (PT-MG) e prevê “duração do trabalho normal não superior a oito horas diárias e trinta e seis semanais, facultada a compensação de horários e a redução da jornada, mediante acordo ou convenção coletiva de trabalho”. Segundo o texto, a nova regra entra em vigor 10 anos após a data da publicação da emenda constitucional;

A segunda PEC, apresentada em 2026 pela deputada Erika Hilton (PSOL- -SP), também prevê um teto de oito horas diárias e 36 semanais, mas com diferenças. O dispositivo adiciona “jornada de trabalho de quatro dias por semana”, o que transformaria a escala 6x1 em escala 4x3. Além disso, o texto define que a emenda constitucional entra em vigor um ano após a data da publicação.

As duas propostas estão na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara, que adiou nesta quarta-feira, 15, a votação do relatório favorável do deputado Paulo Azi (União Brasil-BA). O parecer de Azi não trata do mérito das PECs, ou seja, dos conteúdos propostos, mas sim da admissibilidade constitucional.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT
Data: 16/04/2026

POLÍTICA – LULA RECEBE REIVINDICAÇÕES E PEDE MOBILIZAÇÃO A CENTRAIS SINDICAIS

Da Agência Brasil

No dia seguinte ao envio ao Congresso Nacional do projeto de lei de redução de jornada para no máximo 40 horas semanais (e fim da escala 6x1), o presidente Luiz Inácio Lula da Silva recebeu, no Palácio do Planalto, 68 reivindicações de representantes das centrais sindicais que participaram, nesta quarta (15) em Brasília, da “marcha da classe trabalhadora” na Esplanada dos Ministérios.

Na ocasião, o presidente, ao se dirigir aos dirigentes sindicais, disse que é necessária mobilização e pressão dos trabalhadores para aprovação da redução de jornada enviada ao Congresso.

“Vocês não podem abdicar da sagrada responsabilidade de vocês de lutar pelos trabalhadores que vocês representam”, afirmou. Lula falou que o período é desafiador. “Não tem tempo fácil. É sempre muito sacrifício. E cada vez que a gente manda uma coisa para aprovar no Congresso, é preciso saber que vocês têm que ajudar”, justificou.

Lula aproveitou o encontro com as centrais para criticar as aprovações das reformas Trabalhista (2017) e da Previdência (2019).

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT
Data: 16/04/2026

POLÍTICA – FLÁVIO BOLSONARO SERÁ INVESTIGADO POR CALÚNIA

Segundo pedido da PF, o pré-candidato à presidência associou Lula ao tráfico internacional de drogas e armas, além de apoio a terroristas

Do Estadão Conteúdo



O caso teve origem em um pedido do Ministério da Justiça e Segurança Pública para apuração de uma postagem feita por Flávio em 3 de janeiro de 2026 no X

Atendendo a um pedido da Polícia Federal (PF), o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes abriu um inquérito para investigar uma suposta calúnia do senador e pré- -candidato à Presidência, Flávio Bolsonaro (PL-RJ), contra o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

Segundo a representação enviada ao Supremo, o caso teve origem em um pedido do Ministério da Justiça e Segurança



Pública para apuração de uma postagem feita por Flávio em 3 de janeiro de 2026 no X.

No documento, é descrito que o parlamentar publicou conteúdo associando a imagem do ditador Nicolás Maduro, da Venezuela, ao presidente Lula, acompanhado de uma mensagem em que afirmava que Lula “será delatado” e relacionava o episódio ao “fim do Foro de São Paulo”, citando supostos vínculos com o tráfico internacional de drogas e armas, lavagem de dinheiro, além de apoio a terroristas e ditaduras.

“A Polícia Federal sustentou que após Flávio afirmar que o Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva ‘será delatado’, ou seja, realizando clara menção ao instituto da colaboração premiada, menciona a prática de crimes como tráfico internacional de drogas e armas, lavagem de dinheiro, suporte a terroristas e fraudes em eleições”, diz Moraes na decisão.

“Trata-se, portanto, de publicação realizada em ambiente virtual público, acessível a milhares de pessoas, por meio da qual se imputa fatos criminosos ao Presidente da República”, complementa.

O ministro determinou o envio dos autos à PF, para que sejam adotadas as “providências cabíveis” em 60 dias.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 16/04/2026

POLÍTICA – JUSTIÇA NEGA REMOÇÃO DE VÍDEO EM QUE JANONES XINGA JAIR BOLSONARO

Em vídeo, deputado federal chamou o ex-presidente de “vagabundo”, “ladrão” e “safado”

Do Estadão Conteúdo

O Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (TJDFT) negou pedido do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) para retirar do ar com urgência um vídeo publicado pelo deputado federal André Janones (Rede-MG) em que o parlamentar o chama de “vagabundo”, “ladrão” e “safado”.

Bolsonaro pedia a exclusão do conteúdo no prazo de 24 horas, abs tenção de novas publicações de teor semelhante e retratação pública de Janones.

O juiz Giordano Resende Costa concluiu que, como o processo está em estágio inicial, não há elementos suficientes para comprovar que se trata de imputação falsa de crime e não de manifestação política “exagerada ou hiperbólica” protegida pela liberdade de expressão.

Ele ressaltou que a retirada imediata do conteúdo poderia representar uma forma de censura, ao suprimir uma manifestação já realizada em ambiente de debate público.

O processo seguirá com a apresentação da defesa de Janones. O mérito da ação (se houve ou não crime) ainda será examinado.

Nos vídeos, o parlamentar mineiro chama o ex-presidente de “vagabundo”, “ladrão” e “safado”, afirma que ele mente sobre seu estado de saúde para cumprir pena domiciliar e atribui a Bolsonaro ordens para matar o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e o vice- -presidente Geraldo Alckmin (PSB), em referência ao plano “Punhal Verde e Amarelo”, descoberto na apuração sobre a trama golpista.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 16/04/2026

INTERMODAL 2026 – APS CRIA PROGRAMA PARA FORMAR PROFISSIONAIS DO SETOR

Peaps aproxima universidades da prática portuária e é anunciado ao lado de medidas em governança e tecnologia

Por JÚNIOR BATISTA redacao.jornal@redebnews.com.br



O anúncio foi feito pelo presidente da APS, Anderson Pomini, durante a Intermodal South America, em São Paulo, com a presença do ministro de Portos e Aeroportos, Tomé Franca

A Autoridade Portuária de Santos (APS) lançou, nesta quarta-feira (15), o Programa Escola Avançada do Porto de Santos (Peaps), iniciativa voltada à formação e qualificação de profissionais para o setor portuário. O anúncio foi feito durante a Intermodal South America, em São Paulo, com a presença do ministro de Portos e Aeroportos, Tomé Franca.

O programa foi estruturado com a proposta de integrar a formação acadêmica com a prática operacional do porto. A ideia é aproximar universidades e mercado, permitindo que alunos tenham contato direto com as atividades do Porto de Santos ao longo de cursos de especialização. A Fundação Centro de Excelência Portuária de Santos (Fundação Cenep) atuará como articuladora entre as instituições de ensino parceiras e o programa.

A iniciativa prevê a criação de cursos de pós-graduação com participação direta de profissionais da autoridade portuária e do setor, levando a experiência prática para dentro do ambiente acadêmico. Como parte desse modelo, será concedido o “Selo Universidade do Porto de Santos” às instituições que atenderem aos critérios definidos, incluindo a oferta de carga horária com atividades realizadas no porto organizado.

De acordo com a Fundação Cenep, o selo busca reconhecer cursos que incorporam a vivência operacional portuária como componente estruturante da formação, permitindo aos alunos acompanhar, na prática, a dinâmica e os desafios do setor.

Durante o lançamento, o ministro de Portos e Aeroportos, Tomé Franca, destacou o alcance da iniciativa. “O programa vai ajudar a formar profissionais não apenas para Santos, mas para todos os portos do Brasil”, afirmou.

O presidente da APS, Anderson Pomini, ressaltou o papel da integração entre academia e operação portuária. “A APS tem profissionais extremamente capacitados, e a experiência deles levada às universidades, não ocupando o lugar delas, mas atuando em conjunto, em cursos de pós-graduação”, disse.

Landlord avançado

No mesmo evento, a APS formalizou um acordo com a Fundação Valenciaport, ligada ao Porto de Valência, na Espanha, para apoio técnico na implantação de um modelo de governança portuária conhecido como landlord avançado.

O modelo prevê uma mudança no papel da autoridade portuária, que deixa de atuar apenas como gestora de contratos de arrendamento e passa a exercer uma função mais ativa na coordenação do sistema portuário. Essa atuação inclui o desenvolvimento de estratégias voltadas à ampliação de negócios e à integração entre diferentes agentes da cadeia logística.

Entre os eixos previstos nesse modelo estão iniciativas relacionadas à digitalização de processos, descarbonização das operações, fortalecimento da intermodalidade, estímulo à inovação, aprofundamento das relações público-privadas e reposicionamento internacional do porto.

A assessoria da Fundação Valenciaport deverá apoiar a APS na adaptação dessas diretrizes à realidade do Porto de Santos, considerando suas características operacionais, logísticas e regulatórias.

Biometria

Durante a programação, o ministro também anunciou a realização de testes de um sistema de embarque com identificação biométrica para passageiros de cruzeiros no Porto de Santos.

A medida tem como objetivo agilizar o fluxo de embarque e reforçar os mecanismos de controle e fiscalização. A expectativa é de que mais de um milhão de passageiros por ano sejam impactados pela adoção da tecnologia, que permitirá reduzir o tempo de acesso aos navios.

O sistema deverá ser testado inicialmente no porto santista antes de eventual ampliação para outros terminais do país. Segundo a autoridade portuária, a iniciativa também busca elevar o padrão de segurança nas operações de embarque, com uso de tecnologias de identificação mais precisas.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 16/04/2026

INTERMODAL 2026 – FRANCA QUER DIVERSIFICAR RECEITAS E REDUZIR DEPENDÊNCIA TARIFÁRIA

O ministro de Portos e Aeroportos, Tomé Franca, defendeu a ampliação das chamadas receitas acessórias como estratégia para fortalecer a sustentabilidade financeira do Porto de Santos. Segundo ele, a ideia é reduzir a dependência exclusiva das tarifas portuárias, tradicionalmente vinculadas à entrada e saída de navios.

Durante a entrevista, o ministro citou como exemplo o projeto do Porto Valongo, cujo leilão deve gerar recursos diretos para o caixa do porto por meio de arrendamentos. A proposta, no entanto, vai além. Inspirado em modelos internacionais como o de Nova York, onde a mesma autoridade administra diferentes ativos de infraestrutura, o governo pretende expandir a atuação do porto para novas frentes de negócio.

“A nossa ideia é emprestar a expertise da boa gestão do Porto de Santos para outras operações, gerando receitas acessórias, além das tarifas vinculadas à entrada e saída de navios exclusivamente”, disse ele.

Entre as possibilidades estão a operação de estacionamentos de caminhões, a oferta de serviços para agências de navegação e o desenvolvimento de estruturas logísticas integradas. Nesse contexto, ganha destaque a criação de condomínios logísticos em áreas estratégicas da Baixada Santista, como Ilha do Tatu, Conceiçãozinha e regiões próximas à Brasil Terminal Portuário (BTP), além de um futuro projeto em São Vicente.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 16/04/2026

INTERMODAL 2026 – POMINI DEFENDE TECON SANTOS 10 COMO ESSENCIAL PARA O PAÍS



O projeto está previsto para a região do Saboó, na margem direita do porto, área que, segundo o presidente da APS, reúne características estratégicas dentro do complexo

A participação do presidente da Autoridade Portuária de Santos (APS), Anderson Pomini, na Intermodal South America, na quarta-feira (15), foi marcada pela defesa da implantação do Tecon Santos 10 como peça central para o futuro da logística brasileira.

Durante palestra no evento, Pomini afirmou que o novo terminal de contêineres, projetado para o Porto de Santos, é essencial para a competitividade do país

no cenário internacional. “Quem assumir o Tecon Santos 10, terá o controle da movimentação de cargas do hemisfério Sul. O Brasil precisa mais do que nunca desse terminal”, disse.

O projeto está previsto para a região do Saboó, na margem direita do porto, área que, segundo o executivo, reúne características estratégicas dentro do complexo santista. Pomini classificou o local como “área mais complexa e, ao mesmo tempo, a mais nobre do Porto de Santos”.

Considerado o maior arrendamento portuário da história do país em valor de investimento, o Tecon Santos 10 deve receber cerca de R\$ 6,4 bilhões. A proposta é ampliar a capacidade de movimentação de contêineres no principal porto brasileiro, em um momento de crescimento da demanda e de pressão sobre a infraestrutura existente.

O projeto ainda está em fase de análise pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), etapa que antecede a publicação do edital de licitação. A expectativa do governo federal é realizar o leilão ainda neste ano.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 16/04/2026

INTERMODAL 2026 – SÃO SEBASTIÃO PROJETA RECORDE E APRESENTA EXPANSÃO NA INTERMODAL

Porto detalha plano de investimentos, avanço de obras e entrada no mercado de contêineres para ampliar capacidade e atuação logística

Da Redação redacao.jornal@redebeneews.com.br



Entre os projetos estruturantes apresentados durante a Intermodal está o arrendamento do terminal multipropósito SSB01, atualmente em fase de modelagem pelo governo federal

O Porto de São Sebastião apresentou, durante o primeiro dia da Intermodal South America 2026, em São Paulo, projeções de crescimento e projetos de modernização que devem ampliar a capacidade operacional do terminal nos próximos anos. A expectativa é encerrar 2026 com até 1,6 milhão de toneladas movimentadas, o que representaria um novo recorde anual. Em 2025, o terminal movimentou 1,4 milhão de toneladas.

Administrado pela Companhia Docas de São Sebastião, o terminal registrou, em janeiro, 133,7 mil toneladas — o maior volume já apurado para o mês e quase cinco vezes acima do registrado em 2016.

Segundo o diretor-presidente da Companhia Docas de São Sebastião, Ernesto Sampaio, os resultados refletem um processo consistente de modernização da infraestrutura e de melhoria operacional.

“O Porto de São Sebastião vive um momento de transformação. Ampliamos nossa eficiência logística, diversificamos cargas e fortalecemos a relação com o setor exportador. A Intermodal é uma oportunidade importante para mostrar ao mercado que o porto está preparado para assumir um papel cada vez mais relevante na logística paulista e nacional”, afirma.

O crescimento recente é impulsionado principalmente pelo agronegócio. O açúcar se consolidou como principal produto movimentado, colocando o terminal entre os destaques nacionais nesse segmento.

Também integram a pauta de cargas produtos como barrilha, malte, cevada, coque de petróleo e trigo, este último retomado após cerca de 25 anos.



A localização no litoral norte paulista e melhorias na Rodovia dos Tamoios ampliaram o alcance logístico do porto, facilitando o acesso a polos produtivos. Outro fator apontado é a profundidade natural do canal, que chega a cerca de 42 metros em alguns trechos e permite a operação de navios de grande porte sem necessidade frequente de dragagem.

Outro avanço estratégico destacado durante a Intermodal é o novo acesso viário ao Porto de São Sebastião, obra do Governo do Estado de São Paulo que entra em fase final de execução.

Com investimento de mais de R\$ 51 milhões, o projeto cria uma rota direta entre as rodovias e o cais, permitindo que caminhões acessem o porto sem passar pelo centro da cidade.

A nova ligação logística deve desviar o tráfego pesado da área urbana, reduzindo congestionamentos e aumentando a segurança viária no município.

Terminal multipropósito

Entre os projetos estruturantes apresentados durante a Intermodal está o arrendamento do terminal multipropósito SSB01, atualmente em fase de modelagem pelo governo federal.

O empreendimento prevê até R\$ 2,5 bilhões em investimentos privados para ampliação da infraestrutura portuária, incluindo a construção de novos berços de atracação, áreas operacionais e sistemas de recepção e expedição de cargas.

A expansão também deve inserir o Porto de São Sebastião no mercado de cargas containerizadas, ampliando sua atuação e contribuindo para a diversificação da logística portuária no estado de São Paulo.

A expectativa é que, ao final do ciclo de investimentos, o terminal alcance capacidade anual de até 1,35 milhão de TEU em contêineres e cerca de 3,45 milhões de toneladas de granéis sólidos.

“O projeto do terminal multipropósito tem potencial para ampliar a capacidade portuária do estado e fortalecer São Sebastião como alternativa logística estratégica dentro do sistema portuário paulista”, destaca Sampaio.

Outro destaque da participação do porto na feira é o avanço do Port Community System (PCS), plataforma digital desenvolvida para integrar os agentes da comunidade portuária e tornar as operações mais ágeis, transparentes e previsíveis.

O sistema reúne em uma única plataforma serviços como: agendamento de atracções, controle de acesso ao porto, gestão de armazenagem e rastreamento de cargas em tempo real.

A solução foi desenvolvida a partir de escuta ativa de operadores, transportadoras e agentes marítimos, seguindo padrões adotados por portos internacionais.

Infraestrutura e logística

O Porto de São Sebastião também apresentou ao mercado investimentos recentes voltados à organização logística, incluindo dragagem do berço de atracação, pavimentação de áreas operacionais, melhorias nas vias internas e implantação de dois pátios de triagem com cerca de 300 vagas para caminhões.

As intervenções ampliaram a capacidade operacional do terminal e ajudaram a reduzir os impactos logísticos no entorno urbano. A operação dos pátios de triagem, além de proporcionar mais conforto aos caminhoneiros, também contribui para a diminuição da emissão de poluentes.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 16/04/2026

INTERMODAL 2026 – MINISTRO FIRMA OBRA NO PORTO DE IMBITUBA E ANUNCIA MEDIDAS

Investimento no terminal catarinense se soma a avanços em dragagem, leilões e política nacional de identificação biométrica

Da Redação redacao.jornal@redenenews.com.br



Ao lado do presidente do Porto de Imbituba, Christiano Lopes de Oliveira, o ministro de Portos e Aeroportos, Tomé Franca, destacou a importância da obra no terminal catarinense

O ministro de Portos e Aeroportos, Tomé Franca, participou na quarta-feira (15) do segundo dia da 30ª edição da Intermodal South America, em São Paulo (SP), um dos principais eventos de logística, transporte de cargas e comércio exterior das Américas, que reúne autoridades públicas, empresas e especialistas para debater soluções logísticas e tendências do setor.

Durante o evento, o ministro assinou o contrato de manutenção e reforço do molhe de abrigo do Porto de Imbituba, em Santa Catarina. Com investimento previsto de R\$ 72,8 milhões, a obra no Porto de Imbituba prevê a recuperação de cerca de 650 metros do talude externo e o alteamento de aproximadamente um metro ao longo da estrutura, com início previsto ainda em abril deste ano e conclusão em agosto de 2027.

Ao lado do presidente do Porto de Imbituba, Christiano Lopes de Oliveira, o ministro Tomé Franca destacou a importância da obra para o fortalecimento da infraestrutura portuária e para o desenvolvimento regional: “além de aumentar a segurança na navegação e na atracação, o projeto representa mais proteção a trabalhadores e operações. Também busca otimizar a agilidade do porto, reduzindo atrasos e custos logísticos. Melhorias que fortalecem mais o sistema portuário catarinense e do Sul do Brasil”, explica.

A assinatura do contrato ocorre em um contexto de fortalecimento da infraestrutura logística em Santa Catarina, um dos principais polos portuários do país. Exemplo disso, o Porto de Itajaí (SC) voltou a contar recentemente com a dragagem de manutenção do canal de acesso, retomada no início de abril, com contrato de R\$ 63,8 milhões que garante a continuidade dos serviços por 12 meses, prorrogáveis por até 48 meses, assegurando a navegabilidade e regularidade das operações.

Ao mesmo tempo, o governo federal avança na estruturação de soluções de longo prazo, com previsão de leilão do canal de acesso ainda em 2026, com investimentos estimados em R\$ 311 milhões.

Ainda nesta quarta, o ministro também assinou a portaria que institui a Política Nacional de Identificação Biométrica em aeroportos, portos e hidrovias. A iniciativa estabelece o uso coordenado de tecnologias, como reconhecimento facial e digital, para identificação de passageiros, tripulantes e trabalhadores, com o objetivo de tornar os processos mais rápidos e seguros.

A política prevê implementação gradual, com testes iniciais em ambiente real antes da expansão nacional, além de integração com bases de dados governamentais e respeito às diretrizes da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**

Data: 16/04/2026

INTERMODAL 2026 – LATAM CARGO EXPANDE HUB EM GUARULHOS E REFORÇA OPERAÇÃO PARA MANAUS

Expansão do TECA aumenta área para e-commerce em 47% e se soma a novos voos e ganho de capacidade semanal

Da Redação redacao.jornal@redebeneews.com.br

A Latam Cargo anunciou, na quarta-feira (15), durante a Intermodal South America 2026, um conjunto de investimentos voltados à ampliação de capacidade, à consolidação de seu principal hub logístico e ao avanço nas operações ligadas ao comércio eletrônico no país.

O principal movimento envolve a expansão do Terminal de Cargas (TECA) no Aeroporto de Guarulhos, considerado o centro estratégico da companhia no Brasil. A área dedicada ao e-commerce foi ampliada em 47%, somando-se a uma expansão já realizada em 2025. O novo espaço entrou em operação no próprio dia 15 de abril e foi dimensionado para atender ao aumento da demanda por cargas associadas ao comércio eletrônico.

Segundo o diretor da Latam Cargo Brasil, Otávio Meneguette, a ampliação responde ao crescimento consistente desse segmento e busca dar mais eficiência às operações. “Investimos de forma consistente para acompanhar o crescimento do e-commerce no Brasil e garantir mais eficiência para nossos clientes. A ampliação em Guarulhos fortalece nosso principal hub, permitindo operações mais ágeis e integradas”, afirma.

Além da estrutura em solo, a companhia também anunciou o reforço da malha aérea cargueira na ligação entre São Paulo/Guarulhos e Manaus, rota considerada estratégica para o escoamento de mercadorias, especialmente para o polo industrial da Zona Franca.

A frequência de voos nessa rota foi ampliada de 10 para 12 operações semanais, com a inclusão de novas saídas às quartas e sextas-feiras. A medida adiciona cerca de 110 toneladas de capacidade por semana e amplia a previsibilidade das operações. Com isso, a empresa passa a contar com 18

Durante a Intermodal, a Latam Cargo também apresentou ao público o estande “Sempre Perto”, iniciativa que busca traduzir o posicionamento da empresa em relação à sustentabilidade e à relação com clientes e parceiros.

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**

Data: 16/04/2026

INTERMODAL 2026 – MAERSK ANUNCIA NOVOS INVESTIMENTOS PARA CENTROS LOGÍSTICOS NO SUL DO BRASIL

Complexos serão instalados em Rio Grande e Paranaguá, visando atender crescente demanda de cargas na região

Da Redação redacao.jornal@redebeneews.com.br



Rio Grande e Paranaguá foram selecionadas pela Maersk por suas posições em corredores de exportação de alto volume e pela proximidade com importantes centros de produção

A A.P. Moller – Maersk anunciou na terça-feira (14) que vai instalar dois novos centros logísticos e de armazenamento no Sul do país, visando atender a crescente demanda de clientes que movimentam



cargas, principalmente do agronegócio, além de produtos refrigerados e cargas industriais. Os novos complexos serão em Rio Grande (RS) e Paranaguá (PR).

Segundo a Maersk, Rio Grande e Paranaguá foram as cidades selecionadas por suas posições estratégicas em corredores de exportação de alto volume e pela proximidade com importantes centros de produção. A companhia disse que os complexos ficarão próximos aos portos de Rio Grande e Paranaguá, com acesso rodoviário direto aos principais polos de distribuição.

“Esses investimentos respondem às necessidades de clientes que movimentam cargas do agronegócio, produtos refrigerados e cargas industriais pelos principais corredores de exportação do Brasil. Ao ampliar a capacidade próxima aos portos de Rio Grande e Paranaguá, fortalecemos a confiabilidade no transporte terrestre, apoiamos a demanda em períodos de pico e criamos soluções logísticas de ponta a ponta mais simples para os setores que impulsionam o crescimento do comércio brasileiro”, afirmou Ricardo Rocha, Presidente da Maersk na Costa Leste da América do Sul.

As instalações também vão fortalecer a conectividade entre portos, mercados do interior e fluxos transfronteiriços na América do Sul.

Os novos depósitos atendem à demanda de clientes por infraestrutura próxima aos portos para reduzir tempos de permanência, aumentar a capacidade durante os picos de exportação, oferecer soluções integradas que conectam os serviços marítimos, terrestres e de pátio, além de ampliar a capacidade de operação com contêineres refrigerados à medida que crescem os volumes do agronegócio.

As instalações oferecerão serviços de inspeção, limpeza, reparo de contêineres e suporte operacional, contribuindo para a redução dos prazos de entrega dos clientes. A infraestrutura ampliada também permite que a Maersk integre ainda mais as operações de pátio com o transporte terrestre, atividades relacionadas à alfândega e os serviços marítimos.

Especificações

O centro logístico de Rio Grande estará localizado a 2,5 quilômetros do Porto do Rio Grande, tendo aproximadamente 70 mil metros quadrados de área. O espaço contará com um depósito multipropósito projetado para operações de alto volume; manuseio de contêineres secos e refrigerados; armazenagem de contêineres vazios e cheios; serviços de carga, cross-docking e atividades de suporte operacional.

Já em Paranaguá, haverá uma ampliação do atual centro de 3.160 m², totalizando 6.000 m² de área de CFS (Container Freight Station). O projeto é voltado à redução de congestionamentos e melhoria no processamento de cargas de exportação e tem capacidade ampliada para cargas secas, refrigeradas e fluxos de exportação.

Ambas as unidades contam com layouts otimizados para melhorar o manuseio de contêineres e a circulação de caminhões, capacidade dedicada para tomadas de contêineres refrigerados e infraestrutura projetada para operações seguras e eficientes.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 16/04/2026

INTERMODAL 2026 – TESC INVESTIRÁ R\$ 100 MILHÕES NA PRIMEIRA FASE DE AMPLIAÇÃO DO TERMINAL

Obras no píer vão permitir a atracação simultânea de dois navios simultâneos e preparar o terminal para receber navios maiores

Da Redação redacao.jornal@redebeneews.com.br

O Grupo Solaris deu início neste mês de abril a ampliação do píer do Terminal Santa Catarina, o Tesc, em São Francisco do Sul. Com investimentos iniciais de R\$ 100 milhões, a obra vai permitir a

atracação simultânea de dois navios e vai preparar o terminal para receber embarcações de maior porte, o que vai contribuir para ampliação de sua capacidade operacional.

A cerimônia da primeira estaca da obra reuniu autoridades e diretores do Grupo Solaris. A obra consiste na ampliação de 66 metros na extensão do píer, com a manutenção da largura de 52 metros. A previsão é de conclusão ainda em 2026.

A obra em andamento permitirá a ampliação do berço de atracação e a operação simultânea de dois navios, aumentando a produtividade e reduzindo o tempo de espera para carregamento e descarga.

Conforme anunciado, a ampliação do píer faz parte da primeira etapa de um plano mais amplo que visa a expansão e modernização do Tesc. Além da quantia de R\$ 100 milhões, o Grupo Solaris mira um novo ciclo de investimentos, em mais de R\$ 500 milhões, que está sob análise junto ao Ministério de Portos e Aeroportos, com previsão de aprovação para o final do primeiro semestre de 2026.

“Este é apenas o primeiro passo de um projeto transformador para o Tesc. Estamos preparando o terminal para um novo patamar de capacidade, eficiência e competitividade, em linha com a evolução do comércio exterior brasileiro”, afirmou Stéphane Frappat, CEO da Solaris.

O Grupo Solaris anunciou que a primeira fase será executada de forma integrada às operações rotinas do Tesc, garantindo a continuidade das atividades. Já a segunda fase do projeto de ampliação, prevista para começar no segundo semestre de 2026, também foi estrategicamente planejada para ocorrer sem impactos relevantes à operação do terminal.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 16/04/2026

TRANSPORTES - PORTOS – TÚNEL SANTOS-GUARUJÁ E ACESSOS LOGÍSTICOS LIDERAM DISCUSSÕES EM EVENTO

Encontro em São Paulo reuniu autoridades, empresários e especialistas para debater obras estratégicas

Da Redação redacao.jornal@redebeneews.com.br



Representando os prefeitos da Baixada Santista, Rogério Santos destacou a necessidade de articulação entre poder público e iniciativa privada para viabilizar projetos estruturantes

A 3ª edição do Summit Connect Infra reuniu, nesta segunda-feira (13), em São Paulo, autoridades públicas, representantes do setor produtivo e especialistas para discutir os principais desafios e oportunidades da infraestrutura no país. O evento contou com a presença do vice-presidente Geraldo Alckmin, do ministro de Portos e Aeroportos, Tomé Franca, além de integrantes do Tribunal de Contas da União (TCU), do Judiciário e do prefeito de Santos, Rogério Santos.

Representando os prefeitos da Baixada Santista, Rogério Santos destacou a necessidade de articulação entre poder público e iniciativa privada para viabilizar projetos estruturantes. Segundo ele, cidades como Santos vivem diretamente os impactos da infraestrutura. “O Porto é o maior patrimônio da cidade, responsável pela geração de riqueza e pelo desenvolvimento urbano, mas também influencia as relações sociais”, afirmou.

O prefeito também ressaltou os desafios enfrentados pelos gestores públicos, especialmente em relação ao licenciamento ambiental e à necessidade de planejamento integrado. “Investir em



infraestrutura é essencial, mas é preciso garantir qualidade, eficiência e responsabilidade. Precisamos avançar com o apoio do Congresso, das assembleias, dos municípios e da iniciativa privada”, disse.

À tarde, um painel técnico aprofundou as discussões sobre projetos estratégicos para a Baixada Santista e o Porto de Santos. Entre os temas abordados estiveram a terceira pista do Sistema Anchieta-Imigrantes, o túnel Santos-Guarujá, os investimentos na Ferrovia Interna do Porto de Santos (FIPS), o aprofundamento do canal de navegação e a ampliação de terminais portuários.

O debate também destacou os desafios de coordenação entre licenciamento ambiental, planejamento logístico e execução simultânea de grandes obras, considerados fundamentais para garantir competitividade e sustentabilidade ao setor.

Moderado por Marcelo Sammarco, vice-presidente do Conselho de Administração do Instituto Brasileiro de Infraestrutura (IBI), o painel contou com a participação do secretário de Governo de Santos, Fábio Ferraz; do superintendente de Desenvolvimento de Infraestrutura da Autoridade Portuária de Santos, Luiz Felipe Tonelli Távora; da secretária de Desenvolvimento Econômico e Portuário do Guarujá, Fábiana Margarido; e do CEO da Santos Brasil, Antônio Carlos Sepúlveda.

“A integração entre sistemas ferroviários, rodoviários e novos acessos é essencial para garantir o desenvolvimento sustentável da Baixada Santista”, afirmou Ferraz.

Realizado no Bisutti Cardoso de Melo, na Vila Olímpia, o Summit Connect Infra foi organizado pela Frente Parlamentar Mista de Portos e Aeroportos (FPPA), com apoio técnico do Instituto Brasileiro de Infraestrutura (IBI).

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 16/04/2026

TRANSPORTES - PORTOS – EMPRESA FAZ PRIMEIRA EXPORTAÇÃO DE MINÉRIO DE TERRAS RARAS PELO PORTO DE SANTOS

Foram transportadas 16 toneladas de minério com destino ao Canadá, no primeiro embarque realizado pela ADL Mineração

Da Redação redacao.jornal@redebeneews.com.br

A ADL Mineração realizou neste mês a sua primeira operação de exportação de monazita, minério de terras raras, via Porto de Santos (SP). Ao todo, foram embarcadas 16 toneladas de minério, extraídos de uma jazida em São Francisco do Itabapoana, no estado do Rio de Janeiro, com destino do Canadá.

Esta foi a primeira operação de embarque de minério desde 2019, quando houve uma remessa de exportação feitas pelas Indústrias Nucleares do Brasil (INB), vinculada ao governo federal.

A ADL informou que tem expectativa de exportar de 500 toneladas a 1.000 toneladas de monazita até o fim de 2026, para compradores do Canadá, dos Estados Unidos e da China, e, em dois anos, alcançar volume em torno de 3 mil toneladas em vendas para o mercado externo.

“A retomada da produção e, sobretudo, da exportação de monazita representa um marco histórico para o setor mineral brasileiro”, disse Adelina Lee, CEO da ADL Mineração.

A executiva explicou que a exportação feita por uma empresa privada reflete avanços no ambiente regulatório e a maturidade do setor, o que permitiu que companhias do setor privado estruturadas pudessem atender a requisitos de regulação, técnicos, ambientais e de segurança exigidos para viabilizar esse tipo de operação.

A ADL Mineração destacou que o mineral ganhou relevância econômica por estar ligado a cadeias produtivas críticas da transição energética e à indústria de alta tecnologia e da defesa, incluindo a

fabricação de ímãs permanentes de alta potência, telas, carros elétricos, motores de turbinas eólicas e energia nuclear, entre outros.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 16/04/2026

TRANSPORTES – HIDROVIAS – OBRA NA HIDROVIA TIETÊ-PARANÁ ATINGE 97% E ENTRA NA FASE FINAL

Intervenção amplia canal, eleva capacidade de transporte e deve reduzir gargalos em corredor estratégico até junho

Da Redação redacao.jornal@redebnews.com.br



O projeto envolve o aprofundamento do canal em 3,5 metros ao longo de cerca de 16 quilômetros, com a remoção de cerca de 553 mil metros cúbicos de material rochoso

As obras de derrocamento do Pedral de Nova Avanhandava, na hidrovía Tietê-Paraná, atingiram 97% de execução e entraram na fase final, com conclusão prevista para o fim de junho. O avanço foi acompanhado nesta quarta-feira (15), em Buritama (SP), pelo ministro de Portos e Aeroportos, Tomé Franca, durante visita técnica ao local.

A intervenção, considerada uma das principais obras logísticas em andamento no país, conta com investimentos de cerca de R\$ 293,8 milhões e prevê a ampliação das condições de navegabilidade em um dos principais corredores de escoamento da produção nacional. No mesmo dia, o trecho passou pela última vistoria técnica antes da entrega definitiva.

O projeto envolve o aprofundamento do canal em 3,5 metros ao longo de cerca de 16 quilômetros, com a remoção de aproximadamente 553 mil metros cúbicos de material rochoso. Ao final, o canal deverá atingir cerca de 60 metros de largura, permitindo a circulação de comboios maiores e mais regulares ao longo do ano.

A obra é executada por meio de convênio entre o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit) e o Governo de São Paulo, com recursos provenientes da desestatização da Eletrobras, conforme previsto em legislação federal. A intervenção ocorre a jusante da eclusa de Nova Avanhandava, entre os municípios de Buritama e Brejo Alegre.

Com a conclusão, a expectativa é que a capacidade de transporte hidroviário seja ampliada de cerca de 2,5 milhões para até 7 milhões de toneladas por ano, elevando o patamar operacional da hidrovía. O ganho está associado à redução de restrições de navegação, especialmente em períodos de estiagem, quando a variação no nível dos reservatórios das usinas hidrelétricas costuma impactar o tráfego.

Segundo o ministro, a obra amplia a previsibilidade e a eficiência do transporte. “Essa é uma obra estratégica para a hidrovía Tietê-Paraná, que amplia a navegabilidade e integra diferentes modais, reduzindo custos logísticos e fortalecendo a competitividade da produção brasileira, além de contribuir para um transporte mais eficiente e sustentável”, afirmou.

Além da ampliação de capacidade, a intervenção busca reduzir gargalos históricos no trecho, melhorar a segurança da navegação e fortalecer a integração entre regiões produtoras e os principais corredores logísticos. A hidrovía Tietê-Paraná conecta áreas do Centro- Oeste e Sudeste ao Porto de Santos, principal rota de exportação do país.

Durante a vistoria, o subsecretário de Logística e Transportes do Estado de São Paulo, Denis Gerage Amorim, destacou o uso de soluções técnicas pouco usuais em projetos hidroviários. “O diferencial dessa obra está na incorporação de metodologias e tecnologias inovadoras que não são usuais em projetos hidroviários, como o uso de soluções mais comuns em obras rodoviárias. Isso eleva o nível de precisão das intervenções, reduz impactos ambientais e cria um modelo que pode ser replicado em outros projetos logísticos no Brasil, colocando São Paulo na dianteira desse processo”, disse.

Entre as tecnologias empregadas está o uso combinado de desmonte com explosivos e aplicação de plasma, método que utiliza reações termoquímicas para fragmentar rochas com menor propagação de vibrações. A técnica é aplicada especialmente em trechos que exigem maior controle, contribuindo para reduzir impactos no leito do rio e na fauna aquática.

O sistema também incorpora medidas de mitigação ambiental, como cortinas de bolhas que ajudam a afastar peixes das áreas de intervenção. De acordo com os responsáveis pela obra, a combinação de técnicas tem permitido maior precisão nas operações e ganhos em segurança ambiental.

Outro avanço associado ao projeto é a implantação de oito novos pontos de espera ao longo do canal, estruturas de apoio utilizadas por embarcações durante o processo de eclusagem. A medida deve reduzir em cerca de 30% o tempo de espera, contribuindo para maior fluidez e organização do tráfego hidroviário.

A obra também tem impacto direto na economia regional. Estima-se a geração de cerca de 250 empregos diretos e aproximadamente 750 indiretos ao longo da cadeia produtiva.

Antes da retomada dos trabalhos, em 2023, a intervenção estava paralisada desde 2019, o que agravou os efeitos de períodos de estiagem severa registrados nos anos anteriores. A ampliação do canal busca garantir a navegabilidade mesmo em cenários de baixa disponibilidade hídrica, reduzindo o risco de interrupções no escoamento de cargas.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 16/04/2026

TRANSPORTES - FERROVIAS / RODOVIAS - ANTT APRESENTA AGENDA DE CONCESSÕES E PROJETA EXPANSÃO DA INFRAESTRUTURA

Agência detalha carteira de projetos com leilões rodoviários e ferroviários, prevê novos investimentos bilionários e destaca papel da regulação na atração de capital privado

Da Redação redacao.jornal@redebenews.com.br



Guilherme Theo Sampaio detalhou iniciativas voltadas à ampliação de concessões, à atração de investimentos privados e ao fortalecimento da malha logística nacional

A Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) apresentou ao setor industrial, na terça-feira (14), em reunião na sede da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), um conjunto de projetos e diretrizes que, segundo a própria agência, indicam um cenário estruturado para a expansão da infraestrutura de transportes no país.

Durante o encontro, o diretor-geral da ANTT, Guilherme Theo Sampaio, detalhou a chamada “Agenda ANTT 2026”, que, de acordo com a agência, reúne iniciativas voltadas à ampliação de concessões, à atração de investimentos privados e ao fortalecimento da malha logística nacional. A apresentação foi direcionada a empresários e representantes da indústria e teve como foco a capacidade de execução de projetos e o ambiente regulatório.



Segundo a ANTT, o país conta atualmente com mais de 18 mil quilômetros de rodovias concedidas, com previsão de R\$ 306 bilhões em investimentos em capital (Capex) e outros R\$ 219 bilhões destinados à operação e manutenção (Opex) ao longo dos contratos. No setor ferroviário, a agência aponta a existência de cerca de 15 mil quilômetros em operação, além de novos projetos em fase de estruturação e expansão.

A agência também apresentou dados sobre o ciclo recente de concessões rodoviárias. De acordo com a ANTT, entre 2023 e 2025 foram realizados 19 leilões, que somam mais de 7 mil quilômetros concedidos e cerca de R\$ 230 bilhões em investimentos previstos. Para 2026, a previsão da agência é de novos leilões que totalizam mais de 3.200 quilômetros de rodovias e R\$ 71,6 bilhões em aportes estimados.

No segmento ferroviário, a ANTT afirma que a agenda inclui tanto novos projetos quanto renovações contratuais e ampliações da malha existente. Entre os empreendimentos citados estão a Ferrogrão e a EF-118, considerados pela agência como estruturantes para a expansão da capacidade logística. A ANTT também menciona que o setor ferroviário acumula mais de R\$ 227 bilhões em novos investimentos, com contratos em vigor e autorizações para novos trechos.

De acordo com a agência, a previsibilidade regulatória tem sido um dos fatores que contribuem para a atração de investidores. A ANTT sustenta que a consolidação de regras e a estabilidade dos contratos são elementos que favorecem o ambiente de negócios e a viabilidade dos projetos de longo prazo.

Ainda segundo a ANTT, os investimentos previstos têm potencial para gerar mais de 1,5 milhão de empregos, considerando efeitos diretos, indiretos e induzidos. A agência também atribui às concessões impactos esperados na segurança viária, na redução de custos logísticos e no aumento da competitividade da economia.

Na avaliação apresentada durante o encontro, a ANTT se posiciona como responsável por estruturar o ambiente regulatório necessário para viabilizar os investimentos em infraestrutura. A agência afirma que sua atuação vai além da regulação, incluindo a organização dos projetos, a definição de diretrizes e o acompanhamento dos contratos, com foco na execução e na ampliação da capacidade logística do país.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 16/04/2026

TRANSPORTES - FERROVIAS / RODOVIAS – PONTE NA BR-272 SEGUE INTERDITADA PARA OBRAS NO OESTE DO PARANÁ

Recuperação estrutural deve durar até o segundo semestre, com travessia por balsa e impactos na logística regional

Da Redação redacao.jornal@redebeneews.com.br

O Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit) realiza obras de recuperação na ponte sobre o Rio Piquiri, na BR272, no oeste do Paraná, entre os municípios de Terra Roxa e Francisco Alves. A intervenção teve início em janeiro deste ano, com investimento estimado em R\$ 12,4 milhões, e ocorre após a identificação de problemas estruturais na travessia.

Segundo o Dnit, os trabalhos envolvem a reabilitação da estrutura da ponte, com foco no reforço de elementos de sustentação e na recuperação de partes comprometidas. Entre os serviços já executados estão a implantação de estacas de fundação, o tratamento de fissuras e trincas nos pilares e o reforço de componentes estruturais intermediários.

As próximas etapas, de acordo com o cronograma da obra, incluem intervenções adicionais nos sistemas de sustentação, com o objetivo de restabelecer as condições de operação da ponte. O órgão afirma que a recuperação busca adequar a capacidade de carga da estrutura às exigências atuais de tráfego.

Durante a execução dos trabalhos, a ponte permanece interdita para todos os tipos de veículos. A previsão do Dnit é que a liberação ocorra no segundo semestre deste ano, embora o prazo esteja condicionado ao andamento das obras.

Como alternativa, a travessia do rio tem sido realizada por meio de balsa, que opera de forma contínua no local. O tempo médio de deslocamento é de cerca de 15 minutos por viagem, com capacidade de até 320 toneladas por travessia. O embarque é organizado no local, com controle de carga baseado nas informações dos veículos e das mercadorias transportadas.

A interdição da ponte altera a logística regional, já que a BR-272 é utilizada para o transporte de cargas e a ligação entre municípios do oeste paranaense. A rodovia conecta áreas de produção agrícola e integra rotas de escoamento de produtos como soja e milho.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 16/04/2026

TRANSPORTES - FERROVIAS / RODOVIAS - TCU AMPLIA PRAZO PARA ANTT CUMPRIR EXIGÊNCIAS DE TRANSPARÊNCIA

Decisão mantém obrigações sobre divulgação de dados e contratos, mas estende prazo para até 360 dias

Do Estadão Conteúdo



Ao analisar o recurso, o ministro Walton Alencar Rodrigues disse que a ANTT não contestou o mérito das determinações, mas apenas a possibilidade de cumprimento do prazo

O ministro Walton Alencar Rodrigues, do Tribunal de Contas da União (TCU), decidiu nesta quarta-feira, 15, dar mais prazo para que a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) cumpra determinações relacionadas à transparência em concessões rodoviárias federais. O relator votou por acolher pedido de reexame da agência e estender o

prazo originalmente fixado de 180 dias para cerca de 360 dias.

A decisão mantém o conteúdo das exigências impostas pelo TCU, que incluem a divulgação de bases de dados sobre fiscalização e execução contratual, a disponibilização de informações acessíveis sobre os contratos e a padronização das informações no portal da agência. O foco das medidas é ampliar a transparência sobre os investimentos e obrigações das concessionárias, especialmente os previstos nos Programas de Exploração de Rodovia (PERs).

Ao analisar o recurso, Walton afirmou que a ANTT não contestou o mérito das determinações, mas apenas a possibilidade de cumprimento do prazo. Segundo a agência, o cumprimento das medidas envolve etapas técnicas complexas, como desenvolvimento de sistemas, revisão de bases de dados e implementação de novos formatos de divulgação, além de limitações de pessoal.

O relator considerou razoáveis os argumentos e afirmou que o prazo inicial poderia ser insuficiente diante da complexidade das ações exigidas. Com isso, votou pelo provimento do recurso, entendimento acompanhado por unanimidade pelo plenário.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 16/04/2026

TRANSPORTES - RODOVIAS – VISÃO SOBRE MARGEM DE LUCRO PREOCUPA SINDICOM

A entidade manifestou preocupação com possíveis entendimentos equivocados sobre a formação de preços dos combustíveis

Do Estadão Conteúdo



Para controlar a alta dos preços na bomba, o governo vem apertando a fiscalização e, por decreto, vai exigir informações sobre as margens de lucro das empresas

O Sindicato Nacional das Empresas Distribuidoras de Combustíveis e de Lubrificantes (Sindicom) reafirmou nesta quarta-feira, 15, o compromisso das suas associadas com o abastecimento em todo o território nacional, em especial neste momento da crise provocada pelos conflitos no Oriente Médio.

A entidade manifestou, no entanto, preocupação com possíveis entendimentos equivocados sobre a formação de preços do setor e o questionamento sobre as margens de lucro, em um momento em que o governo vem apertando a fiscalização e, por decreto, vai exigir informações sobre as margens de lucro das empresas.

Segundo a entidade, dados da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) indicam que a parcela média histórica da margem bruta da distribuição representa cerca de 5% na composição da cadeia de combustíveis;

“Na prática, trata-se de uma fatia relativamente estável e de baixa participação na formação do preço final ao consumidor, para garantir segurança de suprimento, qualidade do produto em todo território nacional”, explicou em nota nesta quarta.

De acordo com o Sindicom, a formação de preços dos combustíveis deve considerar “a diversidade de fatores que compõem o valor final ao consumidor, como produção, importação, mistura obrigatória de biodiesel, logística, custos financeiros e tributos.”

As distribuidoras, assim como os postos de abastecimento, têm sido alvos de fiscalização por órgãos do governo federal para evitar preços abusivos no contexto da alta do petróleo no mercado internacional, mas ainda não deixou claro qual o parâmetro usado para avaliar irregularidades. Esta semana, o governo informou que publicará um decreto para que as distribuidoras de diesel e GLP (gás de cozinha) informem as margens brutas de lucro.

“A entidade reconhece os esforços do governo federal para mitigar os impactos das oscilações internacionais, mas ressalta que os preços de combustíveis no Brasil decorrem de uma cadeia complexa e integrada”, destacou o Sindicom.

Nesse contexto, reforçou a entidade, a distribuição tem papel estratégico para assegurar o abastecimento com qualidade e regularidade, viabilizando o transporte de cerca de 137 bilhões de litros de combustíveis por ano em todo o País para garantir o abastecimento a aproximadamente 200 mil veículos por hora.

“Em um País de dimensões continentais, as distribuidoras garantem a entrega de combustíveis em todo o território, superando desafios logísticos e assegurando qualidade ao consumidor final”, afirmou a entidade.

Segundo o Sindicom, a participação do setor representa cerca de 7,3% no Produto Interno Bruto (PIB) do comércio brasileiro e geração de aproximadamente 447 mil empregos.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 16/04/2026

PETRÓLEO E GÁS – TBG E SCGÁS INAUGURAM NOVA ESTAÇÃO EM SC

Nova unidade tem capacidade de até 1,8 milhão de metros cúbicos de gás por dia

Do Estadão Conteúdo

A Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil (TBG) e a Companhia de Gás de Santa Catarina (SCGás) inauguram na quinta-feira, 16, a Estação de Transferência de Custódia (ETC-10), em Siderópolis, Santa Catarina, em um movimento que amplia a infraestrutura de gás natural no País.

Com capacidade de até 1,8 milhão de metros cúbicos por dia, a nova unidade aumenta a oferta do energético e reforça a integração do sistema de transporte na região Sul, com impactos também em escala nacional.

“A ETC-10 estabelece um novo ponto de conexão e entrega de gás natural, reforçando a presença da TBG no estado e ampliando a capacidade de atendimento à demanda de indústrias, comércios e residências. A iniciativa, assim, contribui para a expansão da infraestrutura e para o desenvolvimento do mercado de gás natural no Brasil”, disse a TBG em nota.

A nova estação é resultado da Chamada Pública CP03/2021 da TBG, que viabilizou a ampliação da capacidade na zona de saída SC2, no sul catarinense, de 826 mil m³/dia para 1,469 milhão de m³/dia a partir de 2024. O contrato entre TBG e SCGás para viabilizar o projeto foi assinado em agosto de 2023, consolidando mais uma etapa da expansão da malha e do mercado de gás natural no País.

A transportadora afirma que a entrada em operação da estação atende às metas de expansão contratual e traz avanços em eficiência logística e no atendimento aos clientes de distribuição. A companhia também vincula o projeto ao reforço da segurança energética e ao aumento da competitividade do País.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 16/04/2026

PETRÓLEO E GÁS - TCU ABRE INVESTIGAÇÃO SOBRE LEILÃO DE RESERVA

Tribunal de Contas da União rejeita suspensão do certame, mas aceita representação sobre possíveis irregularidades

Do Estadão Conteúdo



A representação aceita pelo TCU é sobre indícios de irregularidades na definição de preços-teto no Leilão de Reserva de Capacidade na forma de Potência

O Tribunal de Contas da União (TCU) decidiu nesta quarta-feira, 15, por aceitar a representação sobre possíveis

‘irregularidades’ no leilão de reserva de capacidade, realizado em março de 2026 pelo Ministério de Minas e Energia.

A representação em questão é sobre indícios de irregularidades na definição de preços-teto no Leilão de Reserva de Capacidade na forma de Potência (LRCAP) realizado em março. O processo é relatado pelo ministro Jorge Oliveira.



“Concordo integralmente com a proposta da unidade técnica, no sentido de permitir que auditores possam inspecionar os entes envolvidos para coletar as informações necessárias para o acompanhamento do leilão”, afirmou o relator da sessão plenária.

A representação foi protocolada pelo Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União (MPTCU).

O subprocurador-geral Lucas Furtado chegou inclusive a pedir cautelar para suspender o certame com base no aumento de até 80% do preço-teto do leilão e outros apontamentos. Medidas cautelares foram negadas pelo relator.

O ministro do Tribunal de Contas da União (TCU), Bruno Dantas, falou sobre a eventual desclassificação das chamadas “geradoras de papel” no leilão de reserva de capacidade. Ele citou possível penalização e, na pior das hipóteses, caracterização de “fraude ao certame licitatório”, após o processo fiscalizatório em andamento.

Bruno Dantas argumentou que a auditoria precisa ser incisiva contra as geradoras de papel - termo utilizado para os agentes que eventualmente venceram lotes, mas não dispõem de usinas de operação, capital próprio compatível com os investimentos assumidos ou estrutura técnica para as construções dos empreendimentos.

“Os resultados do segundo leilão de reserva de capacidade revelaram a participação vitoriosa de agentes geradores de papel, como se chama no mercado”, declarou.

Ágio

Dantas afirmou que em 2021, quando foi realizado o primeiro leilão de reserva de capacidade, foi observado a mesma dinâmica. “São geradoras de papel que se especializaram em estruturar projetos e depois saíram no mercado para vender um contrato administrativo, ganhando um ágio e empurrando a conta para o consumidor.

Esse padrão não é novo e não se limita a um único agente”, declarou. Esse modelo de negócio baseado na revenda de contratos públicos é um mecanismo que transfere para os consumidores o risco da não entrega e o custo das multas contratuais, de acordo com análise do TCU.

Dantas lembrou que no leilão de 2021 houve agentes que venceram contratos e não cumpriram as cláusulas. “Expuseram o sistema ao risco de desabastecimento e transferiram no final aos consumidores o custo integral das penalidades contratuais resultantes”, frisou. Ele disse ainda que agentes nessa situação relatada foram habilitados para participar do leilão de 2026, sem que os órgãos responsáveis verificassem os antecedentes.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 16/04/2026

ENERGIA – DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA MELHOROU EM 2025, DIZ ANEEL

Consumidores ficaram 9,3 horas em média sem energia, o que representa redução de 9,2%

Do Estadão Conteúdo

A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) informou nesta quarta-feira, 15, que houve melhoria na qualidade dos serviços de distribuição de energia elétrica no ano passado, em comparação com o ano de 2024.

Os consumidores ficaram 9,30 horas em média sem energia no ano, o que representa uma redução de 9,2% em relação ao período anterior. Pela primeira vez, todas distribuidoras de grande porte tiveram indicador de qualidade abaixo de 1 em ranking de desempenho.

A frequência das interrupções do serviço de energia manteve trajetória de redução, passando 4,89 interrupções em 2024 para 4,66 interrupções em média por consumidor em 2025. Isso significa uma melhora de 4,7% no período.

O valor de compensações pagas aos consumidores também teve redução no ano passado. Segundo a Agência, isso mostra uma “evolução na qualidade do serviço prestado pelas concessionárias”.

A compensação para os consumidores de energia elétrica, prevista em caso de descumprimento dos limites de duração e frequência de interrupções, caiu de R\$ 1,122 bilhão em 2024 para R\$ 1,002 bilhão em 2025. A quantidade de compensações pagas também diminuiu, de 27,3 para 21,6 milhões.

A Aneel avaliou todas as concessionárias do país no período de janeiro a dezembro de 2025. Há uma divisão em dois grupos: concessionárias que atendem até 400 mil unidades consumidoras e as que atendem número igual ou superior a isso.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 16/04/2026

MINERAÇÃO – MINERAÇÃO CRESCE NO INÍCIO DE 2026 COM ALTA DE FATURAMENTO E EXPORTAÇÕES

Setor alcança R\$ 77,9 bilhões no trimestre, com avanço das vendas externas e maior participação no superávit comercial

Da Redação redacao.jornal@redebeneews.com.br



Segundo o levantamento, o minério de ferro concentrou 48% da receita total, com R\$ 37,5 bilhões, mas registrou recuo de 3% em relação ao mesmo período do ano anterior

O setor mineral brasileiro iniciou 2026 com avanço de faturamento, aumento das exportações e nova rodada de investimentos,

em um cenário que combina valorização de commodities, mudanças no ambiente regulatório e maior demanda global por minerais críticos.

Dados divulgados na quarta-feira (15) pelo Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram) mostram que a indústria mineral faturou R\$ 77,9 bilhões no primeiro trimestre, alta de 6% na comparação com o mesmo período de 2025. No mesmo intervalo, o setor respondeu por US\$ 9,29 bilhões do saldo da balança comercial brasileira — o equivalente a 66% do superávit total do país, de US\$ 14,17 bilhões.

O desempenho foi acompanhado por crescimento das exportações, que somaram US\$ 11,4 bilhões, avanço de 21,5%, enquanto as importações alcançaram US\$ 2,1 bilhões, alta de 29%. Em volume, as vendas externas chegaram a 87,9 milhões de toneladas.

A arrecadação de tributos e taxas também avançou, atingindo R\$ 26,9 bilhões no trimestre, alta de 5,5%. O setor mantinha, em fevereiro, 230.011 empregos diretos, segundo dados do Novo Caged.

O resultado ocorre em um contexto de valorização de parte relevante das commodities minerais. O ouro e o cobre puxaram o crescimento do faturamento, compensando a queda no minério de ferro, principal produto do setor.

O minério de ferro concentrou 48% da receita total, com R\$ 37,5 bilhões, mas registrou recuo de 3% em relação ao mesmo período do ano anterior. Já o ouro teve alta de 45%, somando R\$ 13,5 bilhões, enquanto o cobre avançou 28%, com R\$ 10,3 bilhões. Juntos, os dois produtos ganharam participação na composição da receita do setor.



Outros minerais apresentaram desempenho mais moderado ou negativo, como granito, calcário dolomítico e bauxita, todos com recuos no faturamento.

No mercado externo, o minério de ferro respondeu por 53,9% das exportações minerais, com US\$ 6,15 bilhões, seguido por ouro (US\$ 2,34 bilhões) e cobre (US\$ 1,59 bilhão), ambos com crescimento expressivo. A China permaneceu como principal destino, concentrando 66% das exportações em volume.

Investimentos

O Ibram também revisou para cima a projeção de investimentos do setor. A expectativa agora é de US\$ 76,9 bilhões entre 2026 e 2030, aumento de 12,5% em relação à estimativa anterior e o maior valor da série histórica iniciada no ciclo 2014-2018.

Do total previsto, US\$ 21,3 bilhões devem ser destinados a minerais críticos, em linha com a crescente demanda global por insumos ligados à transição energética e à indústria de tecnologia.

Entre as principais commodities, o minério de ferro deve concentrar 25,8% dos investimentos, seguido pelo cobre, com 11,2%.

Regulação e Congresso

Os números do setor foram divulgados no mesmo dia em que a Câmara dos Deputados analisa mudanças no marco regulatório do ouro. Um substitutivo ao projeto de lei 3025/2023, em tramitação, é alvo de críticas do Ibram, que avalia que o texto pode enfraquecer mecanismos de rastreabilidade e abrir espaço para a ampliação do mercado ilegal.

Segundo a entidade, a proposta retira da Agência Nacional de Mineração a atribuição de implementar o rastreamento e transfere a função para a Casa da Moeda, que não teria estrutura regulatória para a atividade. A própria agência já se posicionou contra a mudança.

Outro ponto de debate no Congresso envolve a criação de uma estatal voltada a minerais críticos e terras raras. Dois projetos em tramitação preveem a constituição da empresa, com diferentes escopos de atuação.

O Ibram contesta a proposta e avalia que os principais entraves ao desenvolvimento do segmento no Brasil estão ligados à falta de financiamento, à infraestrutura e à segurança jurídica, e não à ausência de uma empresa pública.

Atualmente, o país possui a segunda maior reserva mundial de terras raras, estimada em 21 milhões de toneladas, mas responde por menos de 1% da produção global.

Estados e logística

Na distribuição regional do faturamento, Minas Gerais liderou no primeiro trimestre, com R\$ 29,9 bilhões, seguido pelo Pará, com R\$ 27,4 bilhões. Bahia, Goiás, Mato Grosso e São Paulo aparecem na sequência.

O desempenho do Pará se destacou, com alta de 12%, enquanto Mato Grosso avançou 21%. Já Goiás e São Paulo registraram queda no faturamento.

Do lado das importações, o Brasil manteve forte dependência de insumos como potássio e carvão, com destaque para o crescimento das compras desses produtos no período.

Cenário

Para o Ibram, o conjunto de indicadores aponta para um setor em expansão, impulsionado tanto pela demanda externa quanto pela valorização de minerais ligados à transição energética. Ao mesmo tempo, o ambiente regulatório e as decisões em discussão no Congresso tendem a influenciar o ritmo de investimentos e a competitividade da indústria nos próximos anos.

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**

Data: 16/04/2026

FINANÇAS - PLDO PREVÊ MÍNIMO DE R\$ 1.717 EM 2027

Conforme a projeção do projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias, o salário mínimo vai avançar até os R\$ 2.020,00 em 2030

Do Estadão Conteúdo



A previsão é de que o salário mínimo seja de R\$ 1.812,00 em 2028 e chegue a R\$ 1.913,00 em 2029

O projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) de 2027 estima que o salário mínimo será de R\$1.717 em 2027, segundo apresentação

divulgada nesta quarta-feira, 15, pelos ministérios da Fazenda e do Planejamento e Orçamento.

De acordo com o PLDO 2027, a previsão é de que o salário mínimo seja de R\$1.812,00 em 2028, chegando a R\$ 1.913,00 em 2029. Para 2030, a projeção é de R\$ 2.020,00.

Desde 2023, o mínimo é reajustado por uma fórmula que prevê a correção do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) acumulado no período de 12 meses até novembro mais o crescimento do PIB de dois anos antes.

Mas, no fim de 2024, o governo aprovou uma nova regra que limita o crescimento além da inflação ao ritmo de expansão para despesas previsto pelo arcabouço fiscal, que é de 0,6% a 2,5%, e que valerá entre 2025 e 2030. Neste ano, como o PIB de 2024 foi de 3,4%, o avanço do mínimo seguirá o limite do arcabouço neste ano, de 2,5%.

A grade de parâmetros macroeconômicos do PLDO ainda prevê uma alta do Produto Interno Bruto (PIB) de 2,56% para 2027, 2,56% para 2028, 2,59% para 2029 e 2,66% para 2030.

A estimativa está acima das projeções de economistas segundo o relatório Focus, coletado pelo Banco Central e divulgado nesta semana, que aponta alta de 1,80% na atividade econômica no ano que vem.

O projeto estima uma inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de 3,04% em 2027 e 3% ao ano o centro da meta de inflação perseguida pelo BC de 2028 a 2030. A projeção para o INPC é de 3,06% no ano que vem e 3% ao ano de 2028 a 2030.

A projeção para a taxa Selic média anual ficou em 10,55% em 2027 9,27% em 2028, 8,27% em 2029 e 7,27% em 2030. Para o dólar, as projeções do PLDO são de R\$ 5,47 no ano que vem, R\$ 5,45 em 2028 R\$5,50 em 2029 e R\$ 5,53 em 2030.

O projeto estima ainda um crescimento da massa salarial nominal de 11,19% em 2027, 11,08% em 2028, 11,06% em 2029 e 11,12% em 2030. Para o barril do petróleo Brent, as projeções são de US\$ 73,09 em 2026, US\$ 67,69 em 2027, US\$66,60 em 2028, US\$ 66,92 em 2029 e US\$ 67,44 em 2030

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 16/04/2026

FINANÇAS - CICLO DE CORTES DA SELIC É CALIBRAÇÃO, DIZ DIRETOR DO BC

Nilton David explicou que o momento atual não é de afrouxamento monetário

Do Estadão Conteúdo

O diretor de Política Monetária do Banco Central, Nilton David, reforçou nesta quarta-feira, 15, que o atual ciclo de cortes na taxa Selic trata-se de um processo de calibração do nível do juro, não de afrouxamento monetário.

A fala foi feita durante palestra em seminário promovido pelo JPMorgan, em Washington, em meio às reuniões de Primavera com o Fundo Monetário Internacional (FMI).

“E, por calibração, quero dizer que vamos sair desse processo ainda sob condições de aperto monetário. E por que isso aconteceu? Porque o mesmo nível de taxa de juros que estamos enfrentando agora vem acompanhado de uma inflação muito mais baixa e de expectativas de inflação também baixas”, destacou o diretor, pontuando que isso contribui com a percepção de que a política cumpriu com o seu papel sobre a economia no País.

Nilton pontuou que a meta é de 3% e trata-se de um alvo definido por lei, que não é escolhido pelo BC. Ele também mencionou que, embora não haja uma meta para as expectativas de inflação, tratam-se de métricas importantes para subsidiar o trabalho da autoridade monetária.

O diretor também mencionou que o período da covid fez com que as famílias do país tivessem um padrão de poupança atípico e que houve necessidade, desde o início de 2023, de a União honrar seus compromissos com o pagamento de precatórios, o que significou uma expansão fiscal significativa.

Ele lembrou que o Brasil cresceu consistentemente acima das previsões do mercado nos últimos cinco anos, o que reacendeu alguma preocupação de que a política monetária poderia não estar sendo suficiente para frear a atividade à época.

“Tanto que, na virada de 2024 para 2025, com o dólar forte em relação ao resto do mundo, vimos o real se enfraquecendo e a percepção de que poderíamos até estar nos aproximando de uma dominância fiscal. O que aconteceu depois foi que o Banco Central reagiu e elevou os juros em mais 375 pontos-base a partir daquele momento, totalizando 450 pontos-base desde o início do ciclo” disse Nilton.

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**

Data: 16/04/2026

FINANÇAS - APÓS 11 ALTAS, IBOVESPA RECUA 0,46%

Índice encerrou a quarta-feira aos 197,7 mil pontos, com giro reforçado pelo vencimento de opções, a R\$ 38,3 bilhões

Do Estadão Conteúdo



Na semana, o Ibovespa ainda sobe 0,21% e, no mês, tem ganho de 5,48%, o que coloca o avanço do ano a 22,72%

O Ibovespa quebrou nesta quarta-feira, 15, uma sequência de cinco recordes 18 ao todo até aqui no ano, mas conseguiu defender a linha dos 197 mil após tocar mínima na sessão aos 196.966,16.

Ao fim, marcava 197.737,61 pontos, em baixa de 0,46% com giro reforçado pelo vencimento de opções, a R\$ 38,3 bilhões. Na semana, ainda sobe

0,21% e, no mês, tem ganho de 5,48%, o que coloca o avanço do ano a 22,72%. Na máxima, voltou a



testar o nível dos 199 mil, visto durante a sessão de terça pela primeira vez, nesta quarta a 199.232,46 pontos.

Após uma sucessão de 11 dias em alta, as perdas não foram maiores porque algumas ações de peso no índice conseguiram escapar à correção, notadamente Vale (ON +0,16%) e Itaú (PN +1 10%) e, em menor grau, Gerdau (PN +0,93%) e Bradesco PN (+0 10%). Com o petróleo em leve alta no fim da sessão em Londres e Nova York, Petrobras fechou em baixa de 1,94% na ON e de 2,07% na PN, tendo se mantido no campo negativo ao longo do dia. No setor financeiro, o de maior peso no Ibovespa, destaque para queda de 3,86% em Banco do Brasil ON.

Na ponta ganhadora, Iguatemi (+3,10%), Vibra (+2,80%) e Porto Seguro (+2,71%). No lado oposto, MBRF (-10,38%), Braskem (-5 80%) e Rede D'Or (-5,68%).

O petróleo fechou com variação discreta nesta quarta em sessão marcada por volatilidade, após ter tombado na véspera. Permanecem dúvidas sobre um possível prolongamento do cessar-fogo de duas semanas no Oriente Médio, enquanto investidores ponderam, também, queda de estoques da commodity nos Estados Unidos.

Assim, o petróleo WTI para maio, negociado na Nymex, fechou praticamente estável, em alta de 0,01%, a US\$ 91,29 por barril. E o Brent para junho, negociado na Intercontinental Exchange (ICE), em Londres, subiu 0,15%, a US\$ 94,93 o barril.

Reação

Nos EUA, o diretor do Conselho Econômico Nacional, Kevin Hassett disse que acredita que os mercados de petróleo podem reagir rapidamente assim que o Estreito de Ormuz for reaberto. E que a economia dos EUA ainda pode crescer 4% este ano, com base em fortes ganhos de produtividade. Nesse contexto de relativa diminuição da aversão a risco, o índice de tecnologia de Nova York, o Nasdaq, fechou nesta quarta em novo patamar recorde, em alta de 1,59%, tendo tocado também máxima no intradia. O índice amplo, S&P 500, subiu 0,80%, mas o Dow Jones caiu 0,15%.

“Com a trégua anunciada na semana passada, houve certo alívio nas cotações do petróleo, hoje [quarta- -feira] a cerca de US\$ 95 no Brent, a referência global, acarretando uma desvalorização do dólar perante a cesta de moedas de referência, e levando também a moeda brasileira a uma apreciação, hoje ainda a R\$ 4,99, com pequeno ajuste na sessão, de -0,03%”, observa João Oliveira, head da mesa de operações do Banco Moneycorp. Ele acrescenta que tal movimento adiciona fluxo de capital estrangeiro na Bolsa, tendo em vista também os juros reais no Brasil, ainda na casa de 9% ao ano, o que também contribui para a valorização do real.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 16/04/2026

FINANÇAS - DÓLAR FECHA PRATICAMENTE ESTÁVEL, ABAIXO DE R\$ 5

No início da sessão, divisa até esboçou um movimento de alta firme, mas caiu 0,03%

Do Estadão Conteúdo

Após rondar a estabilidade ao longo da tarde, o dólar à vista encerrou a sessão desta quarta-feira, 15, cotado a R\$ 4,9922 (-0,03%). Na ausência de sinais concretos de avanços nas negociações entre Estados Unidos e Irã para pôr fim ao conflito no Oriente Médio, houve apetite bem limitado por divisas emergentes.

Operadores pontuam que investidores aguardam novos gatilhos para ampliar posições na moeda brasileira, sobretudo após o dólar ter furado o piso de R\$ 5,00, acumulando baixa de 3,60% em abril. O recuo do Ibovespa, em aparente realização de lucros, também sugere uma moderação pontual do apetite estrangeiro por ativos locais.

Na abertura do pregão, o dólar até esboçou um movimento de alta mais firme, ultrapassando o nível dos R\$ 5,00, ao registrar máxima a R\$ 5,0024. Mas o ímpeto comprador se desfez após a primeira hora de negociações.

A divisa passou o resto da sessão trabalhando na casa de R\$ 4,99, depois de mínima a R\$ 4,9850. Com o recuo de 0,03%, o dólar emendou seis pregões consecutivos de queda em relação ao real, voltando a níveis vistos no fim de março de 2024.

“O mercado está tentando entender quais serão os próximos desdobramentos no Oriente Médio”, avaliou o sócio da Valor Investimentos Gustavo Trotta.

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**

Data: 16/04/2026

FINANÇAS – OPINIÃO - REFORMA TRIBUTÁRIA E OS IMPACTOS NO TRANSPORTE DE CARGAS



BETO UMBUZEIRO

Diretor comercial da Transbrasa

opinioao@portalbenews.com.br

O setor de transporte e armazenagem de cargas enfrenta em 2026 o desafio de se adaptar a um novo sistema operacional da malha fiscal. O avanço da reforma tributária e as recentes decisões da Receita Federal não representam apenas uma mudança de alíquotas, mas uma reestruturação profunda no comércio brasileiro.

A implementação do IVA (Imposto de Valor Agregado) Dual, composto pela Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e pelo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), promete simplificar a recuperação de créditos sobre insumos básicos como combustíveis e manutenção, por exemplo.

Essa transformação vai muito além da simplificação de boletos e ataca um dos maiores gargalos do comércio exterior: a cumulatividade oculta.

Historicamente, as empresas de transporte e os recintos alfandegados lidavam com um sistema onde impostos como PIS/Cofins e ICMS ficavam retidos ao longo da cadeia de importação, encarecendo o produto final e onerando a operação de armazenagem.

A nova estrutura tributária prevê que o CBS e o IBS não se tornem custos de produção, mas créditos financeiros reais, suspendendo os tributos na aquisição de insumos, seja no mercado interno ou via importação.

Para o operador logístico, isso se traduz em uma gestão de fluxo de caixa muito mais eficiente, já que a suspensão tributária abrange uma base maior de impostos que antes eram pagos e depois compensados de forma morosa.

Nesse sentido, a Receita Federal criou um fluxo acelerado de 30 a 60 dias para empresas que mantêm altos índices de conformidade aduaneira, muito abaixo do prazo de devolução de créditos de até 180 dias já estabelecidos. Ou seja, quanto mais correta for a prestação de contas do transportador, mais rápido o dinheiro volta para o seu caixa.

Todas essas mudanças mostram que o sucesso das operações logísticas não será mais medido apenas pela tonelagem transportada ou pela metragem do armazém, mas pela capacidade de manter a carga em movimento constante, livre de entraves fiscais e perfeitamente alinhada com as exigências de um mercado globalizado.

Beto Umbuzeiro escreve para o BE News quinzenalmente, com seus artigos publicados sempre às quintas-feiras

A RECEITA FEDERAL CRIOU UM FLUXO ACELERADO DE 30 A 60 DIAS PARA EMPRESAS QUE MANTÊM ALTOS ÍNDICES DE CONFORMIDADE ADUANEIRA, MUITO ABAIXO DO PRAZO DE DEVOLUÇÃO DE CRÉDITOS DE ATÉ 180 DIAS JÁ ESTABELECIDOS

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 16/04/2026

OPINIÃO – ARTIGOS - QUANDO A CARREIRA AVANÇA, AS MULHERES DESAPARECEM E NÃO É POR ESCOLHA



BÉATRICE DE TOLEDO DUPUY

Gerente Executiva de Comunicação
e Sustentabilidade da Santos Brasil

opinio@portalbenews.com.br

Os dados mostram que o desafio não está em atrair mulheres, mas em criar condições reais para que elas permaneçam e avancem ao longo da carreira.

As mulheres nunca estiveram tão presentes no mercado de trabalho. Mais qualificadas, mais preparadas e cada vez mais inseridas nas empresas, elas já representam quase metade da força de trabalho no Brasil. Mas há um ponto em que essa trajetória começa a se romper. À medida que a carreira avança, a presença feminina diminui.

Os dados mais recentes confirmam o que muitas já vivem na prática: quanto mais a idade avança, menor é a participação das mulheres nas empresas (Valor Econômico, 2026).

Não estamos falando de acesso. Estamos falando de permanência.

Hoje, as mulheres representam cerca de 45% da força de trabalho no Brasil. São mais escolarizadas, têm, em média, mais anos de estudo do que os homens. Ainda assim, ocupam apenas cerca de 32% dos cargos de liderança (IBGE; LinkedIn Economic Graph). Entram preparadas. Mas não avançam na mesma proporção. E essa desigualdade começa cedo. Para cada 100 homens promovidos a cargos de gestão, apenas 93 mulheres chegam lá. Em posições iniciais, a diferença é ainda mais evidente: cerca de 43% dos homens são promovidos, contra apenas 30% das mulheres (McKinsey & Lean In).

O famoso efeito tesoura não é teoria. É prática.

Mas o ponto mais incômodo vem depois. À medida que a carreira exige mais, a presença feminina diminui. Isso coincide, de forma nada casual, com a fase da vida em que as demandas pessoais também se intensificam. Maternidade. Cuidado com a família. Gestão da casa. A chamada dupla jornada segue sendo, majoritariamente, feminina (IBGE).

O mercado ainda opera sob um modelo que exige disponibilidade total, linearidade e ausência de pausas. Um modelo que não foi desenhado para a realidade da maioria das mulheres. O resultado é previsível. Elas desaceleram, interrompem ou simplesmente saem.

E isso tem um custo alto, inclusive econômico. Hoje, as mulheres ainda ganham, em média, cerca de 21% menos do que os homens no Brasil. Se essa desigualdade fosse eliminada, quase R\$ 93 bilhões poderiam ser adicionados à economia (Ministério do Trabalho e Emprego, 2025).

O FMI estima que uma maior participação feminina poderia elevar o crescimento do País em até 0,5% ao ano. Diversidade, portanto, não é agenda social. É estratégia de desenvolvimento.

Ainda assim, seguimos convivendo com um cenário ambíguo. O Brasil aparece acima da média global em presença feminina na alta liderança, com cerca de 37% dos cargos seniores ocupados por mulheres. Mas esse avanço vem desacelerando. (Grant Thornton) É o que chamo de vitrine da diversidade. Temos mais mulheres no topo. Mas perdemos muitas no caminho.



Globalmente, mulheres representam 44% da força de trabalho, mas apenas cerca de 31% da liderança. No ritmo atual, a paridade só deve acontecer por volta de 2051 (World Economic Forum; Forbes). Devagar demais para um mundo que já exige velocidade.

E quando olhamos para setores como infraestrutura, logística e portos, o desafio se intensifica. Segundo dados da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) e do Ministério de Portos e Aeroportos, a participação feminina no setor portuário brasileiro ainda gira entre 15% e 20% da força de trabalho. Em funções operacionais, historicamente masculinas, essa presença pode ser inferior a 10%.

Há avanços, sim. Algumas empresas já ultrapassam 30% de mulheres em posições de liderança. Mas, mais uma vez, o problema não está na entrada. Está na permanência. Setores intensivos, com jornadas exigentes e cultura ainda tradicional, amplificam barreiras que já existem em outros contextos.

E isso nos leva ao ponto central: Diversidade não é sobre entrada. É sobre permanência com potência.

Empresas que entenderam isso começaram a redesenhar seus modelos, com políticas reais de flexibilidade, revisão de critérios de promoção, apoio à parentalidade e ambientes mais inclusivos. E os resultados são claros: melhor performance, maior retenção e mais inovação (PwC; McKinsey).

Porque quando uma mulher sai do mercado no auge da sua experiência, não é só uma carreira que se interrompe. É repertório que se perde. É visão que se reduz. É decisão que deixa de ser mais completa.

E talvez o maior erro seja tratar isso como uma escolha individual. Não é. Nenhuma mulher escolhe sair de uma trajetória construída com esforço. O que existe, na maioria das vezes, é um sistema que não oferece condições reais de continuidade.

Por isso, a pergunta que precisamos fazer não é “por que há menos mulheres mais velhas nas empresas?”. A pergunta certa é: Por que o sistema ainda não foi redesenhado para que elas permaneçam?

Talvez porque isso exija mais do que discurso. Exija revisão de poder. Exija coragem. E, sobretudo, exija liderança.

Não adianta celebrar o protagonismo feminino se ele só é possível em determinadas fases da vida. Não adianta falar de inclusão se ela tem prazo de validade.

O futuro do trabalho, especialmente em setores como o portuário e de infraestrutura, depende da capacidade de reter experiência, diversidade de pensamento e liderança madura. E isso passa, necessariamente, por manter mulheres ao longo de toda a jornada. Não como exceção. Mas como regra. Porque, no fim, não é a idade que afasta as mulheres das empresas. É a falta de espaço para que elas continuem.

O problema nunca foi falta de mulheres. Sempre foi falta de espaço para que elas permaneçam.

Béatrice de Toledo Dupuy escreve mensalmente para o BE News.

A PERGUNTA QUE PRECISAMOS FAZER NÃO É “POR QUE HÁ MENOS MULHERES MAIS VELHAS NAS EMPRESAS?”. A PERGUNTA CERTA É: POR QUE O SISTEMA AINDA NÃO FOI REDESENHADO PARA QUE ELAS PERMANEÇAM?

JUSTIÇA - MORAES BARRA CUNHADO NA CASA DE BOLSONARO

Defesa havia pedido acesso irrestrito do irmão de Michelle à prisão domiciliar para cuidar do ex-presidente

Do Estadão Conteúdo



Segundo Moraes, uma vez que o irmão de Michelle Bolsonaro não é profissional da área da saúde, não há motivos para exceção às restrições

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes rejeitou pedido de visitação irrestrita do irmão da ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro à casa onde o ex-presidente Jair Bolsonaro cumpre prisão domiciliar, em Brasília.

Segundo o ministro, uma vez que Carlos Eduardo Antunes Torres não é profissional da área da saúde, não

há motivos para abrir exceção às restrições impostas às visitas.

Moraes ressaltou que as limitações foram estabelecidas por motivos de saúde, diante da recuperação do ex-presidente de um quadro de broncopneumonia. Ele teve a prisão domiciliar humanitária concedida por 90 dias a partir da data em que teve alta do hospital.

A defesa de Bolsonaro solicitou a liberação para que Carlos Eduardo pudesse permanecer na residência, “a fim de auxiliar a família” nos cuidados com Bolsonaro. O argumento é de que Michelle, a filha Laura e a enteada Letícia Firmino têm compromissos profissionais e escolares que impedem a permanência integral ao lado do ex-presidente.

Ao negar o pedido, o ministro ressaltou que a autorização para a presença de terceiros na casa é limitada aos profissionais que trabalham na residência, profissionais de saúde e segurança.

“A natureza da prisão domiciliar, ainda que em caráter humanitário, impõe restrições e um controle rigoroso sobre quem acessa a residência do custodiado, visando garantir a fiscalização e a finalidade da medida. A flexibilização para permitir o ingresso de pessoas que não se enquadram nas hipóteses estritamente autorizadas representaria um abrandamento indevido das condições estabelecidas para o cumprimento da pena em regime domiciliar”, afirmou.

O magistrado ressaltou que, além dos funcionários da própria residência, Bolsonaro é acompanhado 24 horas por dia por seguranças “fornecidos pelo próprio Estado brasileiro”.

Na mesma decisão, Alexandre de Moraes autorizou a presença simultânea de dois advogados na residência, nos casos em que representantes do ex-presidente que atuam em São Paulo estiverem em Brasília. Ele considerou o pedido “razoável e adequado”.

Jair Bolsonaro foi condenado a 27 anos e três meses de prisão na ação penal que investigou a trama golpista. Entre as regras da prisão domiciliar estão a proibição do uso de celular e do recebimento de visitas fora dos horários autorizados. Os filhos Flávio, Carlos e Jair Renan têm autorização para visitar o pai às quartas-feiras e aos sábados, em horários fixos.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 16/04/2026

JUSTIÇA - MINISTRO INDICA DEFENSOR PÚBLICO PARA DEFESA DE SEU EX-ASSESSOR

Eduardo Tagliaferro é réu por violação do sigilo funcional e coação no curso do processo

Do Estadão Conteúdo

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes determinou que a Defensoria Pública da União (DPU) passe a atuar na defesa de Eduardo Tagliaferro, seu ex-assessor no Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

O magistrado entendeu que, ao não comparecerem à audiência de instrução no mês passado, os advogados de Tagliaferro abandonaram o caso. O ministro considerou a audiência nula e marcou nesta segunda-feira, 13, uma nova oitiva para o dia 28 de abril, às 14h.

O ex-assessor é réu por violação do sigilo funcional, coação no curso do processo e obstrução de Justiça. Ele é acusado de vazar mensagens que indicam que assessores e auxiliares foram acionados para municiar inquéritos de Moraes.

A audiência realizada no mês de março foi considerada nula por “flagrante cerceamento de defesa” a pedido da própria Defensoria Pública, que alegou não ter tido tempo suficiente para se preparar após ser incluída no processo. A nova audiência de instrução ouvirá novamente as testemunhas indicadas pela acusação.

Na ocasião, com a ausência do réu e de seus advogados constituídos, a Defensoria foi acionada para comparecer à oitiva. Moraes deu dez dias para que Tagliaferro apontasse um novo advogado. Passado o prazo, a DPU foi nomeada para assumir a defesa.

Anteriormente, o ministro negou pedido dos advogados do ex-assessor para anular a citação dele no processo por edital e manteve o andamento do caso. Eles argumentavam que a ação não poderia avançar porque o réu não foi citado pessoalmente. Segundo a defesa, isso deslegitimava os atos instrutórios do processo e retirava a obrigação processual da defesa, motivo pelo qual eles não compareceriam à audiência.

Eduardo Tagliaferro deixou o Brasil e mora na Itália.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 16/04/2026

JUSTIÇA - GILMAR PEDE INVESTIGAÇÃO CONTRA RELATOR DE CPI

Ministro viu desvio de finalidade na CPI do Crime Organizado. Relatório final de Alessandro Vieira pediu indiciamento de ministros do STF e do PGR

Do Estadão Conteúdo Da Redação



Além de Gilmar Mendes (foto), senador pediu o indiciamento de Alexandre de Moraes, Dias Toffoli e Paulo Gonet. Mas relatório foi rejeitado na CPI

O ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal (STF), pediu nesta quarta-feira (15) à Procuradoria-Geral da República (PGR) a abertura de investigação contra o senador Alessandro Vieira (MDB-SE).

A medida foi tomada um dia após o senador pedir o indiciamento de Mendes, dos ministros Alexandre de Moraes e Dias Toffoli, além do procurador-geral da República, Paulo Gonet, pela Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Crime Organizado do Senado. A acusação era de que os ministros teriam envolvimento com o caso do Banco Master.

Mendes pede ao procurador-geral que o parlamentar responda pelo crime de abuso de autoridade. “Sendo certo o desvio de finalidade praticado pelo Senador Relator da CPI do Crime Organizado e a potencial incidência de sua conduta nos tipos penais descritos na Lei 13.869/2019 e em outros marcos



repressivos criminais, requer-se a apuração destes acontecimentos e a adoção das medidas cabíveis”, solicitou Mendes.

O relator da CPI do Crime Organizado afirmou mais tarde, ao saber da reação de Mendes, que seria “uma covardia” deixar de pedir o indiciamento de ministros e do procurador-geral da República e avaliou que declarações de Mendes soam como provocação de “5ª série”.

“Do ponto de vista técnico, não consigo encontrar enquadramento para isso. Nada do que foi feito aqui configura crime. Pensar diferente seria chegar à conclusão de que o voto de um senador da República em uma comissão pode ser considerado abuso de autoridade. Isso não faz o menor sentido”, afirmou sobre o pedido de investigação feito pelo ministro.

Suspensão

Gilmar Mendes também apresentou nesta quarta-feira um pedido de suspensão do julgamento que analisa a possibilidade de gestores públicos, como prefeitos, governadores e presidentes, nomearem parentes para cargos políticos.

Gilmar disse ser necessário um “referencial seguro” sobre o tema. “Se trata de proibir a nomeação, então que façamos de uma maneira mais enfática e, eventualmente, com cláusula de transição”, afirmou em tom de crítica ao voto do relator, ministro Luiz Fux. Ainda faltam registrar os votos Gilmar e o presidente do STF, Edson Fachin.

Fux ajustou o seu voto nesta quarta, e defendeu a permissão de que parentes sejam indicados para os cargos de natureza política desde fique comprovado que terceiros aptos a exercerem a função recusaram a indicação. Além dessa mudança, o ministro também mudou de posição sobre o caso concreto e rejeitou o recurso da prefeitura de Tupã (SP) que pleiteava a manutenção de uma lei municipal que permitia a nomeação de parentes como secretários.

Em outubro do ano passado, quando teve início o julgamento, Fux votou a favor de que parentes possam ser indicados para cargos na administração pública e disse que o chefe do Executivo tem o direito de escolher seu secretariado.

A votação contava com maioria de seis votos a favor da tese proposta por Fux e apenas um contrário apresentado pelo ministro Flávio Dino.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 16/04/2026

JUSTIÇA - RAMAGEM É SOLTO APÓS FICAR DOIS DIAS PRESO NOS EUA

As razões que levaram à soltura do foragido da Justiça brasileira não foram divulgadas
Da Agência Brasil

O ex-deputado federal Alexandre Ramagem foi solto nesta quarta-feira (15) após passar dois dias preso nos Estados Unidos, onde está foragido das autoridades brasileiras.

Na segunda-feira (13), Ramagem foi abordado por agentes do serviço de imigração, conhecido pela sigla ICE (Immigration and Customs Enforcement), e ficou detido na cidade de Orlando, no estado da Flórida.

O nome do ex-parlamentar não consta mais nos registros de presos da região. As razões que levaram à soltura de Ramagem não foram divulgadas pelo órgão norte-americano. Ramagem é alvo de um pedido de extradição feito pelo governo brasileiro às autoridades dos Estados Unidos.

Fuga

Em setembro do ano passado, Alexandre Ramagem, ex-diretor da Agência Brasileira de Inteligência (Abin), fugiu do país para evitar o cumprimento da pena de 21 anos de prisão pela trama golpista ocorrida durante o governo do ex-presidente Jair Bolsonaro.

Durante a investigação sobre a trama golpista, ele foi proibido pelo STF de sair do país. Segundo a Polícia Federal, Ramagem fugiu pela fronteira com a Guiana e embarcou para os Estados Unidos com passaporte diplomático, que não estava apreendido.

No final do ano passado, a Mesa Diretora da Câmara dos Deputados declarou a cassação do mandato de Ramagem. A Constituição determina que a Casa declare a perda do mandato de parlamentar em função de condenação criminal.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 16/04/2026

INTERNACIONAL - ONZE PAÍSES PEDEM CESSAR-FOGO IMEDIATO

Ministros das Finanças de diferentes nações estão preocupados com os reflexos da guerra no Oriente Médio para a economia global

Do Estadão Conteúdo



Os países temem que a retomada das hostilidades ofereça riscos adicionais para a segurança energética global e cadeias de abastecimento

Liderados pelo Reino Unido, ministros das Finanças de 11 países pediram nesta quarta-feira, 15, que Estados Unidos, Israel e Irã implementem integralmente o cessar-fogo e afirmaram que o conflito pesará sobre a economia global e os mercados, mesmo que seja resolvido em breve. A informação foi divulgada pela

agência Reuters.

Uma declaração conjunta, assinada pelos ministros das Finanças da Austrália, Japão, Suécia, Holanda, Finlândia, Espanha, Noruega, Irlanda, Polônia e Nova Zelândia, bem como do Reino Unido, foi acordada um dia depois de o Fundo Monetário Internacional ter reduzido suas previsões de crescimento econômico global devido à guerra.

Conforme a Reuters, a declaração apelou a “todas as partes” para que implementassem integralmente o cessar-fogo acordado no início deste mês e afirmou que a guerra causou perdas de vidas inaceitáveis.

“A retomada das hostilidades, a ampliação do conflito ou a continuidade da perturbação no Estreito de Ormuz representariam sérios riscos adicionais para a segurança energética global, as cadeias de abastecimento e a estabilidade econômica e financeira”, afirmou.

“Mesmo com uma resolução duradoura do conflito, os impactos sobre o crescimento, a inflação e os mercados persistirão”, consta no comunicado, divulgado pelo governo britânico durante as reuniões de primavera do FMI e do Banco Mundial em Washington.

De acordo com a Reuters, reconhecendo o aumento da dívida pública para ajudar famílias e empresas durante a pandemia covid-19 e pelo conflito na Ucrânia, os ministros comprometeram-se a ser fiscalmente responsáveis com qualquer novo apoio que seja direcionado àqueles que mais precisam de apoio.

“Comprometemo-nos a evitar, e apelamos a todos os países para que evitem, ações protecionistas, incluindo controles de exportação injustificados, formação de estoques e outras barreiras comerciais nas cadeias de abastecimento de hidrocarbonetos e outras afetadas pela crise”, afirmaram eles.



Segundo a agência, a ministra das Finanças britânica, Rachel Reeves, manteve seus apelos pelo fim do conflito, que Londres não apoiou.

Casa Branca

A Casa Branca afirmou nesta quarta-feira que as negociações com o Irã seguem em andamento e classificou as conversas como “produtivas”, apesar da ausência de avanços formais sobre um cessar-fogo.

Em coletiva de imprensa, a secretária de Imprensa, Karoline Leavitt, negou que Washington tenha solicitado uma extensão da trégua e disse que “não há nada oficial” sobre a realização de encontros presenciais entre as partes.

Segundo Leavitt, a próxima rodada de negociações deve ocorrer em Islamabad, com o Paquistão atuando como “único mediador” no diálogo. “Continuaremos acompanhando o andamento das conversas com o Irã”, afirmou.

Ela também comentou a ameaça de tarifas de 50% sobre produtos de países fornecedores de armas aos iranianos, destacando que o presidente chinês, Xi Jinping, assegurou ao presidente Donald Trump que a China não está fornecendo armas ao Irã.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 16/04/2026

INTERNACIONAL - NETANYAHU MANTÉM ATAQUES AO HEZBOLLAH NO LÍBANO

Primeiro-ministro de Israel fala em eliminar grupo e se prepara para qualquer cenário no Irã

Da Agência Brasil

O primeiro-ministro de Israel, Benjamin Netanyahu, disse que as forças israelenses continuam a atacar o Hezbollah, ao mesmo tempo em que o país conduz negociações com o Líbano, o que não acontecia há mais de 40 anos. Sobre o Irã, o premiê disse que Israel está preparado para qualquer cenário.

Em comunicado, o premiê israelense disse que os ataques ao Hezbollah estão concentrados em Bint Jbeil. Bint Jbeil era a capital do Hezbollah no sul do Líbano. “Estamos prestes a conquistar Bint Jbeil; estamos, na verdade, prestes a eliminar este grande reduto do Hezbollah”, afirmou.

Nas negociações com o Líbano, há dois objetivos centrais: primeiro, o desarmamento do Hezbollah e, segundo uma paz duradoura. Paz através da força, pontuou.

Quanto ao Irã, o premiê citou que Israel tem os mesmos objetivos dos Estados Unidos: queremos ver o material enriquecido removido do Irã, queremos ver o cancelamento das instalações de enriquecimento de urânio no Irã e, claro, queremos ver a abertura do estreito.

“É muito cedo para dizer como essa questão terminará, ou mesmo como ela se desenvolverá. Antecipando a possibilidade de que os combates possam ser retomados, estamos preparados para qualquer cenário”, concluiu ele.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 16/04/2026



PETROBRAS: ACIONISTAS DEFINEM NOVO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, COM GUILHERME MELLO NA PRESIDÊNCIA

Rachel Maia foi eleita membro do colegiado, segundo votação dos acionistas da estatal
Por Bruno Rosa



Sede da Petrobras no Rio de Janeiro — Foto: Dado Galdieri/Bloomberg

A Petrobras elegeu, na tarde desta quinta-feira, seu novo Conselho de Administração. A principal mudança foi a troca na presidência do colegiado, que passa ao comando de Guilherme Mello, atual secretário-executivo do Ministério do Planejamento e também presidente do Conselho de Administração do BNDES. Ele assume a cadeira no lugar de Bruno Moretti, que renunciou para assumir o Ministério do Planejamento.

Mello foi eleito com 58,91% dos acionistas presentes na assembleia que ocorre na tarde desta quinta-feira na sede da Petrobras, no Centro do Rio. Na votação, 41,09% se abstiveram.

Como esperado, a União manteve seis das 11 cadeiras no Conselho. Os minoritários permaneceram com quatro assentos. Entre os 10 nomes, dois vão assumir os postos pela primeira vez, como Rachel Maia, indicada pelos acionistas detentores de ações preferenciais (PN, sem direito a voto), e Fábio Bittes, indicado pela União.

Rachel Maia já atua nos conselhos da Vale e da Hypera. Bittes, por sua vez, é assessor especial da secretaria-executiva do Ministério da Fazenda e atua como conselheiro do BB Investimentos.

Outra mudança envolve o retorno ao Conselho da Petrobras de Marcelo Gasparino, indicado pelos acionistas donos de papéis ordinários (ON, com direito a voto). Gasparino é vice-presidente do conselho da Vale. A décima primeira vaga do colegiado é destinada aos representantes da estatal.

Indicados pela União:

- **Presidente do Conselho**

Guilherme Mello (novo membro; e atual secretário-executivo do Ministério do Planejamento e presidente do Conselho de Administração do BNDES)

- **Conselheiros:**

Magda Chambriard (presidente da estatal e foi reconduzida)
Renato Galuppo (foi reconduzido)
José Fernando Coura (foi reconduzido)
Marcelo Weick (foi reconduzido)
Fábio Bittes (novo membro)

Representantes dos minoritários

Francisco Petros (foi reconduzido, com a maior votação da assembleia)
Juca Abdalla (foi reconduzido)
Marcelo Gasparino (novo membro)
Rachel Maia (novo membro)

Representante dos funcionários:

Rosângela Buzanelli Torres

A assembleia começou às 14h20 e contou com a presença de 90,42% do capital social da estatal com direito a voto, somando 6,728 bilhões de ações ordinárias.

Entre os itens da pauta, as contas da companhia do ano passado foram aprovadas por 83,75% dos acionistas. O orçamento da estatal para 2026 recebeu o aval de 84,56% dos presentes, assim como a destinação do resultado de 2025, também com 84,56%. Também foi aprovada, por 84,74%, a fixação de 11 membros para o Conselho de Administração.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 16/04/2026

O GOVERNADOR INTERINO DO RIO E OS ROYALTIES DO PETRÓLEO

Por Lauro Jardim

Plataforma de Petróleo na Baía de Guanabara — Foto: Genilson Araújo / Parceiro / Agência O Globo



Em mais uma prova de que passou a governar o Rio de Janeiro imaginando um prazo mais longo de interinidade do que apenas os 30 dias inicialmente imaginados, Ricardo Couto desembarca hoje em Brasília para tratar de um processo que será julgado em 6 de maio no STF: a ADI que pode determinar a redistribuição dos royalties do petróleo entre os estados, que pode resultar em perdas estimadas de cerca de R\$ 8 bilhões por ano para o tesouro estadual e R\$ 13 bilhões para os municípios fluminenses.

Em 2013, uma liminar da ministra Cármen Lúcia suspendeu os efeitos da norma.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 16/04/2026

RELATOR PROTOCOLA PARECER DA PEC DA AUTONOMIA DO BC, PREVÊ LEITURA EM COMISSÃO APÓS FERIADO, MAS votação deve ficar para depois

Texto reforça caráter público da instituição e inclui blindagem do Pix na Constituição

Por Luísa Marzullo — Brasília



Senador Plínio Valério — Foto: Brenno Carvalho / Agência O Globo

O relator da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que amplia a autonomia do Banco Central, senador Plínio Valério, protocolou nesta quinta-feira o novo parecer na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado e prevê a leitura do texto após o feriado, na semana do dia 27.

A apresentação formal marca o início da tramitação na comissão, mas a votação deve ficar para depois. Nos bastidores, líderes já trabalham com pedido de vista, o que tende a empurrar a deliberação e alongar as negociações.

O texto mantém o núcleo da proposta, com ampliação da autonomia orçamentária e financeira do Banco Central, mas incorpora ajustes negociados com o governo para reduzir resistências no Palácio do Planalto.



Ainda assim, o ambiente político segue cauteloso. A área econômica continua contrária ao avanço da PEC neste momento. Sob o comando do ministro da Fazenda, Dario Durigan, prevalece a avaliação já defendida por Fernando Haddad de que a proposta não deveria ser votada em ano eleitoral.

A leitura do parecer abre a fase formal de discussão na CCJ, etapa que antecede a votação e costuma ser usada para ajustes finais no texto.

A nova versão preserva a espinha dorsal do relatório ao garantir ao Banco Central autonomia não apenas operacional, já prevista em lei, mas também sobre orçamento e finanças. Na prática, o texto consolida que a autoridade monetária terá autonomia “técnica, operacional, administrativa, orçamentária e financeira”, sem vinculação a ministérios e sob supervisão do Congresso.

Também foi mantida a mudança mais estrutural da PEC, que cria um regime jurídico próprio para o Banco Central, definindo-o como entidade pública de natureza especial, integrante do setor público financeiro e responsável por funções de regulação e supervisão.

Nesse modelo, o próprio Banco Central poderá elaborar e executar seu orçamento fora da Lei Orçamentária Anual (LOA), em linha com práticas adotadas por outras autoridades monetárias.

A Associação Nacional dos Auditores do Banco Central (ANBCB) afirmou que a divulgação do relatório do senador Plínio Valério para a PEC representa um avanço institucional relevante ao consolidar a autonomia orçamentária, administrativa e financeira da autoridade monetária.

Ajustes atendem governo

As mudanças feitas nesta versão miram diretamente pontos que vinham sendo questionados pelo governo ao longo da tramitação.

O principal ajuste foi o reforço explícito do caráter público da instituição. A redação foi calibrada para afastar interpretações de atuação sob lógica empresarial e deixar claro que o Banco Central segue como ente estatal, com funções típicas de Estado.

Também foi incorporada uma emenda do líder do PT no Senado, Rogério Carvalho, ampliando o chamado “perímetro regulatório” da autoridade monetária.

A principal novidade do relatório, porém, está no Pix. O texto inclui um dispositivo para blindar o sistema em nível constitucional, estabelecendo que cabe exclusivamente ao Banco Central sua regulação e operação e vedando a transferência a outros entes, públicos ou privados.

A proposta também fixa princípios como gratuidade para pessoas físicas, acesso não discriminatório e segurança.

A inclusão ocorre em meio ao aumento das preocupações com crimes cibernéticos. Na semana passada, o presidente do Banco Central, Gabriel Galípolo, fez um apelo por reforço na estrutura da instituição diante do crescimento das fraudes no sistema de pagamentos instantâneos.

— O Pix me preocupa muito. São bilhões desviados, o Banco Central tem que correr atrás o tempo todo. Hoje são poucos servidores. Com orçamento próprio, isso pode ser reforçado — afirmou o relator.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 16/04/2026

MASTER: VORCARO FOI 'ALERTADO' DE APURAÇÃO SIGILOSA SOBRE IMÓVEIS 10 MESES ANTES DE OPERAÇÃO

Por Rafael Moraes Moura — Brasília



O banqueiro Daniel Vorcaro, do Banco Master, em dezembro de 2019 — Foto: Ana Paula Paiva/Valor

Homem de confiança de Daniel Vorcaro, Luiz Phillipi Machado de Moraes Mourão, conhecido como o “Sicário”, encaminhou em junho do ano passado ao dono do Banco Master uma apuração sigilosa do Ministério Público Federal que tratava do pagamento de propina ao ex-presidente do BRB Paulo Henrique Costa por meio da aquisição e repasse de imóveis de luxo. O material foi encontrado no celular de Vorcaro, apreendido pela Polícia Federal após a sua prisão.

Nesta quinta-feira (16), Costa foi preso por determinação do ministro André Mendonça, do Supremo Tribunal Federal (STF), sob a suspeita de ter recebido seis imóveis de alto padrão – quatro em São Paulo e dois em Brasília – avaliados em R\$ 146,5 milhões, em troca de facilitar a nebulosa compra do Master pelo BRB. Um negócio que, segundo a Polícia Federal, só ocorreu por “pura camaradagem”.

O procedimento sigiloso que deu origem à investigação que levou à prisão do ex-presidente do BRB foi aberto pela Procuradoria da República no Distrito Federal em 30 de abril de 2025, um mês após o BRB anunciar a compra de carteiras fraudulentas do Master.

De acordo com a PF, do total de R\$ 146,5 milhões, R\$ 74,6 milhões foram efetivamente pagos – o pagamento total não teria sido efetuado porque Vorcaro teria tido conhecimento da investigação aberta pelo MPF para apurar as transações.

Segundo os investigadores, em 10 de maio de 2025, Vorcaro determinou ao advogado Daniel Monteiro, também preso na operação desta quinta-feira, que “travasse tudo” e que não realizasse mais nenhum pagamento das transações que haviam sido acertadas com Paulo Henrique.

Monteiro foi o responsável pela administração dos fundos e contas que Vorcaro usou para desviar os recursos do banco e pagar propina para políticos e autoridades.

As cópias do procedimento sigiloso do MPF foram enviadas por Sicário a Vorcaro em 24 de junho de 2025 por meio do aplicativo de troca de mensagens WhatsApp – ou seja, mais de um mês após a ordem de Vorcaro a Monteiro.

“Embora esse envio formal tenha ocorrido em data posterior à mudança abrupta de comportamento de Daniel Vorcaro relação aos registros dos imóveis, o conjunto de elementos informativos colhidos até o momento aponta a alta probabilidade de que ele tenha tido ciência da instauração do procedimento antes do recebimento das respectivas cópias”, destacou o ministro André Mendonça em sua decisão.

Critérios pessoais e familiares

Em sua decisão que levou Paulo Henrique Costa à cadeia, Mendonça aponta que o ex-presidente do BRB “atuava como um verdadeiro mandatário” de Vorcaro dentro do banco estatal de Brasília, em troca de receber os imóveis.

De acordo com os investigadores, os imóveis de luxo e altíssimo padrão eram escolhidos segundo critérios pessoais e familiares – e tratados diretamente por Paulo Henrique Costa com Vorcaro e Daniel Monteiro.

Paulo Henrique “visitava ou validava os imóveis selecionados”, cobrava o andamento das aquisições e chegou a “demonstrar preocupação com a falta de documentação formal do arranjo”, descreve Mendonça na decisão de 32 páginas que determinou a prisão do ex-presidente do BRB.

Costa recebeu apartamentos como propina foram o Heritage, Arbórea, One Sixty e Casa Lafer, em São Paulo, além do Ennius Muniz e do Valle dos Ipês, em Brasília. O procedimento sigiloso do MPF

apurava a aquisição de imóvel na Casa Lafer e suspeitas em torno de uma compra em outro edifício de luxo em São Paulo, o Vizcaya Itaim.

“Ao mesmo tempo em que o investigado ex-presidente do BRB anuncia medidas em relação a negócios envolvendo o banco que seriam de interesse de Daniel Vorcaro, prossegue demonstrando ânimo de que sua esposa possa visitar o apartamento luxuoso que, do que apurado pela Polícia Federal, seria uma das contraprestações pelos serviços ilícitos realizados”, destaca Mendonça em sua decisão.

Em mensagem enviada a uma corretora, cuja identidade foi preservada pela PF, Vorcaro diz, em referência a Paulo Henrique Costa: “Preciso dele feliz”. O texto, extraído do celular do banqueiro, foi enviado após o então presidente do BRB relatar ter ficado decepcionado por não conseguir visitar um dos apartamentos luxuosos.

Acesso indevido

As investigações do caso Master mostraram que, além do sistema do MPF, Vorcaro também teve acesso a informações da própria Polícia Federal e de organismos internacionais como o FBI e a Interpol.

Conforme revelou o blog, a PF investiga se houve vazamento da ordem de prisão de Vorcaro. A suspeita da PF se baseia, entre outros indícios, num pedido da defesa feito no mesmo dia em que foi assinada a determinação do juiz Ricardo Leite, da 10ª Vara Federal de Brasília, e foi reforçada após vir à tona o acesso indevido de Sicário aos sistemas internos da PF e do MPF.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 16/04/2026

SEM ACORDO COM GOVERNO, ANÁLISE DA PEC QUE ELEVA GASTOS EM R\$ 36 BI EM 4 ANOS É ADIADA E DEVE FICAR PARA O FIM DE ABRIL

Relator tratou do tema com a equipe econômica, mas redação final do texto ainda está sendo finalizada; proposta foi aprovada em primeiro turno na semana passada

Por Letícia Pille



VOTACAO CAMARA DOS DEPUTADOS/PLENARIO
Ocorre hoje a votação do futuro presidente da Câmara dos Deputados. Começam a chegar no Plenário os novos deputados para a posse do novo mandato — Foto: . Foto Cristiano Mariz/O Globo

A análise em segundo turno da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que prevê a destinação mínima de 1% da receita da União para a assistência social foi adiada nesta quinta-feira após o relator, deputado André Figueiredo (PDT-CE), não chegar a um texto final que contemple as demandas do governo e de entidades

do setor.

A proposta que altera a Constituição para incluir o montante mínimo de destinação ao Sistema Único de Assistência Social (Suas) foi aprovada pela Câmara na semana passada com 416 votos favoráveis em primeiro turno. Contudo, por se tratar de uma PEC, ele precisa de aprovação em dois turnos para ser encaminhada ao Senado.

Segundo o relator, as autoridades que participam das tratativas estão construindo um texto que vise a contemplar tanto as demandas do Executivo como das entidades de assistência social. Ele teve reuniões com integrantes da Secretaria de Relações Institucionais (SRI) e da equipe econômica do governo na noite de ontem, e segundo ele, seguem “tentando contemporizar”.

— Temos a expectativa de que a gente realmente consiga isso. A votação ficou para o dia 28 de abril — afirmou ao GLOBO.

Apesar das discussões, segundo Figueiredo, as mudanças serão apenas de “adequação na redação”, sem alterar o cerne do projeto que prevê um escalonamento ao longo dos anos até chegar a 1%.

O modelo aprovado pelos deputados é um escalonamento do percentual destinado à assistência social. O valor será considerado sobre a receita líquida do governo. Começará com a destinação de 0,3% em 2027, com o aumento para 0,5% em 2028, 0,75% em 2029 e, finalmente, 1% em 2030, valor que será definitivo.

O impacto estimado pela equipe econômica do governo federal ainda durante a primeira votação é de um impacto de R\$ 36 bilhões ao longo de quatro anos.

O montante será calculado com base na receita corrente líquida (RCL) da União, que deve ser usado para investimentos em programas sociais e garantir sustentabilidade financeira para a área no país.

O texto aprovado também prevê que estados, Distrito Federal e municípios contribuam com o financiamento.

Além do aumento de gastos, especialistas criticam o engessamento do orçamento. Hoje, já há piso de gastos para áreas como saúde e educação. Agora, cria-se uma nova vinculação orçamentária.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 16/04/2026

GUERRA NO ORIENTE MÉDIO PODE AFETAR FERTILIZANTES E ALIMENTOS, DIZ MINISTRO DA FAZENDA

Durigan afirma que conflito pode provocar impactos indiretos sobre o agronegócio e pressionar a inflação global

Por Bruna Lessa — Brasília



Ministro Dario Durigan em coletiva de imprensa para anunciar medidas de enfrentamento aos efeitos da guerra sobre o setor de combustíveis no Brasil — Foto: Brenno Carvalho / Agência O Globo

O ministro da Fazenda, Dario Durigan, afirmou que a guerra no Oriente Médio pode provocar efeitos indiretos sobre a produção de alimentos ao afetar cadeias de insumos como fertilizantes.

"Os riscos para as perspectivas econômicas intensificaram-se na direção negativa. Caso a guerra no

O Oriente Médio se prolongue ou se expanda pela região, as disrupções nos mercados de energia tenderão a persistir, com efeitos secundários sobre outras cadeias de suprimentos relevantes, como fertilizantes e alimentos, além de impactos adversos sobre a inflação e as condições financeiras", declarou o ministro em documento enviado ao Comitê Monetário e Financeiro Internacional.

Segundo Durigan, uma eventual crise de refugiados também poderia escalar os efeitos "desestabilizadores" em diversas regiões.

"A possibilidade de escalada adicional do conflito agrava as cicatrizes ainda presentes de choques anteriores. Em muitos países, o espaço fiscal é limitado e os colchões de proteção são reduzidos. O sistema global de comércio permanece fragilizado, e a fragmentação geoeconômica tende a se

intensificar. As mudanças climáticas e a degradação ambiental continuam a representar ameaças existenciais à humanidade e devem ser enfrentadas com urgência pela comunidade internacional", disse.

Ao falar do Brasil, o ministro afirmou que o país está em posição sólida para lidar com o aumento dos preços de energia, mas fez uma ressalva: parte desse efeito positivo pode ser compensada por dificuldades no acesso a fertilizantes, que são fundamentais para o agronegócio brasileiro.

O documento também aponta que esse cenário pode vir acompanhado de outros fatores, como redução da demanda global, aumento dos preços de importação e condições financeiras mais restritivas.

Na avaliação do ministro, o conflito já desorganizou os mercados globais de energia e pode afetar também o de alimentos. Com isso, há risco de aumento de preços, perda de renda das famílias e maior dificuldade para conter a inflação no mundo.

"Em todo o mundo, o aumento dos preços de energia e alimentos tende a corroer a renda real, reduzir o consumo e dificultar os processos de desinflação em curso. A combinação de crescimento mais fraco e pressões inflacionárias ascendentes suscita preocupações quanto a dinâmicas de estagflação mundo afora e evidencia a crescente complexidade da política econômica".

Fonte: *O Globo* - RJ

Data: 16/04/2026

GOVERNO INCLUI EXPORTADORES AFETADOS PELA GUERRA NO IRÃ EM PACOTE DE SOCORRO DE R\$ 15 BI PARA EMPRESAS

Linha de crédito também será disponibilizada para empresas afetadas por tarifas do governo americano

Por **Bernardo Lima** — **Brasília**



Lancha se aproxima de navio no Estreito de Ormuz
— Foto: **Giuseppe CACACE / AFP**

O governo do presidente Lula incluiu empresas exportadoras dos países do Golfo Pérsico no novo pacote de ajuda para companhias afetadas pelo tarifaço americano, e guerra no Irã.

A medida, publicada em edição extra do Diário Oficial da União (DOU) desta quinta-feira, regulamenta os R\$ 15 bilhões que as empresas terão acesso no chamado Plano Brasil Soberano.

O programa foi criado originalmente no ano passado para atender às empresas afetadas pelas tarifas impostas pelo governo americano em produtos brasileiros. Nesta nova rodada, o plano também atenderá companhias que exportam para Arábia Saudita, Bahrein, Catar, Emirados Árabes Unidos, Iraque, Irã, Kuwait e Omã, e seus fornecedores.

As empresas precisam ter pelo menos 5% do seu faturamento atrelado às vendas para a região para ter acesso ao crédito.

Os recursos virão de superávit do Fundo de Garantia à Exportação (FGE). As condições financeiras das operações, incluindo as taxas de juros, ainda serão definidas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN).



Nesta etapa, as empresas poderão usar o crédito para capital de giro, compra de equipamentos, ampliação da capacidade produtiva e adensamento da cadeia de produção, e outros fins.

Pelas regras, poderão ser beneficiadas empresas exportadoras de bens industriais e seus fornecedores, desde que tenham sido impactadas por tarifas comerciais mais elevadas impostas por outros países — em especial os Estados Unidos, que adotaram medidas com base em alegações de segurança nacional.

Também entram no escopo empresas que atuam em setores considerados estratégicos para o comércio exterior brasileiro, incluindo segmentos de média e alta intensidade tecnológica, cadeias produtivas em processo de modernização e áreas ligadas à transição para uma economia de baixo carbono.

A portaria lista uma ampla gama de setores industriais que poderão ser atendidos, incluindo indústrias química, farmacêutica, automotiva, de máquinas e equipamentos e de tecnologia. Também há destaque para atividades ligadas a minerais críticos e terras raras, considerados essenciais para a transição energética e a segurança econômica.

Para acessar o programa é necessário:

- Comprovar que têm participação relevante nas exportações.
- No caso de exportadoras, será necessário que ao menos 5% do faturamento bruto venha de vendas externas nos períodos definidos pela portaria.
- Já os fornecedores deverão demonstrar que também têm pelo menos 5% da receita vinculada a empresas exportadoras elegíveis, além de comprovar a relação comercial com essas companhias.
- A verificação será feita com base em dados oficiais, como registro de exportação e informações fiscais declaradas à Receita Federal.
- Autodeclaração e compartilhamento de dados

A norma também estabelece que empresas afetadas pelas tarifas internacionais deverão apresentar autodeclaração informando que seus produtos foram atingidos pelas medidas comerciais estrangeiras. A responsabilidade pelas informações será integralmente da empresa.

Além disso, ao solicitar acesso ao programa, o benefício autoriza o compartilhamento de dados fiscais com o BNDES e instituições financeiras, que serão responsáveis por analisar a elegibilidade e conceder o apoio.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 16/04/2026

MINISTRO DA ARTICULAÇÃO POLÍTICA DIZ QUE GOVERNO ACEITA DISCUTIR TRANSIÇÃO EM PROPOSTA QUE ACABA COM ESCALA 6X1

Governo enviou na terça-feira a proposta que reduz a jornada para 40 horas semanais e sem cortes de salários

Por Jeniffer Gularte — Brasília

O ministro das Relações Institucionais, José Guimarães, admitiu nesta quinta-feira que o governo aceita discutir com o Congresso uma regra de transição para o projeto que propõe o fim da escala 6x1. O governo de Luiz Inácio Lula da Silva enviou na terça-feira a proposta que reduz a jornada para 40 horas semanais e sem cortes de salários. O projeto foi encaminhado com pedido de urgência constitucional, o que, em tese, acelera sua tramitação.

— É claro se você tem um debate nós temos que estar aberto para discutir. A transição eu acho que é possível discutir. Mas isso quem vai dizer é o Congresso — disse o ministro.



Ministro da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República, José Guimarães, durante reunião com representantes das Centrais Sindicais no Palácio do Planalto — Foto: Gil Ferreira/SRI-PR

Guimarães afirmou também que é contra a proposição de novas desonerações a setores empresariais para compensar os impactos econômicos da proposta:

— Eu acho que não tem que ter mais desoneração, pelo contrário, o país não suporta isso. Eu fui o autor da lei que acabou com os tais incentivos, viu? Não tem país que sobreviva economicamente o governo renunciando a quase um trilhão de reais.

Uma das principais apostas eleitorais do governo, projeto é uma alternativa à Proposta de Emenda à Constituição (PEC) de autoria da deputada Erika Hilton (PSOL-SP), que está sob análise na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara dos Deputados sob a relatoria do deputado Paulo Azi (União Brasil-BA).

O presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), no entanto, ainda não fez movimentos para fazer o texto do governo tramitar. Guimarães afirmou que tem um café da manhã nesta sexta-feira com Motta para tratar do assunto.

A proposta estabelece uma redução da jornada semanal máxima de trabalho de 44 para 40 horas. Na prática, isso leva à adoção do modelo 5x2, cinco dias de trabalho e dois de descanso, substituindo a lógica atual da escala 6x1 em partes dos setores econômicos, como os de comércio e serviços. Com isso, a duração normal do trabalho para os trabalhadores não poderá exceder a oito horas diárias e a quarenta horas semanais.

Qual a diferença entre projeto e PEC?

O formato escolhido pelo governo difere da Proposta de Emenda Constitucional (PEC), protocolada pela deputada Erika Hilton (PSOL-SP), que é da base do governo Lula, com o mesmo objetivo de acabar com a escala com um dia só de folga, mas que propunha uma redução ainda mais significativa da jornada máxima, para 36 horas.

Uma PEC precisa da aprovação, em dois turnos, de três quintos dos parlamentares na Câmara dos Deputados e no Senado para alterar a Constituição e pode ser promulgada diretamente pelo Congresso.

O governo optou por enviar um projeto de lei, que pode ser aprovado por maioria simples (metade mais um dos presentes se houver quórum) e dá direito ao presidente vetar trechos aprovados pelo Congresso ao sancionar a nova lei. No entanto, os vetos podem ser derrubados pelo Congresso em sessão conjunta de deputados e senadores, por maioria absoluta (metade mais um do total de cadeiras no Parlamento).

Fonte: O Globo - RJ

Data: 16/04/2026

O ESTADO DE S. PAULO

O ESTADO DE SÃO PAULO - SP

PRIVATIZAÇÃO DO BRB ENTRA NO RADAR COM RESISTÊNCIA DO FGC E BANCOS A EMPRÉSTIMOS

Governo do DF enfrenta dificuldades para conseguir empréstimo bilionário para fazer aporte na instituição; banco estatal nega que privatização esteja em pauta

Por Cícero Cotrim (Broadcast) e Célia Froufe (Broadcast)

BRASÍLIA - Autoridades do governo federal e do governo do Distrito Federal (DF) já começaram a monitorar a possibilidade de que a privatização seja a única saída para a crise do Banco de Brasília (BRB). O DF enfrenta dificuldades para conseguir um empréstimo bilionário para fazer um aporte na instituição, a menos de 45 dias do prazo para aumentar o capital.

Procurado, o BRB negou que a privatização do banco esteja em pauta. “O BRB segue sólido e operando normalmente”, disse em nota.

Nesta quinta-feira, 16, o ex-presidente do banco Paulo Henrique Costa foi preso, alvo da 4ª Fase da Operação Compliance Zero, acusado de ter recebido imóveis como forma de propina do banqueiro Daniel Vorcaro, dono do Banco Master.

O BRB enfrenta dificuldades em função da compra de carteiras de crédito fraudadas do Master e chegou a tentar a comprar o banco - pedido que foi negado pelo Banco Central.



Fachada de um edifício com o logotipo do banco BRB no Setor Bancário Sul em Brasília. Foto: Rafael de Matos Carvalho/Adobe S

Com um rombo em seu balanço o BRB precisa receber um aporte do seu controlador, o governo do Distrito Federal, para continuar operando. O governo do DF tem até 29 de maio para obter os recursos e finalizar a operação.

Se não conseguir os valores para aportar diretamente no BRB, restariam duas opções: a entrada de outro acionista que contribua para aumentar o capital do banco (efetivamente, levando à privatização) ou a liquidação pelo Banco Central, ou seja, o fechamento do banco.

Prazos

O BRB já perdeu o primeiro prazo dado pelo Banco Central para divulgar o balanço de 2025 e reforçar o seu capital, que era até 31 de março. Agora, uma assembleia para votar o aumento de capital está marcada para a próxima quarta-feira, 22. Uma vez que a emissão de ações seja aprovada, o governo do DF teria até 29 de maio para conseguir os recursos e realizar o aporte.

No entanto, as negociações do DF com instituições privadas e com o Fundo Garantidor de Crédito (FGC) para obter até R\$ 6,6 bilhões continuam avançando lentamente. Procurado, o FGC afirmou que não comenta sobre instituições associadas.

O FGC só concordaria com o empréstimo se fizesse parte de um consórcio de bancos que concederia os recursos. Mas o mercado considera que as garantias oferecidas pelo governo do DF - uma série de imóveis públicos - são pouco atrativas. Até agora, o DF não conseguiu sequer montar o consórcio.

‘Portas fechadas’

A própria governadora do DF, Celina Leão (PP), tem dito a aliados que o FGC está “de portas fechadas” e tem pressionado, junto ao mercado e ao próprio Banco Central, pela privatização do BRB, com bancos privados interessados em assumir o controle da instituição.

Nesta quarta-feira, ela afirmou, em um evento do Lide, em Brasília, que o governo federal também “não tem boa vontade” de ajudar o banco.



Sem os recursos do mercado e sem um socorro da União, a única opção do governo distrital para evitar uma liquidação do BRB seria privatizar o banco, segundo uma pessoa que acompanha de perto o processo.

Nesse caso, um novo acionista poderia entrar com recursos para reforçar o capital da instituição. No entanto, o mercado só teria interesse em aportar esses valores se puder diluir a fatia do DF no banco para menos de 50% e, conseqüentemente, mudar o controle da instituição.

Celina tem dito a interlocutores que vai lutar para evitar a privatização, mas que essa opção seria preferível à liquidação. No entanto, mesmo essa solução não seria simples.

A venda do controle do BRB - um dos únicos bancos públicos regionais que sobreviveu à crise dos anos 1990 - dependeria de autorização da Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF), o que pode ser politicamente custoso às vésperas das eleições.

Na última quarta-feira, 8, o presidente do BC, Gabriel Galípolo, repetiu que vai ser necessário um aporte de recursos para resolver a situação do BRB, que passa por uma crise patrimonial.

“Melhorar o patrimônio depende, efetivamente, de um aporte por parte dos acionistas. É isso que a gente aguarda e vem fazendo todo tipo de comunicação ao BRB aguardando esse equacionamento da questão do acionista para fazer o devido aporte”, ele disse, em audiência da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do crime organizado.

O governo do DF chegou a anunciar que o BRB venderia R\$ 15 bilhões em ativos que eram do Master para um comprador. Mas, como mostrou o Estadão/Broadcast, essa negociação serve apenas para turbinar a liquidez do banco, sem resolver a crise patrimonial.

No BRB, o tom de otimismo em relação à obtenção do empréstimo é mantido como um mantra. O presidente da instituição, Nelson de Souza, disse que a instituição não irá quebrar. “Para quem acreditou que o BRB iria quebrar, afirmo que ele não vai. Está cada vez mais sólido e será a empresa ícone do povo de Brasília e região”, afirmou durante evento na capital.

Segundo pessoas que acompanham o processo, a assembleia marcada para a semana que vem não precisa necessariamente aprovar um financiamento nessa reunião, podendo apenas se debruçar sobre as diretrizes que o comando do BRB deverá seguir e apresentar na sequência.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 16/04/2026

PETROBRAS ELEGE GUILHERME MELLO, DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, PARA PRESIDIR O CONSELHO DA ESTATAL

Em assembleia, os acionistas renovaram pela metade o conselho de administração em um momento em que a estatal volta aos holofotes ao demitir diretor e rever receita de leilão após críticas de Lula ***Por Denise Luna (Broadcast) e Gabriela da Cunha (Broadcast)***

RIO - A Petrobras elegeu seu novo conselho de administração. Em assembleia, os acionistas renovaram pela metade o órgão, que passa a ser presidido por Guilherme Mello, secretário executivo do Ministério do Planejamento e Orçamento. Ele assume a cadeira no lugar de Bruno Moretti, que renunciou para assumir o Ministério do Planejamento.

A renovação ocorre em um momento em que a estatal volta aos holofotes por ter sido alvo de críticas do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva. Após falas de Lula, a estatal demitiu um diretor e devolveu às distribuidoras parte do ágio obtido em leilão de GLP.



Assembleia elege Guilherme Mello para comandar o conselho de administração da Petrobras Foto: Washington Costa/MF

A alta do petróleo também é um ponto de preocupação para a companhia. Se, por um lado, a estatal é beneficiada pelas vendas de óleo cru; do outro, é pressionada para manter os preços dos derivados sob controle, para que a alta volatilidade do mercado internacional não chegue ao bolso do consumidor brasileiro.

Como esperado, a União manteve seis das 11 cadeiras no conselho. Os minoritários permaneceram com quatro assentos. A eleição marcou a volta do advogado Marcelo Gasparino ao conselho. Ele havia renunciado ao cargo no ano passado para tentar um assento no conselho de administração da Axia (ex-Eletronor), mas não foi eleito.

O conselho de administração, com mandato até 2028, passa a ser composto por:

Indicados pela União

Fábio Henrique Bittes Terra, Guilherme Mello, José Fernando Coura, Magda Chambriard (a CEO), Marcelo Weick Pogliese e Renato Galuppo

Indicados pelos minoritários

Marcelo Gasparino, Francisco Petros, Rachel de Oliveira Maia e José João Abdalla

Representante dos empregados

Rosângela Buzanelli já havia sido eleita pelos funcionários da Petrobras e teve seu nome confirmado pelo representante da União presente na assembleia.

Petros superou a candidatura de Márcio Girão Barroso, que obteve 1,09% votos (22.434.992 ações). “Os próximos dois anos prometem enormes desafios para a Petrobras, seja na transição energética, não muito valorizada pela empresa nesse momento no novo cenário geopolítico e econômico, seja nos desafios para o suprimento de equipamentos e bens de capital”, disse Petros ao Estadão/Broadcast, após a eleição.

Petros também ressaltou as condições financeiras do mercado, como a situação dos preços de energia e dos combustíveis, como desafiadoras à governança da empresa. “(Os desafios) para a governança corporativa da empresa, sempre sujeita às variáveis e humores políticos e de outras ordens, para as políticas de conformidade, importantíssimas para a estabilidade gerencial e da supervisão superior reforçam que tempos difíceis requerem espírito altivo”, avaliou.

Por meio de rede social, Gasparino também se manifestou: “Seguimos firmes na construção de valor sustentável, com visão estratégica e foco no longo prazo, em sintonia com os investidores institucionais e com a relevância da Petrobras para o País”.

Orçamento

Na assembleia, os acionistas também aprovaram a manutenção de 11 membros no conselho e as contas da estatal no ano passado, além da proposta de orçamento de capital relativo ao exercício de 2026, e a distribuição de dividendos do período 2025. As contas da estatal foram aprovadas por 83,75% dos votos vinculados às ações ordinárias em circulação. A abstenção foi de 16,25%.

Em relação ao orçamento de capital, a estatal propõe para 2026, investimentos de R\$ 114 bilhões. A maior parte desse montante, R\$ 83,6 bilhões, será destinada ao segmento de Exploração & Produção, “refletindo a prioridade da empresa em expandir suas operações nessa área”.

Além disso, R\$ 19,9 bilhões serão alocados para Refino, Transporte e Comercialização, enquanto R\$ 7,5 bilhões serão investidos em Gás e Energias de Baixo Carbono. Por fim, R\$ 3 bilhões serão direcionados para o setor Corporativo. A proposta foi aprovada por 84,56% do total de ações ordinárias em circulação, enquanto a abstenção foi de 15,43%.

Dividendos

A proposta de dividendos relativos ao exercício de 2025 também teve aprovação de 84,56% para o pagamento de juros sobre o capital próprio (JCP) no valor total de R\$ 41,2 bilhões, correspondendo a R\$ 3,20 por ação preferencial e ordinária em circulação.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 16/04/2026

BRASIL TEM CHANCE ÚNICA EM UMA GERAÇÃO PARA CRESCER E GANHAR MAIOR RELEVÂNCIA GLOBAL, APONTA ESTUDO

Boston Consulting Group vê conjunção histórica para o País aproveitar oportunidades da geopolítica e da economia mundial; desafio está no custo Brasil

Por Carlos Eduardo Valim

Depois de décadas de alguma volatilidade econômica, desindustrialização e de perda de participação nas cadeias de negócios globais, o Brasil está agora frente a uma conjunção histórica de fatores que pode ajudar a trazer um crescimento maior e a colocar o País numa posição melhor e mais importante dentro dos negócios globais. A conclusão vem de estudo do Boston Consulting Group (BCG) com base em entrevistas com empresários e executivos de grandes empresas do Brasil.

O relatório identificou megatendências globais que podem servir como grandes oportunidades para o Brasil, de uma forma que poucas vezes se alinharam em décadas. “Não significa que vamos aproveitar a conjuntura, mas as oportunidades estão aí e agora são maiores do que já foram”, afirma o sócio sênior do BCG no Brasil, Daniel Azevedo, um dos autores do estudo.



O País conta com recursos naturais e energéticos renováveis, de forma que a matriz de geração é uma das mais limpas do mundo (na foto, Itaipu) Foto: Joedson Alves/Agência Brasil

Trata-se de uma promessa de crescimento, mas não uma garantia, e que também depende de o País, por meio de ações dos governos e da iniciativa privada, saibam avançar para que elas sejam aproveitadas.

Nomes que participaram do estudo

Para a elaboração do estudo, ajudaram, por meio de entrevistas sobre as condições institucionais e econômicas brasileiras, nomes conhecidos do mundo de negócios globais, que percebem uma “chance única para esta geração para o País para iniciar um novo ciclo de crescimento sustentável”.

São eles os CEOs da Suzano, Beto Abreu; da Natura, João Paulo Ferreira; da Embraer, Francisco Gomes Neto; da Weg, Alberto Kuba; da Anima Investimentos, Pedro Passos; e da Motiva, Miguel Setas; além do presidente do conselho de administração da Iochpe-Maxion, Dan Ioschpe; do ex-CEO da Raízen e líder da iniciativa privada para a mais recente COP, Ricardo Mussa; e da sócia da gestora EB Capital Luciana Ribeiro.

A oportunidade permite ao Brasil se tornar “uma potência ainda maior no agronegócio, ampliar a sua presença nas cadeias produtivas globais, se tornar uma base para data centers e unidades produtivas intensivas em energia, e emergir como um fornecedor mais estratégico de minerais críticos”.

Também pode aumentar a sua participação como um hub regional de startups digitais e serviços, além de avançar com uma nova onda de desenvolvimento de infraestrutura que traga mais produtividade, conectividade e resiliência nacional.

Para aproveitar esse potencial de uma forma melhor, no entanto, o País precisa tratar de vários gargalos históricos, “como barreiras tarifárias ao comércio, sistema tributário e regulatório complexos, e malha logística ultrapassada”. Também deveria buscar avançar além da sua dependência atual em relação às commodities.

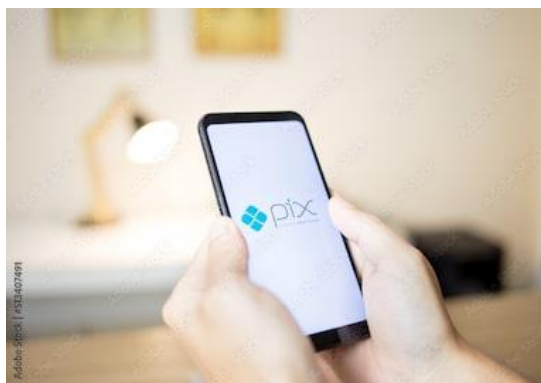
Período de estabilidade econômica e política

As condições para isso foram postas pelas últimas décadas. “O Brasil vem de um período de estabilidade econômica e política que rivaliza com países mais maduros, mesmo com transições de poder que testaram nossas instituições e a democracia sobreviveu. Também tivemos governos sucessivos com reformas, como a previdenciária e a tributária”, afirma Azevedo, do BCG. “Tivemos avanços paulatinos que trazem estabilidade macroeconômica e institucional.”

O País é dono de um mercado interno de 213 milhões de pessoas e da oitava maior economia de consumo do planeta, com tamanho de US\$ 1,3 trilhão, o que atrai empresas para explorar esse potencial de vendas domésticas. Também conta com recursos naturais e energéticos renováveis, de forma que a matriz de geração é uma das mais limpas do mundo, com cerca de 88% de fontes renováveis.

“A agenda da transição tem crescido nas empresas. Apesar do titubeio do governo americano quanto a isso, a pauta não foi embora”, diz Azevedo. “Ter uma matriz energética ajuda a trazer data centers e empresas para produzir aqui. Não é um dos custos energéticos mais baixos do mundo, mas é competitivo.” Segundo o estudo do BCG, a produção de aço emite 37% menos gás carbônico por tonelada no Brasil do que a média global, e a de alumínio 60% menos.

Além disso, o território nacional possui 13% da água doce do globo, com bastante área cultivável e a presença de minerais que farão a diferença para a transição energética das fontes fósseis para mais limpas — entre eles estão grafite, cobre, níquel, lítio e a terceira maior concentração de terras raras, úteis para a produção, por exemplo, de baterias para carros elétricos, telas de aparelhos eletrônicos e equipamentos militares.



Lançado em 2020 pelo BC, O Pix é uma mostra de que a competência digital do Brasil vem crescendo Foto: Marcio/Adobe Stock

Somado a tudo isso, o País desenvolveu uma economia digital bastante avançada, com 95% dos brasileiros utilizando a internet diariamente e 70%, o sistema de pagamentos instantâneos Pix, que virou referência global e inovação financeira.

“A nossa competência digital vem crescendo. O Pix é uma ferramenta única, democratizando acessos financeiros. E temos startups superdinâmicas, com referências muito fortes e um número de unicórnios relevante”, afirma Azevedo. “Mesmo que a nossa economia tenha visto o setor industrial sofrendo nos últimos anos, ela tem se diversificado e isso dá condições para o Brasil almejar participação maior em cadeias globais.”

O País já está entre os 15 principais ecossistemas de startups do mundo e entre os 10 com mais unicórnios, especialmente nos setores de serviços e fintechs. Em 2025, empresas de tecnologia investiram US\$ 2 bilhões em data centers no Brasil, e a capacidade instalada pode quadruplicar até 2030.

Alternativa geopolítica

Dentro da complexa agenda geopolítica, com conflitos armados, disputas tarifárias e agressividade por garantir zonas de influência envolvendo os Estados Unidos sob a presidência de Donald Trump, a China e a Rússia, a tradição diplomática de neutralidade também conta a favor do Brasil. “Tanto que hoje o Brasil mantém relações diplomáticas saudáveis com Estados Unidos, China, Rússia, Europa e até com o Irã”, afirma Azevedo.

Isso dá mais segurança para investidores internacionais apostarem em trazer recursos ao País, evitando riscos de regiões com maior possibilidade de receberem sanções ou de serem envolvidas em conflitos armados. “Existem os seus soluços, como a imposição de tarifas pelos Estados Unidos, mas isso retrocedeu, em especial, com a decisão da Suprema Corte americana (que considerou irregular o uso dos mecanismos invocados por Trump para definir o aumento das taxas de importações)”, diz o consultor.



A assinatura do acordo entre o Mercosul e a União Europeia (na foto, a presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, com Lula) é um dos recentes avanços Foto: Ricardo Stuckert/PR

Houve avanços ainda com a assinatura do acordo comercial entre o Mercosul e a União Europeia, e de conversas com a Índia. Com tudo isso, o Brasil tende a ganhar espaço

dentro das cadeias globais.

“Essa combinação de condições não existia há 10 anos”, afirma Azevedo. “Não existem tantas opções no mundo com características do Brasil, com mercado interno grande, relações multilaterais de comércio, energia limpa e estabilidade institucional. Por mais que o Brasil não seja o país mais competitivo e, que num mundo em que custo decidia tudo certamente seríamos um perdedor, quando olhamos para as condições atuais, há grandes chances para aumentar a relevância que o País tem na dinâmica econômica global.”

No passado recente, das duas primeiras décadas do novo milênio, quando se pensava em cadeias de produção e em onde escolher fazer a montagem de produtos e distribuir fábricas pelo mapa, as empresas tinham como principal critério o custo. A resposta, então, era a China e paulatinamente outros países asiáticos, à medida que os custos trabalhistas aumentaram na maiores cidades do país mais populoso do mundo.

“Depois, começou a se falar de nível de serviço, de proximidade com o consumidor final. E, principalmente após a covid, se considerou riscos de demanda e surgiu um movimento de fabricação em regiões próximas, o nearshore”, analisa Azevedo. “Agora, se fala em resiliência, em risco a choques. Com o Brasil como um país neutro, sem conflitos iminentes, o que não é verdade para muitos países do mundo, o Brasil tem um papel a jogar.”

O mercado interno de tamanho invejável também conta a favor, por que, caso ocorra qualquer outro evento inesperado, como uma nova pandemia, e o comércio marítimo ficar dificultado, a produção pode ser direcionada para o consumidor local.



‘Temos condições de virar uma nova China’

“A tese do nosso estudo não é que o Brasil seja o grande vencedor da nova conjuntura global. Mas que ele passa a ser mais atrativo do que era, desde que aproveite a oportunidade”, diz. “Não temos condições de virar uma nova China, mas temos condições de ocupar espaços mais relevantes que ocupamos hoje.”

Seis oportunidades

De forma resumida, o relatório do BCG elencou seis grandes frentes de crescimento em que o Brasil está bem posicionado atualmente:

- Gerar mais valor a partir de seus recursos biológicos, com foco na bioeconomia e na monetização da biodiversidade;
- Acelerar o desenvolvimento de minerais críticos, criando cadeias de valor locais;
- Liderar a transição energética global, atraindo indústrias intensivas em energia;
- Ampliar a inserção em cadeias globais de alto valor agregado, com maior competitividade industrial;
- Desenvolver o País como base de inovação digital e serviços globais;
- Modernizar infraestrutura para sustentar produtividade e integração logística.

Em todas elas, há iniciativas avançando e espaços a ocupar. Por exemplo, além do já citado acima, uma empresa como a Natura já é conhecida por usar ativos biológicos em seus produtos, mas é possível evoluir muito mais no aproveitamento desses recursos. Já também nos últimos meses foram feitos anúncios do estabelecimento de data centers no País, e isso pode crescer bastante com o uso de energia renovável e a necessidade de empresas de inteligência artificial a terem cada vez mais capacidade de processamento de dados pelo mundo.

Os grandes desafios para atingir esse futuro mais otimista são bem conhecidos. Segundo o estudo do BCG e os pontos levantados pelos líderes brasileiros de negócios ouvidos, capturar as oportunidades exigirá ações coordenadas entre os setores público e privado, com avanços em infraestrutura, inovação e acordos comerciais.

Mais reformas, como a tributária, também são consideradas cruciais para destravar o chamado custo Brasil, que ainda representa entre R\$ 400 bilhões e R\$ 480 bilhões por ano em custos adicionais de operação.

Gomes Neto, CEO da Embraer, chega a citar a necessidade de diminuir as barreiras comerciais, para aumentar a competitividade, e de as empresas aumentarem o foco em produtos de mais valor agregado. O estudo, porém, conclui que em cada uma dessas áreas o Brasil tem feito “progresso encorajador”.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 16/04/2026



Informação que vira dinheiro.

VALOR ECONÔMICO (SP)

INPASA EMBARCA 45 MIL TONELADAS DE DDGS PARA A TURQUIA

Companhia espera produzir neste ano 3,5 milhões de toneladas de DDGS e exportar 1,5 milhão de toneladas do produto

Por Cibelle Bouças — Belo Horizonte



Unidade da Inpasa no Maranhão — Foto: Divulgação/Inpasa

A Inpasa fez o embarque de 45 mil toneladas de DDGS (sigla para Dried Distilled Grain with solubles, ou grãos secos de destilaria com solúveis), resultante do processamento do milho, com destino à Turquia.

Atualmente, a Turquia é o segundo maior mercado da Inpasa, atrás apenas do Vietnã. Desde 2023, a Inpasa já destinou 600 mil

toneladas para o mercado turco.

O DDGS da Inpasa saiu da usina de Sinop (MT) em caminhões até o terminal de Miritituba, em Itaituba (PA). De lá, seguiu em barcaças pelo rio Tapajós até Santarém (PA), onde foi transferido para o navio Ionic, que segue para a Turquia.

“O embarque para a Turquia reafirma a força da presença internacional da Inpasa em um mercado no qual contamos com parceiros consolidados e com demanda crescente pelo FortiPro. Também evidencia nossa capacidade de operar com versatilidade logística, acessando diferentes portos e rotas para ampliar eficiência, competitividade e confiabilidade no atendimento aos mercados internacionais”, afirmou em comunicado Renato Zicardi, diretor de trading internacional da Inpasa.

O embarque é o segundo de DDGS da companhia neste ano. Em fevereiro, a Inpasa exportou 62,5 mil toneladas do insumo para a China, pelo porto de Imbituba (SC). A empresa tem contratos para exportar mais 250 mil toneladas de DDGS para o mercado chinês.

A companhia espera produzir neste ano 3,5 milhões de toneladas de DDGS e exportar 1,5 milhão de toneladas do produto.

Vendas do Brasil

De acordo com dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, compilados pela União Nacional do Etanol de Milho (Unem), o Brasil exportou 879,3 mil toneladas de DDGS e DDG (grãos secos de destilaria) em 2025, volume 9,8% superior ao registrado em 2024. Os produtos foram enviados para 25 países.

Os principais mercados foram a Turquia, com 295,3 mil toneladas, Vietnã (214,5 mil toneladas) e Nova Zelândia (141,8 mil toneladas).

Na safra 2024/25, a produção total de DDG no país foi de 4,05 milhões de toneladas. A Unem estima para a safra 2025/26 a produção de 4,84 milhões de toneladas de DDG e DDGS. O crescimento é impulsionado pelo aumento da produção de etanol de milho, que nesta temporada deve alcançar 10 bilhões de litros. Na safra 2024/25, a produção de etanol de milho atingiu 8,25 bilhões de litros.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 16/04/2026

TERCEIRIZAÇÃO LOGÍSTICA CRESCE NO BRASIL

Modelo estratégico ganha força em empresas de médio e grande porte, impulsionado por e-commerce, Indústria e investimentos em infraestrutura

Por Dino — São Paulo

A terceirização logística vem se consolidando como uma decisão estratégica para empresas brasileiras, especialmente de médio e grande porte. O modelo, conhecido como 3PL (Third-Party Logistics), deixou de ser apenas uma alternativa de redução de custos e passou a representar ganhos de eficiência, flexibilidade e foco no core business.

Instituições de análise de mercado apontam que o setor logístico brasileiro está em expansão robusta. Segundo levantamento do Grupo IMARC, o mercado nacional, avaliado em USD 126,97 bilhões em 2025, pode atingir USD 176,74 bilhões até 2034. O crescimento é impulsionado pelo avanço do comércio eletrônico, pela intensificação da atividade industrial e por investimentos governamentais em infraestrutura de transporte.



Imagem de Freepik/Drazen Zigic — Foto: Imagem de Freepik/Drazen Zigic

Os dados apontam ainda que a terceirização logística está dominando o mercado com participação de 51% em 2025, reflexo da demanda por soluções integradas de cadeia de suprimentos e da preferência crescente das empresas por delegar funções logísticas a parceiros especializados. Além disso, a adoção de tecnologias digitais também tem ampliado a eficiência dos serviços 3PL, permitindo maior controle e transparência.

Emerson Shultz, sócio-administrador do Grupo Masterlog, especializado em soluções de terceirização de mão de obra logística, avalia que o setor está passando por um crescimento acelerado nos últimos anos, impulsionado principalmente pela necessidade de ganho de produtividade e pela pressão por eficiência nas operações. "Hoje, as empresas buscam agilidade e flexibilidade, e a terceirização entrega exatamente isso quando bem estruturada", afirma.

Segundo ele, os segmentos que mais avançaram nesse modelo são e-commerce, centros de distribuição, indústria e varejo. "São operações com alta demanda, muita variação de volume e necessidade de resposta rápida. A terceirização entra como solução para ajustar equipe, manter produtividade e garantir continuidade operacional sem engessar a estrutura", explica.

Entre os principais benefícios estratégicos para empresas de médio e grande porte, Shultz destaca eficiência operacional, flexibilidade, redução de riscos trabalhistas e foco no core business. "Além disso, uma boa terceirização traz gestão mais próxima da operação, controle de indicadores e mais agilidade na tomada de decisão, o que impacta diretamente nos resultados", observa.

O executivo ressalta que a Masterlog busca se diferenciar pela atuação prática dentro da operação. "Não entregamos apenas mão de obra, entregamos solução. Temos 11 anos de experiência em logística, entendemos a rotina do cliente e estruturamos equipes de acordo com a necessidade real de cada operação. Nosso foco é resultado, produtividade e parceria de longo prazo", revela.

A tecnologia também tem papel central nesse processo. Segundo Shultz, a terceirização evoluiu com o uso de sistemas, indicadores e acompanhamento em tempo real. "Isso trouxe mais controle, transparência e eficiência. Não é mais só sobre equipe, é sobre gestão com dados".

Um relatório da Information Services Group (ISG) reforça essa tendência. Ele mostra que organizações brasileiras estão implementando rapidamente ferramentas digitais emergentes, incluindo inteligência artificial generativa, para modernizar processos de planejamento, compras e logística. A integração da gestão tradicional da cadeia de suprimentos com soluções digitais permite tomada de decisão em tempo real e otimização de desempenho.

Para os próximos anos, o executivo do Grupo Masterlog acredita que a expectativa é de um mercado cada vez mais profissional e estratégico. "As empresas vão buscar parceiros completos, que entreguem gestão, performance e flexibilidade. Quem não acompanhar esse nível de exigência vai ficar para trás. A terceirização vai continuar crescendo, mas com um nível muito maior de qualidade e cobrança por resultado", conclui.

Para saber mais, basta acessar: <https://www.grupomasterlog.com.br/>

Fonte: Valor Econômico - SP
Data: 16/04/2026

BOEING CONTRATA MAIS DE 100 POR SEMANA PARA AUMENTAR PRODUÇÃO E SUBSTITUIR APOSENTADOS

Empresas aeroespaciais estão contratando para atender à demanda por jatos mais eficientes em termos de combustível, ao boom espacial e ao aumento dos gastos com defesa

Por Allison Lampert e Dan Catchpole, Em Reuters — Montreal e Seattle



Setor aeroespacial enfrenta déficit de trabalhadores desde o fim da pandemia, com operações voltando a crescer — Foto: Alberto Komatsu/Valor

A Boeing está contratando cerca de 100 a 140 trabalhadores de fábrica por semana, o ritmo mais alto desde 2024, à medida que a fabricante norte-americana de jatos substitui aposentados e aumenta a equipe para suportar taxas de produção mais altas e novos modelos, disse um líder sindical.

Os trabalhadores sindicalizados da fábrica da Boeing no noroeste do Pacífico agora somam mais de 34 mil e este número está “aumentando mais”, disse Jon Holden à Reuters, em sua primeira entrevista como vice-presidente especializado em treinamento e aprendizagem na Associação Internacional de Maquinistas e Trabalhadores Aeroespaciais (IAM).

“Estamos vendo um grande interesse à medida que contratamos em Puget Sound e em toda a empresa para apoiar nossos aumentos na taxa de produção”, disse um porta-voz da Boeing em e-mail para a Reuters.

O IAM representou cerca de 33 mil trabalhadores da Boeing na região em 2024, quando Holden liderou o sindicato local durante uma greve de sete semanas em razão de um novo contrato.

A Boeing precisa de pessoal para uma quarta linha de produção na área de Seattle, conhecida como Linha Norte, para o jato de corredor único 737 MAX, que é um sucesso de vendas da fabricante de aviões. Ela também precisa dar suporte à produção do jato de grande porte 777X, que ainda está aguardando certificação, além de substituir os trabalhadores que se aposentam.

“Portanto, não se trata apenas daqueles que trabalham na Linha Norte”, disse Holden, que começou este mês como vice-presidente de treinamento e aprendizagem do sindicato.

“Serão, você sabe, aqueles que precisam trazer peças, logística e armazenamento. Será o ferramental, será o transporte.”

No Estado de Washington, os empregos na manufatura aeroespacial caíram para cerca de 79 mil em agosto passado, mas, desde então, têm aumentado constantemente para 81,8 mil em fevereiro, de acordo com o Departamento de Segurança do Emprego estadual.

Busca por eficiência, boom espacial e guerras impulsionam setor

As empresas aeroespaciais estão contratando para atender à demanda das companhias aéreas por jatos mais eficientes em termos de combustível, a um boom espacial e ao aumento dos gastos com defesa devido às tensões geopolíticas em todo o mundo e às guerras em andamento no Oriente Médio e na Ucrânia.

Karen Arlak, diretora de recursos humanos da Honeywell Aerospace, disse que a empresa espera acrescentar mais de 1,2 mil cargos este ano em áreas como engenharia e fabricação, devido ao crescimento dos setores de pós-venda comercial, defesa e espacial.

O setor aeroespacial tem enfrentado um déficit de trabalhadores qualificados desde que a pandemia da Covid-19 terminou e as operações voltaram a crescer.

A demanda atual da Boeing por trabalhadores de fábrica ainda está aquém das contratações agressivas da empresa em 2023 e 2024, quando precisou adicionar trabalhadores após a pandemia.

“Acho que essa é mais uma rampa sustentada, com a qual me sinto bem, desde que a economia continue a avançar, desde que as companhias aéreas continuem a manter seus pedidos”, disse Holden.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 16/04/2026

GOVERNO DEFINE SETORES QUE TERÃO ACESSO A R\$ 15 BI DO PLANO BRASIL SOBERANO

Recursos virão do superávit do Fundo de Garantia à Exportação, e as condições financeiras das operações, incluindo as taxas de juros, ainda serão definidas pelo Conselho Monetário Nacional

Por Giordanna Neves, Valor — Brasília



Porto de Santos — Foto: Domingos Peixoto/Agência o Globo

O governo brasileiro definiu os setores que poderão acessar os R\$ 15 bilhões adicionais do Plano Brasil Soberano, voltados principalmente a indústrias estratégicas e a empresas exportadoras afetadas por barreiras comerciais dos Estados Unidos e pela guerra no Oriente Médio.

Os critérios de seleção foram formalizados em portaria conjunta publicada pelo Ministério

do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC) e pelo Ministério da Fazenda.

A seleção prioriza segmentos de maior intensidade tecnológica e com peso relevante para o comércio exterior, além de cadeias consideradas estratégicas ou com vulnerabilidade externa, especialmente aquelas com déficit na balança comercial.

Entre os setores contemplados estão máquinas, equipamentos e setor automotivo; produtos químicos e farmacêuticos; eletrônicos e equipamentos de informática; aeronáutica e demais equipamentos de transporte; máquinas elétricas, geradores e equipamentos industriais; borracha e plásticos industriais; têxtil e cadeia de transformação associada; e minerais críticos e terras raras.

Nos casos de exportadores e fornecedores afetados pela Seção 232 da lei comercial dos Estados Unidos, bem como daquelas que exportam para o Golfo Pérsico, são elegíveis as empresas cujo percentual de faturamento com exportação para esses destinos e produtos tenha sido, em 12 meses, igual ou superior a 5% do faturamento total no mesmo período.

Os países do Oriente Médio definidos na portaria são: Arábia Saudita, Bahrein, Catar, Emirados Árabes Unidos, Iraque, Irã, Kuwait e Omã.

Os recursos virão do superávit do Fundo de Garantia à Exportação (FGE), e as condições financeiras das operações, incluindo as taxas de juros, ainda serão definidas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN).

A medida provisória que criou o programa permite o uso dos recursos para capital de giro; aquisição de bens de capital ou investimentos para adaptação de atividade produtiva; investimentos para ampliar a capacidade produtiva ou o adensamento da cadeia de produção; e investimento em inovação tecnológica ou adaptação de produtos, serviços e processos.

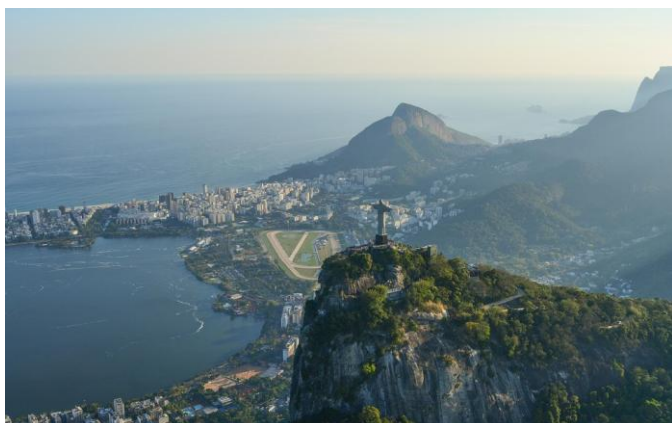
Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 16/04/2026

ENTIDADES EMPRESARIAIS AFIRMAM QUE RJ PODE PERDER R\$ 8 BILHÕES COM MUDANÇA EM DISTRIBUIÇÃO DE ROYALTIES

Segundo essas entidades, as perdas podem chegar a R\$ 13 bilhões para os municípios fluminenses com a eventual redistribuição dos royalties do petróleo

Por Valor — Rio



— Foto: Raphael Nogueira/Unsplash

Entidades empresariais do Rio apresentaram um manifesto que estima perdas de R\$ 8 bilhões por ano para o Estado e de R\$ 13 bilhões para os municípios fluminenses com a eventual redistribuição dos royalties do petróleo.

O alerta consta em manifesto assinado pela Federação das Indústrias do Estado do Rio (Firjan), Associação Comercial do Rio de Janeiro (ACRJ) e Fecomércio RJ apresentado ao governador do em exercício, Ricardo Couto, na

terça-feira (14). A manifestação das entidades ocorre em meio à expectativa pelo julgamento do tema no Supremo Tribunal Federal (STF), marcado para 6 de maio.

No documento, as entidades afirmam que a Lei 12.734/2012, que prevê a redistribuição dos royalties para Estados e municípios não produtores, viola a Constituição ao retirar a compensação financeira devida às regiões produtoras. O texto cita decisão liminar da ministra Cármen Lúcia, de 2013, que suspendeu os efeitos da lei, e sustenta que uma eventual mudança pode comprometer serviços públicos essenciais e investimentos.

Atualmente, recebem royalties os Estados e municípios produtores de petróleo e aqueles com instalações de apoio, como bases e portos. A medida é uma forma de indenizar as prefeituras por impactos ambientais e sociais da exploração.

Segundo estudo da Firjan mencionado no manifesto, a perda de receitas teria potencial de afetar a assistência básica nos municípios, incluindo abastecimento de água, manutenção de alunos na rede pública e atendimentos hospitalares. As entidades também argumentam que o Rio já sofre perdas estruturais na arrecadação de ICMS sobre combustíveis e defendem que a eventual retirada dos royalties agravaria esse quadro, configurando ruptura do pacto federativo.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 16/04/2026

FINDES PREVÊ INVESTIMENTOS DE MAIS DE R\$ 38 BILHÕES NA INDÚSTRIA DE PETRÓLEO E GÁS NO ESPÍRITO SANTO ATÉ 2031

Da Redação Offshore 16/04/2026 - 09:31



A indústria de petróleo e gás projeta novo ciclo de expansão no Espírito Santo, com investimentos de R\$ 38,4 bilhões até 2031, segundo a nona edição do Anuário da Indústria do Petróleo e Gás Natural no Espírito Santo, divulgada nesta terça-feira (14), pelo Observatório Findes, da Federação das Indústrias do Espírito Santo (Findes), e que apresenta informações, análises do setor e estimativas de produção. O levantamento inclui projetos de nove empresas para o estado: Petrobras, Prio, BW Energy, ES Gás (Energisa), Shell, Prysmian Group, Imetame, Seacrest, Shell e NBS Petróleo e Gás.

O maior volume previsto é da Petrobras, com R\$ 29 bilhões até 2030, dos quais R\$ 17 bilhões já estão em execução, principalmente na exploração e produção, com destaque para a entrada em operação do FPSO Maria Quitéria no Parque das Baleias. Também são citados o projeto da Prio no Campo de Wahoo, no qual serão aportados cerca de R\$ 4,5 bilhões, e os polos Golfinho e Camarupim, da BW Energy, com investimentos estimados em R\$ 3,6 bilhões até 2030.

O presidente da Findes, Paulo Baraona, definiu o Anuário como ferramenta para orientar decisões, antecipar tendências e planejar o futuro da indústria e do Espírito Santo. Segundo ele, o setor de petróleo e gás tem sido responsável pelo crescimento industrial no estado, tendência que deve ser mantida. “Estamos diante de oportunidades que podem transformar nossa economia e gerar emprego e renda”, afirmou.

Baraona ressaltou que há potencial no Espírito Santo para novas frentes ligadas ao setor, como o descomissionamento offshore e os projetos de captura, transporte e armazenamento de carbono (CCS). De acordo com ele, há projetos relevantes de descomissionamento já aprovados e cenário promissor para o avanço do CCS. “Estamos trabalhando com planejamento e articulação para consolidar o estado como referência nesses novos mercados”, disse.

O descomissionamento offshore é um dos destaques da nona edição do Anuário. Segundo a publicação, a expectativa é de que a produção dos campos capixabas entre em declínio a partir de 2028, o que vai impulsionar o segmento. O estudo informa que há 26 projetos aprovados pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), com cerca de R\$ 4,8 bilhões de investimentos previstos

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 16/04/2026

DP WORLD ANUNCIA DRAGAGEM DE MANUTENÇÃO EM TERMINAL EM SANTOS

Da Redação Portos e logística 16/04/2026 - 09:29



A DP World anunciou que iniciará em abril dragagem de manutenção nos berços de atracação e nas áreas de manobra do terminal que opera no Porto de Santos, em São Paulo, para manter a profundidade e permitir o tráfego em segurança de embarcações. A empresa informou que a expectativa é de que os trabalhos sejam realizados em torno de 30 dias.

De acordo com a companhia, a dragagem será feita de forma controlada com uso da Draga HJ 609, seguindo

parâmetros operacionais específicos e com monitoramento ambiental para reduzir impactos ao meio ambiente. Ela informou ainda que os sedimentos retirados serão levados para o Polígono de Disposição Oceânica (PDO), área definida pela Autoridade Portuária de Santos (APS) para o descarte do material.

A DP World explicou que, ao divulgar informações sobre os trabalhos, cumpre sua obrigação como empreendedor, de acordo com processo de Licenciamento Ambiental Federal conduzido pelo Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama). O objetivo é garantir que as operações portuárias sejam feitas com o mínimo de consequências para o meio ambiente.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 16/04/2026

SOCIEDADE CLASSIFICADORA JAPONESA APROVA PROJETO DA ANEMOI E DA NACKS PARA VELAS ROTATIVAS EM NAVIOS ULTRAMAX

Da Redação Indústria naval 16/04/2026 - 09:29



A Anemoi Marine Technologies e a Nantong Cosco KHI Ship Engineering (Nacks) informaram nesta quarta-feira (15) que a sociedade classificadora japonesa ClassNK concedeu a Aprovação em Princípio (AiP) para o projeto que desenvolveram para integração de propulsão assistida por vento em navios graneleiros Ultramax. De acordo com as empresas, a aprovação é para duas configurações projetadas para simplificar a instalação e aumentar o potencial de economia de combustível das velas rotativas em embarcações com capacidade de 60 a 65 mil toneladas de porte bruto (TPB).

Elas explicaram que os projetos atendem a requisitos operacionais comuns para navios Ultramax e preveem o uso de velas rotativas de última geração da Anemoi, com 3,5 metros de diâmetro e 24,5 metros de altura, área maior que a primeira instalação do tipo feita pela Anemoi, em 2018, em um Ultramax, para reduzir o consumo de combustível. De acordo com as companhias, uma das configurações é para uso de vela rotativa no convés de proa e a outra para um sistema de trilhos longitudinais para três velas no convés superior.

Nick Contopoulos, diretor comercial da Anemoi, explicou que os navios Ultramax têm sido pioneiros na adoção da tecnologia eólica desde a primeira instalação feita pela empresa de velas rotativas num graneleiro, M/V Afros, em 2018. “O projeto aprovado representa oportunidade para aplicar todos esses aprendizados e otimizar as instalações para máxima eficiência em produtos de terceira geração”, disse.

Em parceria com a Nacks, construtora naval do grupo chinês Cosco, o projeto é avaliado pela Anemoi como oportunidade de fortalecer sua colaboração e ampliar sua presença nos estaleiros da China. O país é, atualmente, responsável por mais de 25% das novas construções de graneleiros, muito acima dos 5% de há uma década.

De acordo com a Anemoi, a Aprovação em Princípio confirma a viabilidade dos projetos conceituais de integração de acordo com as diretrizes da ClassNK para sistemas de propulsão assistida por vento. Os fatores considerados na aprovação incluem detalhes e disposição das velas, fundações e estruturas de suporte, cálculos iniciais de trimagem e estabilidade, medidas de segurança contra incêndio e cálculos de eficiência energética de acordo com a estrutura do Índice de Projeto de Eficiência Energética (EEDI) da Organização Marítima Internacional (IMO).

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 16/04/2026

NAVAL GROUP DIVULGA VÍDEO INSTITUCIONAL SOBRE O PROSUB E DESTACA COOPERAÇÃO ESTRATÉGICA ENTRE BRASIL E FRANÇA

Da Redação Indústria naval 16/04/2026 - 09:27



O Naval Group divulgou vídeo institucional sobre o Programa de Desenvolvimento de Submarinos (Prosub), parceria da empresa com a Marinha do Brasil, em que apresenta bastidores do projeto a partir do olhar de profissionais que participam diretamente de sua execução. O filme, disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=Teqhq4svTB0>, mostra imagens das principais etapas da construção e depoimentos de envolvidos no desenvolvimento das embarcações.

Nele, é destacada a cooperação industrial e tecnológica entre Brasil e França e a importância do Prosub para a engenharia naval brasileira. A parceria foi iniciada em 2008, com a assinatura de acordo de cooperação que, no ano seguinte, foi consolidada com o lançamento do Prosub.

O programa prevê inicialmente a construção de quatro submarinos convencionais da classe Scorpène. E inclui apoio ao desenvolvimento de submarino com propulsão nuclear brasileiro e a instalação do estaleiro e da base naval de Itaguaí.

Três submarinos já foram entregues à Marinha do Brasil. O Riachuelo e o Humaitá foram incorporados à frota em 2022 e 2024, respectivamente, enquanto o Tonelero foi entregue em novembro de 2025 e, no mesmo mês, o quarto, o Almirante Karam, lançado ao mar.

Projetados para atender a requisitos operacionais da Marinha, os submarinos da classe Scorpène são plataformas convencionais capazes de atuar em diferentes cenários de guerra naval. Podem ser usados em combate a navios de superfície e submarinos, coleta de informações e operações especiais.

Nicolas Viala, diretor do Naval Group no Brasil, classificou o Prosub como projeto estruturante para a soberania marítima do Brasil. Segundo o executivo, ele representa um processo de transferência de tecnologia, formação de capacidades industriais e cooperação de longo prazo entre Brasil e França. “O vídeo mostra justamente o trabalho das equipes que, ao longo de muitos anos, têm contribuído para transformar esse projeto em realidade”, afirmou.

O Naval Group explicou que, como parte da parceria, profissionais brasileiros foram treinados em estaleiros na França, enquanto fornecedores locais foram qualificados e integrados à cadeia produtiva do programa. Segundo a empresa, isso fortaleceu a indústria naval e de defesa no país.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 16/04/2026

COAMO E YARA ASSINAM ACORDO PARA AVALIAR OPERAÇÃO CONJUNTA DE TERMINAL PORTUÁRIO EM ITAPOÁ

Da Redação Portos e logística 16/04/2026 - 09:25



A Coamo Agroindustrial Cooperativa, que reúne produtores do Paraná, de Santa Catarina e do Mato Grosso do Sul, e a Yara, empresa de origem norueguesa que no Brasil opera no desenvolvimento de tecnologias para a melhoria da produção agrícola e a produção de fertilizantes, assinaram um Memorando de Entendimentos (MoU) para fazer estudos sobre possíveis parcerias relacionadas ao terminal próprio que a cooperativa vai instalar no porto catarinense de Itapoá, com início das obras previsto para 2027 e operação a partir de 2030. A estimativa é

de escoar 9,3 milhões de toneladas anuais de grãos sólidos vegetais e fertilizantes.

As empresas explicaram que, a partir dos resultados dos estudos, vão avaliar possibilidades para melhorar o fluxo de transporte de fertilizantes, apoiar o crescimento da produção agrícola e buscar soluções integradas para atender às demandas de longo prazo do setor. “A Yara está estudando esse projeto como parte da estratégia de reforçar sua posição portuária na região, com foco no melhor atendimento aos clientes e no aumento da competitividade”, disse Marcelo Altieri, presidente da Yara Brasil.

Airton Galinari, presidente executivo da Coamo, explicou que a intenção é de que empresa e cooperativa operem juntas no porto, aproveitando sua localização e a infraestrutura oferecida. Segundo ele, a parceria tem potencial para novos negócios e para fortalecer o projeto, a região de Itapoá e o estado de Santa Catarina, gerando empregos e renda.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 16/04/2026

TERMINAL DA VLI EM SERGIPE REGISTRA VOLUME RECORDE NO DESEMBARQUE DE UM NAVIO

Da Redação Portos e Logística 16/04/2026 - 09:23



A VLI, empresa do setor de logística de transporte, informou nesta quarta-feira (15) que registrou no início do mês em seu Terminal Marítimo Inácio Barbosa (TMIB), em Barra dos Coqueiros, no estado do Sergipe, o maior volume registrado no desembarque de uma embarcação, com 39.450 toneladas de escória siderúrgica. Segundo a empresa, a marca foi alcançada na operação do M/V Emir Aksoy, da classe Supramax, em sua primeira rota comercial após ser construído na China.

A companhia explicou que a operação ocupou 98,5% da capacidade máxima de porte bruto (DWT) disponível no TMIB, com 64,1 mil toneladas de um total permitido de 65 mil toneladas. Osmar Selhorst Filho, gerente de Operação do TMIB, avaliou que o resultado mostrou a importância do terminal para atendimento à cadeia industrial do Norte e Nordeste, regiões que, segundo ele, vêm apresentando crescimento na demanda por insumos industriais.

De acordo com a VLI, o resultado reflete a eficiência de gestão do Consórcio TMIB, terminal de uso privativo (TUP) operado e administrado desde 2014 por ela em parceria com a Petrobras. Segundo a empresa, os focos são o desenvolvimento da infraestrutura, a eficiência operacional e o atendimento ao mercado.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 16/04/2026

MOVECTA FECHA 2025 COM AUMENTO DE RECEITA E MAIS INVESTIMENTOS EM MODERNIZAÇÃO

Da Redação Portos e Logística 16/04/2026 - 09:20



A Movecta, empresa do setor de logística de transporte, anunciou nesta quarta-feira (15) que fechou 2025 com faturamento próximo a R\$ 850 milhões, com R\$ 50 milhões a mais que no ano anterior. A companhia informou também que obteve crescimento de aproximadamente 9% do Ebitda, na comparação anual.

O resultado foi creditado ao desempenho das unidades operacionais, com destaque para Guarujá e Santos, em São

Paulo, Itajaí e Lages, em Santa Catarina, e Suape (PE). Em termos absolutos, a receita avançou R\$ 53,8 milhões no ano, puxado por aumento de volumes, ganhos de produtividade e melhor aproveitamento da capacidade instalada, segundo a empresa.

A Movecta informou que no ano passado investiu em projetos de modernização operacional, digitalização e ampliação de capacidade em seus terminais alfandegados. Os investimentos incluíram a readequação de pisos para operações de alta densidade, a verticalização de armazéns e a criação de estrutura dedicada de planejamento operacional.

A companhia destacou a criação de uma central de controle operacional para integrar, em tempo real, sistemas de programação, monitoramento e roteirização, o que resultou em redução de custos de transporte, aumento da produtividade das equipes e evolução nos indicadores de nível de serviço. Além disso, no segmento de cadeia fria, foi adotada a tecnologia ReefWatch e houve a expansão de plataformas reefer energizadas, que permitiram o aumento da capacidade de armazenamento refrigerado.

Segundo a empresa, esses investimentos fazem parte do Plano Movecta 2030, anunciado no início de 2025 e que prevê aportes de pelo menos R\$ 100 milhões em três anos. Ele prioriza o desenvolvimento de soluções para setores como indústria farmacêutica, cadeia fria, indústria química, eletrônicos, cadeia alimentícia e de máquinas e equipamentos.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 16/04/2026

PREFEITURA DE NITERÓI PERDOA R\$ 450 MILHÕES DE DÍVIDAS DO ESTALEIRO MAUÁ

Da Redação Indústria naval 16/04/2026 - 09:16

O prefeito de Niterói, Rodrigo Neves, assinou na terça-feira (14) o termo de adesão do Estaleiro Mauá ao Refis Municipal do Setor Naval, com perdão de cerca de R\$ 450 milhões, em juros e mora, do total de R\$ 650 milhões que a empresa deve ao município. Os outros R\$ 250 milhões serão parcelados em 25 anos.



Parte da estratégia do município para impulsionar a retomada da indústria naval na cidade, o Refis do Setor Naval de Niterói foi criado por projeto de lei aprovado pela Câmara de Vereadores em 2025. Ele estabelece condições especiais para a regularização de débitos tributários, como descontos de até 100% sobre juros e parcelamento que pode ultrapassar 20 anos.

A expectativa da prefeitura é de que o perdão de parte da dívida e o parcelamento do restante permita ao Estaleiro Mauá retomar atividades e gerar empregos de qualidade, além de contribuir para a formação de novos profissionais. O prefeito Rodrigo Neves disse, na cerimônia de assinatura do acordo, que a adesão da empresa ao Refis vai fazer diferença para milhares de pessoas. “É um dia de profunda emoção para todos nós, pelo que esse ato representa para milhares de famílias”, afirmou.

O secretário municipal de Fazenda, Cesar Barbiero, disse que o Refis é resultado de trabalho conjunto entre poder público e o setor produtivo, com foco na retomada da indústria naval, na geração de empregos, no fortalecimento da economia local e no aumento da arrecadação do município. “Há correlação de cerca de 96% entre o aumento do emprego e o crescimento do ISS. Portanto, uma das melhores políticas para a arrecadação municipal é gerar emprego e elevar a renda das famílias para que possam consumir serviços”, avaliou.

O CEO do Estaleiro Mauá, Miro Arantes, classificou o acordo que perdoa parte das dívidas da empresa como sinal de confiança do governo municipal no potencial econômico da cidade e no impacto direto da atividade naval na geração de empregos. Segundo ele, para cada vaga criada no setor, de três a cinco indiretas são abertas. “Estamos no caminho da recuperação. Enfrentamos muitas dificuldades, mas momentos como esse nos fazem acreditar que é possível”, afirmou Arantes, revelando que espera que também os governos estadual e federal apoiem a retomada da construção naval em Niterói.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 16/04/2026

SUPER TERMINAIS PARTICIPA DA NN LOGÍSTICA COMO PATROCINADOR MASTER E DESTACA INVESTIMENTOS EM ENERGIA E EXPANSÃO

Da Redação Portos e logística 16/04/2026 - 11:56



O Super Terminais participará da feira NN Logística como expositor e patrocinador master, entre os dias 22 e 24 de abril em Manaus (AM), no centro de convenções Vasco Vasques. A empresa leva ao evento sua agenda de investimentos em infraestrutura, energia e expansão das operações na região Norte. Em 2025, o Super Terminais foi reconhecido com a categoria ouro por ter o melhor estande do evento. A Navegistic Navalshore Amazônia é resultado da fusão das feiras Navegistic Manaus e Navalshore Amazônia, ambas realizadas em sua primeira edição em 2023. Hoje, a NN é a maior feira fluvial da América Latina.

O Super Terminais estruturou um planejamento focado em impulsionar a logística regional. A empresa prevê investir cerca de R\$ 400 milhões em 2026 na modernização de ativos, ampliação de capacidade e adoção de tecnologias mais limpas, incluindo a aquisição de novos guindastes e a eletrificação gradual da frota de caminhões. Entre os projetos em andamento, está a implantação da

Com investimento de R\$ 30 milhões, a usina fornecerá energia para dez guindastes elétricos. Os três primeiros estão previstos para entrar em operação ainda neste ano. Os equipamentos poderão reduzir aproximadamente 17 mil toneladas de emissões de CO₂ por ano. “Essa iniciativa busca aumentar a previsibilidade energética e reduzir custos operacionais, além de alinhar a operação às exigências de descarbonização do setor logístico”, afirma Marcello Di Gregorio, diretor-geral do Super Terminais,

A companhia também avança na expansão de sua atuação no Norte do país. Está em implantação um novo porto em Itacoatiara, voltado ao transbordo de grãos, com foco no atendimento à demanda do Arco Norte e no escoamento da produção agrícola.

A participação na NN Logística ocorre em um momento de crescimento operacional da empresa. Em 2025, o Super Terminais movimentou 300.723 TEUs, alta de 13% em relação ao ano anterior, segundo a Agência Nacional de Transportes Aquaviários. No mesmo período, a movimentação total de cargas avançou de 1,8 milhão para 2,4 milhões de toneladas, crescimento de 33,3%.

O desempenho do Super Terminais acompanha a expansão do Polo Industrial de Manaus, que registrou faturamento de R\$ 227,6 bilhões em 2025, segundo a Superintendência da Zona Franca de Manaus. “Com mais de 550 fábricas em operação e novos projetos em expansão, o PIM conta com uma base industrial robusta, que exige soluções logísticas cada vez mais eficientes e sustentáveis. E nós estamos nos preparando para atender as demandas com a máxima eficiência operacional”, finaliza Di Gregorio.

Super Terminais



INFORMS

INFORMATIVO - MERCOS SHIPPING

Edição: 065/2026
Página 79 de 79
Data: 16/04/2026
www.mercosshipping.com.br
merco@mercoshipping.com.br

Super Terminais é um dos principais hubs logísticos da região Norte, com atuação estratégica no modal portuário. Sua missão é impulsionar exportações e importações com qualidade, agregando valor aos clientes e contribuindo para o desenvolvimento sustentável do Amazonas e do Brasil. Operando há 30 anos em Manaus, é reconhecido como o primeiro porto verde do Brasil, destacando-se por sua liderança em sustentabilidade, inovação energética e eficiência operacional. Opera cargas containerizadas, cargas de projetos e cargas soltas sejam nacionais ou de importação, com equipamentos modernos e rigorosos padrões de manutenção e segurança. Entre os projetos futuros, estão a operação do Porto de Itacoatiara (AM), aportes em modernização de ativos e uma parceria com o Governo do Amazonas na implantação da primeira usina de gás voltada ao maquinário portuário, ampliando o uso de energia mais limpa nas operações.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 16/04/2026



MERCO SHIPPING MARÍTIMA LTDA

ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ DISPONÍVEL NA MERCOSHIPPIING.COM E NO LINKEDIN.COM

Este conteúdo também está disponível na www.mercosshipping.com e no www.linkedin.com/company/merco-shipping-maritima-ltda

Fonte : InforMS

Data: 16/04/2026